CÂMARA DOS DEPUTADOS

TVR
N.º 106, DE 2012
(Do Poder Executivo)
MSC 261/2012
AV 491/2012

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 58, de 20 de janeiro de 2004, que outorga permissão à Fundação Cultural São Judas Tadeu para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, com fins exclusivamente educativos, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Alvorada do Tocantins, Estado do Tocantins.

(À COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA (PARECER 09/90 - CCJR) REGIME DE TRAMITAÇÃO: ART. 223 - CF)

Mensagem nº 261

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, com fins exclusivamente educativos, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos:

- 1 Portaria n° 58, de 20 de janeiro de 2004 Fundação Cultural São Judas Tadeu, na cidade de Alvorada do Tocantins TO; e
- 2 Portaria $n^{\underline{o}}$ 61, de 20 de janeiro de 2004 Fundação Cultural São Judas Tadeu, na cidade de Paraíso do Tocantins TO.

Brasília, 15 de junho de 2012.

Dorwsteff

PORT Nº 58/2004

EM nº 00198/2012 MC

DOOUTENTO ASSAULTO LE ROLLO E EN CONFERE COM O OVICINAL

CONFERE COM O OVICINAL

CONFERE COM O OVICINAL

Brasília, 22 de Maio de 2012

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

- 1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.034475/2003, de interesse da **Fundação Cultural São Judas Tadeu**, objeto da autorização para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Alvorada do Tocantins, Estado do Tocantins.
- 2. De acordo com o art. 13, § 1º, do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, não dependerá de edital a outorga para a execução de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.
- 3. Cumpre ressaltar que o pedido encontra-se devidamente instruído, de acordo com a legislação aplicável, demonstrando possuir a entidade as qualificações exigidas para a execução do serviço, conforme análise procedida pela Consultoria Jurídica desta Ministério.
- 4. Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do processo correspondente.

Respeitosamente,

135/37

PORTARIA Nº 58 DE 20 .

JANEIRO DE 2004 PUBLICADO NO DIARIO

OFICIAL DE 061 02 12004

Página: 41 Seção:

ANOTADO POR: Mocha

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o § 1º do art. 13, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.034475/2003, e do PARECER/MC/CONJUR/GCA/N.º 0077 – 1.07/2004, de 15 de janeiro de 2004, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Fundação Cultural São Judas Tadeu, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Alvorada do Tocantins, Estado do Tocantins.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MIRO TEIXEIRA

PRIMEIRA-SECRETARIA
RECEBIDO nesta Secretaria
Em, 18 1 61 / 2 as 1 4 4 0 horas

Assinatura Ponto

Aviso $n^{\underline{0}}$ 491 - C. Civil.

Em 15 de junho

de 2012.

A Sua Excelência o Senhor Deputado EDUARDO GOMES Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem da Excelentíssima Senhora Presidenta da República na qual submete à apreciação do Congresso Nacional os atos que outorgam permissões para explorar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, constantes das Portarias nos 58 e 61, de 2004.

Atenciosamente,

GLEISI HOFFMANN

Ministra de Estado Chefe da Casa Civil

da Presidência da República

PRIMEIRA-SECRETARIA Em 18/6/2012

De ordem, ao Senhor Secretário Geral da Mesa, para as devidas

AUGUSTO A. F. SANTANA

Chefe de Gabinete

PONTO: 6656 ASSI

8/500/2012 - 17:3.
ORIGIN: 10: SEC

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Copia 1

					ar besse besse besse transferred from the second posses to the	A PARTY SHIPS SHIPS SHIPS AND	<u> </u>	The same of the same of		
INTERESSADO: PROCESSO 53000.034475/2003									None and a second	
ASSUNTO: FUNDAÇÃO CULTURAL SÃO JUDAS TADEU OUTORGA PARA SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO EM FREQUENCIA MODULADA EM CARÁTER EL ALVORADA DO TOCANTINS/TO) SONORA		CÓDIGO:			Management of the Control of the Con	
e de la constante de la consta	TVR 106	1012 M-0	17 \ 03 \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \	N N	FEDEVAL UNIOACOVE OKLOSINA / Q Á	14	TÉRIO DAS CON Inserido no CPROD			
S E Q.	SIGLA	c ódi g o	DATA	S E Q.	SIGLA		c ódigo	DA	ΓA	
01	<u> </u>		11/11/03	15				1		
02	<u>egaeleonsur</u>		15/01/04	16						_/_
03	556		67/07/04	17						_/_
04			///	18	-	<u> </u>				
05		-	/ /	19				/		
06			///	20				/		
Ţ.			/ /	21						_/
08			/ /	22					/	
09			/ /	23				/		1
10			//	24				/		
11		6	//	25				/	/	
12			///	26			,	/	/	,
13			. / /	27				/	/	,
14			///	28					1	
	ASI	MOVIMENTAÇ	DES D EVE RÃO S	ER (COMUNICADAS A	O PRO	TOCOLO			
ANE		icebidos na Secr Eletrônica y SSCI								
OFFI TORRES	Sm 13 10	1/2004	0 m 48 mm	and desired				Again and an analysis and an analysis and an		-



COORDENAÇÃO GERAL DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO DE ÁUDION COORDENAÇÃO DE RADIODIFUSÃO REGIÃO NORTE/NORDESTE

Documento nº 53000.034475/2003

Assunto: Rádio Educativa

de processo.

Interessado: Fundação Cultural São Judas Tadeu

Encaminhe-se a presente documentação à Divisão de Apoio para abertura

Brasília, 04 de novembro de 2003.

MARCELO FIUZA LIMA

Chefe de Divisão

Coordenação Norte e Nordeste VICO PUBLICO FEDERAL

MINISTÉRIO DAS COMUNICACEES CONFERE COM O ORIGINAL

De acordo.

ANACLETO RODRIGUES CONDEIRO

Coordenador-Geral de Outorga de Serviços de Áudio





Exmo. Senhor Ministro de Estado das Comunicações MIRO TEIXEIRA

SERVICO PUBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DAS CONUNICAÇÕES CONFERE COM O ORIGINAL Em. 14 / 02 / 04

REQUERIMENTO

A Fundação Cultural São Judas Tadeu, com endereço para correspondência localizado na Rua Tapajós, Esquina com Avenida Castelo Branco, nº 461 — Centro, na cidade de Paraíso do Tocantins, Estado do Tocantins, CEP 77.600-000, por seu representante legal, vem solicitar a Vossa Excelência outorga para executar serviço de radiodifusão em rádio, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Alvorada do Tocantins, Estado do Tocantins, conforme previsão no Plano Básico de Distribuição de Canais do referido serviço.

Nestes termos, pede deferimento.

Paraíso do Tocantins - TO, 10 de outubro de 2003.

BENEDITO PIMENTÀ DA SILVA NETO
Presidente

G 605

221003





SERVICO PUBLICO FEDERAL

MINISTÉRIO DAS COMUNICACOES

CONFERE COM O OPTIGHAL

O4 / 03

EM. 11 / 04 / 03

DECLARAÇÃO

A Fundação Cultural São Judas Tadeu, inscrita sob o CNPJ: 05.873.469/0001-59, por seu representante legal, infra-assinado, pretendente à obtenção de outorga de permissão/concessão para executar serviço de radiodifusão sonora de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Alvorada, Estado do Tocantins, tendo em vista o disposto no artigo 21 da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, por meio da qual foi extinta a Fundação Roquette Pinto, declara junto ao Ministério das Comunicações que se compromete a cumprir as obrigações constantes da Portaria Interministerial nº 651, de 15 de abril de 1999, bem como as exigências constantes da legislação específica de radiodifusão.

Paraíso do Tocanitns - TO, 10 de outubro de 2003.

Presidente





SERVICO PUBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
02/03

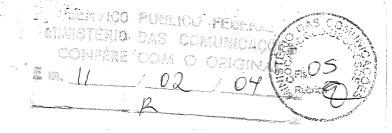
DECLARAÇÃO

O abaixo assinado declara que:

- a) não participa da direção de outra executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, no município onde se pretende instalar a estação, nem de quaisquer empresas de radiodifusão, em outros municípios, em excesso aos limites fixados no artigo 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso a entidade venha a ser contemplada com a outorga;
- b) não está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar, nem exerce cargo de supervisão ou assessoramento na Administração Pública, do qual decorra foro especial.

Paraíso do Tocanitns - TO, 10 de outubro de 2003

BENEDITO PIMENTA DA SILVA NETO Presidente

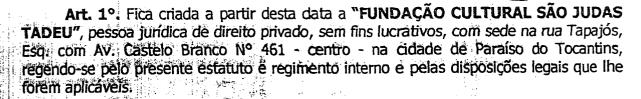


ESTATUTO DA FUNDAÇÃO CULTURAL SÃO JUDAS TADEU

T. Fis.: Rubical Sec.

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE, DURAÇÃO E FINAL



- Art. 2º. A FUNDAÇÃO CULTURAL SÃO JUDAS TADEU, tem sua sede e foro na cidade e comarca de Paraíso do Tocantins/TO, na Av. Castelo Branco Nº 461.
- Art. 3º. A FUNDAÇÃO terá as seguintes finalidades: organizar e congregar os grupos culturais da comunidade, difundir idéias culturais, religiosas, hábitos e tradições sociais, bem como desenvolver metas e instrumentos para a promoção cultural, utilizando dentre outros instrumentos, um veículo de comunicação social, mais especificamente, a exploração do serviço de radiodifusão cultural, buscando viabilizar o debate e a concretização das metas culturais da fundação em prol da comunidade em conjunto com as instituições de ensino de primeiro e segundo graus.

Parágrafo único. A exploração do serviço de radiodifusão cultural, que dependerá de autorização do poder público competente, terá como objetivos: dar oportunidade à difusão e o debate de idéias e elementos culturais da comunidade, bem como a busca da concretização das metas culturais a serem atingidas pela fundação, tudo com estrito respeito às atividades lícitas, o bem público da coletividade, aos princípios éticos, morais e aos bons costumes.

Art. 4°. A fundação ora constituída é por prazo indeterminado e só poderá ser extinta nas hipóteses previstas em lei ou no de insolvência devidamente comprovada.

CAPÍTULO II

DO PATRIMÔNIO E DAS RECEITAS

- Art. 5°. O patrimônio inicial da Fundação São Judas Tadeu, será de R\$ 23.060,00 (vinte e três mil e sessenta reais), destinados a ela por seu fundador, representados pelos bens abaixo relacionados:
- a) pela contribuição ou doação inicial de seu fundador:

1) Um aparelho telefônico	R\$	70, 00
2) Rede de Inform. E Equipamento de Instalação	R\$	700,00
3) Aterramento	R\$	230,00
4) Um Armário	R\$	220,00
5 24 meses de aluguel	R\$	8.700,00

5.520,00 R\$ 6) 24 meses de água, luz, telefone e internet 520,00 R\$ 7) 4 mesas de escritório 390,00 R\$ 8) 6 cadeiras R\$ 3.400,00 9) 2 (dois) computadores 320,00 R\$ 10) Uma impressora 290,00 R\$ 11) Um Scanner R\$ 1.200,00 12) Material Escritório R\$ 1.500,00 13) Manutenção de equipamentos por 24 meses R\$ 23.060,00 Total

- b) por doações, auxílios, heranças e subvenções;
- c) pelas contribuições das diversas categorias de mantenedores.
- Art. 6º. As receitas oriundas de doações, heranças e subvenções serão aplicadas a juízo do Conselho Deliberativo, em compra de imóveis e aplicações no mercado financeiro de um modo geral, inclusive em cadernetas de poupança ou ainda aplicação semelhante, após essas sugestões caberá única e exclusivamente o poder de decisão de como ocorrerão essas aplicações à da Diretoria.
- § 1º Os bens decorrentes das receitas de que trata este artigo só poderão ser alienados para sua aplicação em outros bens, da mesma espécie, também inalienáveis, obedecidas às normas acima estabelecidas, e sempre com o "ad referendum" da Diretoria, após consulta ao Conselho Deliberativo.
- § 2º A renda dos bens a que se refere este artigo poderá ser usada na manutenção e cumprimento das finalidades da Fundação.
- § 3º As doações e legados com encargos somente serão aceitos após a manifestação do Conselho Deliberativo e autorização do Ministério Público.
- § 4º A contrateção de empréstimos financeiros com garantia real, seja perante instituições financeiras, seja com a gravação de ônus sobre imóveis, dependerá de prévia autorização do Ministério Público.
- § 6º A cessão de bens em comodato, a alienação ou permuta de bens para a aquisição de outros mais rendosos ou adequados, serão decididos pelo Conselho Deliberativo, com prévia aprovação do Ministério Público.

Art. 7º. Constituem rendas da Fundação:

rendas resultantes da prestação de serviços; I)

contribuições de pessoas físicas ou jundicas, em prol da Fundação; II)

dotações ou subvenções atuais, diretamente da União, do Estado e Município, ou através de órgão Públicos da Administração direta ou indireta; III)

dotações ou legados; IV)

 Γ :)

produtos ou operações de crédito, para financiamento de suas atividades; V)

rendimentos próprios dos imóveis que possuir; VI)

rendas em se favor constituídas por terceiros; VII) VIII) rendimentos decorrentes de títulos, ações ou papéis financeiros de sua TABELIONATO ACAIABA

Bel. Entaquel Acaia

Av. JF ACSV-NE 12, Lote 06 - CP 77.065-180 - Palmas / TO - Telfax: (63) 27 Bel. Emanuel Acdiab

propriedade; usufruto que lhe forem conferidos

Autentico a presente fotocopia por confeiir com original apresentado. Dou fê. Custas: R\$ 1,00

Palmas, 22 de getembro de 2003.

juros bancários e outras receitas de capital. X)

Art. 8°. O patrimônio e as rendas da FUNDAÇÃO, somente poderão ser utilizado para a manutenção de seus objetivos.

Art. 9º. A FUNDAÇÃO não remunerará, não distribuirá lucros, dividendos, bonificações ou quaisquer outras vantagens, a qualquer título, aos seus instituidores, mantenedores, colaboradores ou aos membros dos órgãos da Administração.

CAPÍTULO III

DA ADMINISTRAÇÃO

- Art. 10. A Fundação será administrada por uma Diretoria, pelo Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e pelo Conselho Consultivo.
- Art. 11. É vedado o exercício simultâneo de cargos nos Órgão da Administração da FUNDAÇÃO.
- Os membros integrantes dos Órgãos exercerão suas funções gratuitamente, vedada a percepção de remuneração ou vantagem a qualquer título, e não responderão, nem mesmo subsidiariamente, salvo por dolo ou culpa, inclusive com relação a terceiros, pelas obrigações assumidas pela FUNDAÇÃO através de ato regular de gestão.

Parágrafo único - Os integrantes do Conselho Deliberativo, da Diretoria e do Conselho Fiscal necessariamente serão brasileiros natos.

Art. 13. São causas de vacância ou exclusão dos membros dos órgãos da Administração:

I – a morte;

II – a renúncia;

III - a doença que o incapacite a exercer o cargo;

IV - o não comparecimento do conselheiro integrante do Conselho Deliberativo ou Fiscal, a três (3) reuniões consecutivas, ou a cinco (5) alternadas, sem justificativa;

V – a prática de atos desonestos, necivos ou contrários aos objetivos e finalidades da FUNDAÇÃO.

SECÃO I

DO CONSELHO DELIBERATIVO

Art. 14. O Conselho Deliberativo é o órgão máximo de decisão da Fundação.

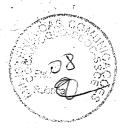
ATL 15. O Conselho Deliberativo será constituído por 5 (cinco) membros, escolhidos dentre os sócios colaboradores, para um mandato de 2 (dois) anos permitindo-se a reeleição.

um Vice Presidente, por maioria de votos R. de Sacsu-Ne 12. Lote 06 - CP 77.065-180 - Palmas / TO - Tell Fax: (63) 23 4378 485

- Lentico a presente fotocopia por conferir com original que reaz-resentado. Dou fé,

Custas: R\$ 1,00

Parmas, 22 de setembro de 2003.



- Art. 17. O Vice-Presidente substituirá o Presidente em todas as suas atribuições e ocupetências nos seus impedimentos e afastamentos.
 - Art. 18. O Presidente do Conselho Deliberativo tem o voto de qualidade.
 - Art. 19. O Conselho Deliberativo reunir-se-á:
 - I por convocação de seu Presidente:
 - II por convocação da maioria absoluta dos membros.

Parágrafo único. A convocação dos integrantes do Conselho Deliberativo será feita pessoalmente, por escrito, com antecedência mínima de 3 (três) dias, sempre com a indicação da respectiva ordem do dia.

- Art. 20. O Conselho Deliberativo reunir-se-á ordinariamente:
- I na primeira quinzena do mês de março para deliberar sobre o relatório/balanço da Diretoria e parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício encerrado no dia 31 de dezembro do ano anterior;
- II na primeira quinzena de dezembro dos anos ímpares, de dois em dois anos, para eleger a Diretoria e o Conselho Fiscal da Fundação;
- III na primeira de dezembro, para conhecer e votar o orçamento elaborado pela diretoria para o ano seguinte.
- Art. 21. O Conselho Deliberativo reunir-se-á extraordinariamente sempre que necessário, convocado conforme o estabelecido no art. 21.
- **Art. 22.** As decisões do Conselho Deliberativo serão tomadas por maioria simples, observadas as exceções previstas neste Estatuto.
 - Art. 23. Compete ao Conselho Deliberativo:
- I) traçar as diretrizes fundamentais para a consecução dos objetivos da FUNDAÇÃO, zelando pela fiel e integral realização de suas finalidades e pelo cumprimento do presente Estatuto;
 - II) eleger, dentre seus membros, c seu Presidente e Vice-Presidente;
 - III) eleger ou destituir a Diretoria en algum de seus membros;
 - IV) eleger ou destituir o Conselho Fiscal ou alguns de seus membros;
- V) examinar e aprovar, por proposta da Diretoria, o orçamento e os programas e projetos relativos às atividades da Fundação:
- VI) autorizar a realização de despesas extraordinárias, ascia consideradas aquelas não prevista no orçamento;
- deliberar, anualmente, sobre as demonstrações finançais e prestações de contra Fundação, ouvido o Conselho Fiscal; TABELIONATO Adalaba (Proposition of Conselho Fiscal) AV. JK AGSV-NE 12, Loid OF TO TO TEUFRAX: (63) 215-4376 / 215-1066

Autentico a presente lorecciazion conferir com original que me foi apresentado. Dou fe.

Custas: R\$ 1,00

Palmas, 22 de setembro de 2003.



- VIII) deliberar, por 2/3 de seus membros, sobre a proposta de alteração 🍪 🔗 Estatutos da Fundação;
 - IX) deliberar sobre a extinção da Fundação;
- X) autorizar operações que impliquem em aquisição, alienação ou oneração de bens imóveis da Fundação, ouvido previamente o Ministério Público;
- XI) sugerir ao Presidente da Fundação medidas e providências de interesse da entidade, velando por seu prestígio;
- XII) decidir sobre as matérias ou casos omissos, no interesse da Fundação e consecução dos seus fins não previstos neste Estatuto;
 - XIII) criar, manter e aplicar o regimento interno da Fundação.
- § 1º O Conselho Deliberativo somente poderá decidir sobre a extinção da Fundação com a presença de 2/3 de seus membros.
- § 2º As deliberações sobre matérias elencadas nos incisos "III", "IV", "VI", "VII" e "X", deverão ser tomadas em reuniões que contem com a maioria absoluta dos membros do Conselho Deliberativo;
- § 3º As deliberações do Conselho Deliberativo serão registradas em atas e cópias serão remetidas ao Ministério Público.
- Art. 24. O Conselho Deliberativo, por deliberação da maioria absoluta dos seus membros integrantes poderá determinar a perda do mandato do conselheiro ou membro da Diretoria, que no exercício de suas funções atue de forma desonesta, contrária aos interesses da Fundação, ou com desídia.
- Parágrafo único Considera-se desidia para os fins previstos neste artigo, a falta, sem justificativa a 3 (três) sessões consecutivas ou a 5 (cinco) alternadas, dentro do MISTERIO DAS COMUNICAÇÕE mesmo ano. CONFERE COM O ORIGINAL

SEÇÃO II

DA DIRETORIA

- Art. 25. A Diretoria é o órgão responsável pela administração, gerência e execução das atividades da Fundação.
- § 1º Os membros eleitos terão o mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos.
 - 8 2º Fica proibido o acúmulo de cargo na Fundação.
- Art. 26. A Diretoria da Fundação é órgão colegiado constituído pelo Dire Diretor Financeiro e Diretor Secretário, eleitos pelo conselho Deliberativo membros Colaboradores do Conselho Consultivo. Bel. Emanuel

Autertico a presente fotocópia por conferir com orig

4CSV-NE 12, Lote 06 - CP 77.065-180 - Palmas / TO - Tel/Fa

apresentado. Dou 16.

Paimas, 22 de setembro de 2003

Renata/Sobza Miranda Escresente Nutarial Autorizada



- § 1º Na Diretoria haverá **três membros natos**, eleitos pelos sócios fundadores. A na primeira assembléia geral ordinária.
- § 2º Compete ao Presidente da diretoria delegar funções a todos os seus membros.
- Art. 27. Competem à Diretoria todas as atribuições necessárias à administração e gestão financeira da Fundação, especialmente:
- a) zelar pelo cumprimento do Estatuto e o regimento interno garantindo a realização das finalidades da Fundação;
- b) resolver sobre a aceitação de bens e serviços que envolvam encargos ou ônus, ouvido previamente o conselho deliberativo; .
- c) elaborar os orçamentos e balanços Da Fundação, encaminhando-os com parecer prévio do Conselho Fiscal, para deliberação do Conselho Deliberativo;
 - d) propor reforma do Estatuto ao Conselho Deliberativo;
- e) estabelecer a remuneração para os funcionários, respeitado o disposto no art. 6º do Estatuto;
- f) definir cargos, funções, atribuições e responsabilidades mediante Regimento Interno próprio;
- g) administrar, gerenciar e coordenar o plano de trabalho definido para o exercício, definindo as linhas gerais orçamentárias e a programação anual, bem como nomear ou destituir coordenadores de programa, instituir e cancelar programas e projetos ou SERVICO PUBLICO FEDERAL servicos. MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Art. 28. Compete ao Diretor Geral:

CONFERE COM O ORIGINAL representar a Fundação ativa e passivamente, em juízo ou fura dele; I)

convocar e presidir as reuniões da Diretoria; Π)

assina com o Diretor Financeiro e, no impedimento deste, com o Diretor III) Secretário, os cheques, documentos de crédito ou financeiros;

- constituir procuradores "ad judicia" e "ad negotia"; IV)
- enviar ao Ministério Público. Anualmente, até o dia 30 de junho do exercício V) seguinte, a prestação de contas;
- requerer a extinção da Fundação, quando assim for decidido pelo Conselho VI) Deliberativo:

VII) exercer a gestão administrativa e financeira em conjunto compos dema diretores. TABELIONATO ACAIABA Bel Emanuel Ace

Art. 29. Compete ao Diretor Financ≘iro Autemico a presente fotocopia por conferir apresemado. Dou ié.

Custas: R\$ 1.00

Palmas, 22 de setembro de 2003.



- a) movimentar contas bancárias, receber, emitir e endossar cheques, títulos de 88, Co crédito e ordens bancárias, em conjunto com o Diretor Geral;
- b) zelar pelos recursos financeiros e fiscalizar a gestão financeira e fiscalizar gestão financeira e administrativa dos departamentos;
 - c) substituir o Diretor Geral nos seus impedimentos eventuais.

Art. 30. Compete ao Diretor Secretário:

- a) estabelecer com o Diretor Geral as diretrizes administrativas da FUNDAÇÃO, zelando pelo seu cumprimento;
- b) secretariar todos os atos da Diretoria;
- c) substituir o Direito Financeiro nos seus impedimentos eventuais.

Parágrafo Único - O Diretor Secretário será substituído, em seus impedimentos, pelo Diretor Financeiro.

SECÃO III

DO CONSELHO FISCAL

Art. 31. O Conselho Fiscal é composto de 3 (três) membros efeitos e de 3 (três) suplentes, eleitos simultaneamente a Diretoria, dentre os membros do Conselho Consultivo, com mandato de 2 (dois) anos, admitida a recondução.

Parágrafo Único. O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente após o encerramento do exercício e antes da reunião ordinária do mês de março do Conselho Deliberativo e extraordinariamente, cada vez que as circunstâncias exigiremo PEDERAL

Art. 32. Compete ao Conselho Fisca!:

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES CONFERE COM O ORIGINAL

I – Verificar a situação econômico-financeira da Fundação;

II - examinar os documentos contaceis e balanços e emitir parecer\anual sobre o estado geral das contas e aplicação do orçamento;

III – examinar e emitir parecer sobre orçamento a ser submetido ao Conselho Deliberativo;

IV – emitir parecer acerca da alienação de imóveis;

V – emitir parecer sobre os relatorios de desempenho financeiro, contábil e as operações patrimoniais realizadas;

VI-auxiliar a Diretoria na administração da FUNDAÇÃO;

Art. 33. Sem prejuízo da competência do Conselho Fiscal, poderá, Deliberativo solicitar parecer de auditoria externa sobre a destão econômico TABELIONATO ACAIABA Bel. Emanuel Acaiaba Red. Av. JK ACSV-NE 12. Lote 06 - CP 77.065-180 - Palmas / TO - Tel/Fax: (63) 215-33

> Autentico a cresente fotocópia por conferir com original apresentaca Dou fé.

Palmas, 22 🧀 setembro de 2003

Renata 🕽 ouza Miranda



SECÃO IV

DO CONSELHO CONSULTIVO



- Art. 34. O Conselho consultivo é o órgão assessor do Conselho Deliberativo e terá um número de 15 (quinze) membros nomeados pelo Conselho Deliberativo.
- I O Conselho Consultivo reunir-se-á quando convocado pelo Presidente do Conselho Deliberativo;

II – Cabe ao Conselho Consultivo apresentar sugestões e opinar sobre assuntos que lhe forem propostos. Sua finalidade é de mensurar sobre as metas anuais da Fundação.

CAPÍTULO IV

DO EXERCÍCIO FINANCEIRO

- Art. 35. O exercício financeiro da Fundação coincidirá com o ano civil.
- Art. 36. Até o último dia do mês de abril, o Presidente da FUNDAÇÃO apresentará ao Conselho fiscal a prestação de contas 🗯 entidade para exame. Este, na forma deste Estatuto, remeterá, com parecer, ao Conselho Deliberativo para deliberação. SERVICO PUBLICI MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

CAPÍTULO V

CONFERE COM O ORIGINAL DA ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA

- Art. 37. O presente Estatuto somente poderá ser alterado no que não contrarie seus fins, por dois terços (2/3) dos integrantes do Conselho Deliberativo, em reunião extraordinária especialmente convocada para esse fim.
- Art. 38. A votação que venha alterar o estatuto, será nominal, cumprindo ao Presidente do Conselho Deliberativo, relacionar, colher os endereços, notificar e fazer constar em ata que a minoria vencida. querendo, poderá oferecer impugnação ao resultado, em dez (10) dias, junto ao Ministério Público.
- Art. 39. Deverá constar na ata da r≘união, em caso de não unanimidade de votos, a relação contendo as nomes e endereços a minoria vencida.
- Art.40. O presente Estatuto hem como suas eventuais alterações serão previamente submetidas à aprovação do Ministério Público, na forma do art. 67 do Código Civil.

CAPÍTULO VI

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 41. A prestação de contas anual da Fundação deverá ser submetida ao exame do Ministerio Público dentro de 6 (seis) meses seguintes ao término do exerção financeiro, e Rel. Emanuel Acaiaba R. de S TABELIONATO ACAIABA conte-

> Autentico a presente fotocopia cos conferir com original que 📅 apresentado. Dou fé.

Palmas, 22 de setembro de 2003

Custas: R:



I – Carta de Representação;

II - Recibo de Entrega;

III – Dados Cadastrais;

IV – Informações sobre a Gestão;

V - Demonstrativos Financeiros;

VI - Fontes e Recursos;

- § 1º A carta de representação e o recibo de entrega deverão ser assinados pelo Presidente e pelo responsável pela contabilidade da Fundação.
- § 2º A Fundação arcará coma as despesas de auditoria externa que o Ministério público determine seja feita para o exame das contas prestadas, quando, a seu critério, julgar necessário.

CAPÍTULO VII

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DAS COMUNICACOLS CONFERE COM O ORIGINAL

DA EXTINÇÃO DA FUNDAÇÃO III. (/ O 2 / O 3

Art. 42. A Fundação poderá ser extinta:

- I Por decisão da maioria absoluta do Conselho Deliberativo ou Assembléia Geral;
- II Por impossibilidade de sua manutenção;
- III Tornando-se ilícito o seu objeto:
- IV Tornando-se inexequível, impossível ou inútil às suas finalidades;
- V Por decisão judicial.
- Art. 43. São competentes para propor a extinção da função:
- I O presidente da Diretoria da Fundação;
- II 2/3 dos membros do Conselho Deliberativo ou Assembléia Geral.
- **Art. 44.** A extinção dar-se-á em reunião extraordinária do Conselho Deliberativo, especialmente convocada para esse fim, por Deliberação da maioria absoluta de 2/3 de seus componentes.

Parágrafo único - O Ministério Público deverá ser notificado de todos os atos relativos ao procedimento de extinção da Fundação, sob pena de nulidade.

destinado a outra instituição congênere, sem fins lucrativos, com regular funcionamento na cidade de Paraíso do Tocantins/TO.

TABELIONATO ACAIABA

ANUNCACIONATO ACAIABA

ANUNCACIONAT

sutentico a presente fotocópia por conferir con apresentaco. Dou fé.

Palmas, 22 de setembro de 2003.

Custas: R\$ 1,00

Жепата Soylza(Miranda



CAPÍTULO VIII

DAS OBRIGAÇÕES PARA COM O MINISTÉRIO PÚBLICO

Art. 46. Constitui obrigação da Fundação junto ao Ministério Público:

I – Requer a autorização prévia para:

- a) alienar bens imóveis;
- b) aceitas doações com encargos;
- c) contrair empréstimos mediante garantia real;
- d) alterar o estatuto;
- e) extinguir a fundação;

II — Remeter cópias de todas as atas de reuniões de seus órgãos ao exame do Ministério Público.

SERVIÇO PUBLICO FEBERAL MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

CAPÍTULO IX

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 47. Os funcionários que forem admitidos para prestarem serviços profissiona à Fundação serão regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 48. As questões e os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos podecisão do Conselho Deliberativo, ad referendum do Ministério Público.

Art. 49. Até a realização da primeira Assembléia Geral Ordinária a ser realizada r época fixada nestes Estatutos, a Fundação será administrada por uma Diretoria provisón a ser eleita após a aprovação do presente Estatuto.

Paraíso do Tocantins/TO, 26 de agosto de 2003.

 TABELIONATO ACAIABA
 Bel. Emanuel Acaiaba R. de Sousa

 Av. JK ACSV-NE 12, Lote 06 - CP 77.065-180 - Palmas / TO - Tel/Fax: (63) 215-4376 / 215-1066

CONFERE COM O ORIGINAL

Auterilico a presente fotocopia por conferir com original que me foi apresentado. Dou fe.

Palmas, 22 de setembro de 2003.

Custas: R\$ 1.00

marin

Renata Souza Miran a ONA Escrevente Notarial Antoxada

9

)



CARTORIUM	DEKATIVA DO BRASIL	森
Jacintho Pereira Nette Tabelle COMARCA DE PARAISO POSICANTINS Bereide Jose View Posicion	ESTADO DO TOCANTINS	-
Vanda Lúcia Rodrigues	O DO 28 OFÍCIO DE NOTAS	مر
Paraiso do locantins Jacintho Pereira Netto	O DO 2º OFÍCIO DE NOTAS SERVICO PUBLICO FEDERAL SERVICO DAS COMUNICAÇÕES MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES ORGENIALO JOSÉ DIAS Pereiro	1/20
2º Tabelião	CONFERE COMO O Geraldo Jose Dias Pereiro Confere Como O Geraldo Jose Dias Pereiro Como O Geraldo Geraldo Jose Dias Pereiro Como O Geraldo Gera	*
TRASLADO PRIMEIRO	LIVRO N° 31 Fls.128v/129	

ESCRITURA PUBLICA DE CONSTITUIÇÃO DA FUNDAÇÃO CULTURAL SÃO JUDAS TADEU, na forma abaixo:

SAIBAM quantos a presente escritura pública de constituição de fundação virem, que no ano c Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de dois mil e tres (2003) aos dezesseis (16) dias do mês de setembr (09), nesta cidade de Paraiso do Tocantins, Termo e Comarca de igual nome, Estado do Tocantins, e por m haver sido esta distribuida perante mim, Tabelião 2º de Notas, compareceu o sr. BENEDITO PIMENTA D SILVA NETO, brasileiro, casado, radialista, portador da CI.RG Nº 783.190-SSP/TO, CPF Nº 047120721-7. residente e domiciliado na Q. 210 Sul, Alameda 13, Lote 19, Casa 02, Palmas-To, e pelo outorgante me foi dit o seguinte a) que resolveu pela presente e nos melhores termos de direito, e de acordo com os art.s 62 a 69 d Cód, civil e 199 a 1.204 do CPC, criar uma Fundação, que terá a denominação de "FUNDAÇÃO CULFURAL SAUJUDAS TADEU", a qual terá a finalidade de difundir idéias culturais, religiosas, hábitos tradições da comunidade, bem como desenvolver metas e instrumentos para a promoção cultural da comunidad em conjunto com as instituições de ensino de primeiro e segundo graus, a qual terá sua sede na rua Tapajó Esquina com a Av. Castelo Branco, nº 461, nesta cidade de Paraiso do Tocantins, To, e será regida pelc Estatutos abaixó constituídos, e deverá estar funcionando dentro do prazo Maximo de 06 (seis) meses, a conta desta data, ou tão logo os seus estatutos sejam aprovados pelas autoridades competentes; b)-que, pela presente nos melhores termos de direito, o outorgante doa à "Fundação Cultural São Judas Tadeu" a quantia d R\$=23.060,00 (vinte tres mil, e sessenta reais); c)-Fica esclarecido que se a Fundação não tiver se funcionamento dentro do prazo acima estabelecido ou se seus estatutos não forem aprovados pelas autoridade competentes por motivos alheios à vontade do outorgante, o valor ora doado voltará ao patrimônio de outorgante doador, de conformidade com o art. 63 do Código Civil. Pelo outorgante foi dito, que a Fundação or constituída será regida por estatutos próprios, devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoa Jurídicas desta cidade de Paraiso do Tocantins, To, no Livro A-03, Fls. 93/v Sob nº 585 de ordem. Assim diss o outorgante, o que porto por fé, e me pediu lavrasse nestas notas esta escritura, que lhes sendo lida em voz alt e achada en conformidade, accitou, outorgou e assina. Dispensadas as testemunhas na forma da lei. Eu,(a) Jacintho Pereira Netto-Tabelião 2º de Notas, que a fiz lavrar, dou fé e assino. Paraiso do Tocantins-To. 16 de setembro de 2003. (a)/BENEDITO PIMENTA DA SILVA NETO. Nada mais Trasladado em seguida. Eu , que a digitei, conferi, dato e assino em público e raso..

Geraldo José Dias Pereira

EM TEST°

DA VERDADE

PARAISO DO TOCANTINS/TG

Palmas,

Gent to José Dias Pereira



SERVIÇO PUBLICO FEDERAL FIL.

ATA N.º01/03 MINISTÉRIO DAS COMUNICACY.

confere com o originals \mathfrak{m} . \mathfrak{gl}

Aos vinte quatro dias do mês de Junho do ano de dois mil e três, as 15:00horas (quinze horas)reuniram-se na residência situada a Rua Tapajós esquina com Castelo Branco n.º461 Centro Paraíso /TO. Os Senhores: Benedito Pimenta da Silva Neto brasileiro, casado, profissão radialista, residente 210 Sul alameda 13 lote 19 casa 02- CPF 047-120-721-72 RG 783-190 SSP-TO. Helena Cristina da Silva brasileira, casada profissão funcionaria publica portadora RG 2185.449 SSP/GO CPF354.448.431-53 residente 210 Sul alameda 13 lote 19 casa 02. Marcos Cristiano Pimenta da Silva brasileiro, solteiro, administrador, portador RG 87.497 SSP-TO CPF 623907.321-00. Luciano Cristiano Pimenta da Silva brasileiro, solteiro, universitário, portador RG770.104 SSP-TO CPF 77.32.74201-00 residente 1006 sul QI34 Lt 09 n.º1072 ST Sudeste Palmas-TO 77145-125. Ivonete Maria de Brito Silva, brasileira, casada, universitária portadora do RG1008289 SSP-GO residente a rua Tapajós esq/com Castelo Branco n.º461. Centro Paraiso.TO .CPF 278.479.341-91. Euripedes Batista da Silva Júnior, brasileiro, casado, universitário portador do RG 395.663 SSP-TO CPF 871.546.411.34 residente a rua Salgado Filho n.º667 Jardim Paulista, Paraiso -TO. Andréa de Brito Silva, brasileira, solteira, arquiteta portadora do RG 305.673 SSP-TO CPF 823.105.051.53, residente a rua Tapajós nº461 Centro, Paraíso. TO. Pedro Lopes de Aguiar, brasileiro, solteiro portador RG283.513 SSP-TO CPF 863260821-53 profissão radialista, residente Av. 2 n.º104 Norte ACNE Conj.3 Lote 02 Sl 02 Centro, Palmas-TO. Monalisa Rosa Santiago, brasileira, solteira, universitária, RG 629867 SSP-GO CPF950 465 181-04 residente QDR 1006 Sul QI34 lt 09 n.º1072 st. Sudeste Palmas-TO. Ranuel Coelho Brandão brasileiro, solteiro, profissão vendedor de automóveis, residente 1003 sul QI12 lt 07 al.23. Para decidirem pela criação de uma fundação de direitos privados sem fins lucrativos denominada "Fundação São Judas Tadeu". Os participantes da Assembléia definiram o conselho curador composto de cinco membros efetivos: Benedito Pimenta da Silva Neto, Helena Cristina da Silva, Marcos Cristiano Pimenta da Silva, Luciano Cristiano Pimenta da Silva, Ivonete Maria de Brito Silva e cinco suplentes: Euripedes Batista da Silva Júnior, Andreia de Brito Silva, Pedro Lopes de Aguiar, Monalisa Rosa Santiago, Ramuel Coelho Brandão. Onde na oportunidade foi escolhido como membro presidente Benedito Pimenta da Silva Neto, o qual nesse ato doou a importância de R\$5.000,00(cinco mil reais), quantia essa destinada aos custos

Av. JK ACSV-NE 12. Lote 06 - CP 77.065-180 - Palmas / TO - Tel/Fax: (S3) 215-4376 (Lp-1066)

Autentico a presente fotocopia por conferir com original que me foi apresentado. Dou fe.

Palmas, 22 de setembro de 2007

Renata Sobza Wiranda Escrevente Notarial Autorizada



iniciais de criação da referida fundação. Os instituidores definiram que na un Rubric próxima Assembléia apresentarão o protocolo de compromisso e a proposta de estatuto da Fundação.

Encerrou-se a presente reunião, as 17:00 horas. Para constar, eu, Benedito Pimenta da Silva Neto, redigi a presente ata que lida e achada conforme, vai assinada pelos instituidores, Paraíso/TO, 24 de Junho de 2003.

Todos assinaram.

TABELIONATO ACAIABA AV. JK ACSV-NE 12, Lote 06 - CP

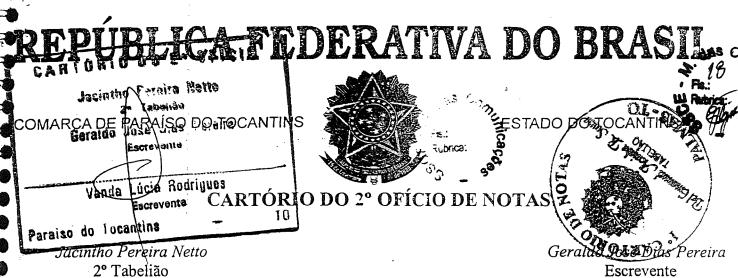
Autentico a presente fotocopia por conferir com original que me foi

apresentado. Dou fe.

Palmas, 22 de setembro de 200

Escrevente Notarial Autorizada





TRASLADO PRIMEIRO

LIVRO Nº 31

Fls.128v/129

ESCRITURA PUBLICA DE CONSTITUIÇÃO DA FUNDAÇÃO CULTURAL SÃO JUDAS TADEU, na forma abaixo:

SERVIÇO PUBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES CONTRADE COM O ORIGINAL

SAIBAM quantos a presente escritura pública de constituição de fundação virem, que no ano de Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de dois mil e tres (2003) aos dezesseis (16) días do mês de setembro (09), nesta cidade de Paraiso do Tocantins, Termo e Comarca de igual nome, Estado do Tocantins, e por me haver sido esta distribuida perante mim, Tabelião 2º de Notas, compareceu o sr. BENEDITO PIMENTA DA SILVA NETO, brasileiro, casado, radialista, portador da CI.RG Nº 783.190-SSP/TO, CPF Nº 047120721-72, residente e domiciliado na Q. 210 Sul, Alameda 13. Lote 19. Casa 02, Palmas-To, e pelo outorgante me foi dite o seguinte: á)-que résolveu pela presente e nos melhores termos de direito, e de acordo com os art.s 62 a 69 do Cód. Civil e 4,199 a 1.204 do CPC, criar uma Fundação, que terá a denominação de "FUNDAÇÃO" CULTURAL SÃO JUDAS TADEU", a qual terá a finalidade de difundir idéias culturais, religiosas, hábitos c tradições da comunidade, bem como desenvolver metas e instrumentos para a promoção cultural da comunidade em conjunto com as instituições de ensino de primeiro e segundo graus, a qual terá sua sede na rua Tapajós Esquina com a Av. Castelo Branco, nº 461, nesta cidade de Paraiso do Tocantins, To, e será regida pelo: Estatutos abaixo constituídos, e deverá estar funcionando dentro do prazo Maximo de 06 (seis) meses, a conta: desta data, ou tão logo os seus estatutos sejam aprovados pelas autoridades competentes; b)-que, pela presente ϵ nos melhores termos de direito, o outorgante doa à "Fundação Cultural São Judas Tadeu" a quantia de R\$=23.060,00 (vinte tres mil, e sessenta reais): c)-Fica esclarecido que se a Fundação não tiver seu funcionamento dentro do prazo acima estabelecido ou se seus estatutos não forem aprovados pelas autoridades competentes por motivos alheios à vontade do outorgante, o valor ora doado voltará ao patrimônio de outorgante doador, de conformidade com o art. 63 do Código Civil. Pelo outorgante foi dito, que a Fundação ora constituída será regida por estatutos próprios, devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas desta cidade de Paraiso do Tocantins, To, no Livro A-03, Fls. 93/v Sob nº 585 de ordem. Assim disse o outorgante, o que porto por fé, e me pediu lavrasse nestas notas esta escritura, que lhes sendo lida em voz alta e achada em conformidade, accitou, outorgou e assina. Dispensadas as testemunhas na forma da lei. Eu.(a)-Jacintho Pergira Natto-Tabelião 2º de Notas, que a fiz lavrar, dou fé e assino. Paraiso do Tocantins-To. 16 de setembro de 2003. (a)/BENEDITO PIMENTA DA SILVA NETO. Nada mais. Trasladado em seguida. Eu.

Geraldo José Dias Pereira

EM TEST°

, que a digitei, conferi, dato e assino em público e raso...

DA VERDAD

PARAÍSO DO TOCANTINS/TO,

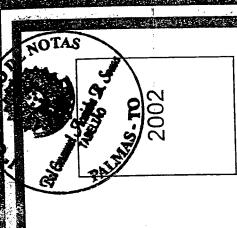


PODER EXECUTIVES. PARAÍSO DO TOCANTINS

THE MONINISTRACAGE 2001/2004 - GOVERNO DA ALIANÇA

Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico Gerência de Arrecadação e Dívida Ativa

Exercicio: 2003



ALVARÁ DE LICENÇA

5873469000159

CNPJ / CPF.: 15031101 SCRIÇÃO MUNICIPAL

nos termos do artigo 234, incisos I e II, da Lei Complementar nº 001; de 17 de Dezembro de 2001, concede-se o presente, conforme conhecimento do DARP nº... FUNDACAO CULTURAL SAO JUDAS TADEU.

antasia.:FUNDACAO CULTURAL SAO JUDAS TADEU. Indereco.:RUA TAPAJOS Q.10 L.01 N.461 CENTR Atividade:ATIVIDADE DE RADIO. dados identificados abaixo:

NICIO DAS ATIVIDADES 16.09.2003 bservacoes:

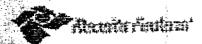
Data of This is a sale 31/12/2003

AFIXAR EM LOCAL VISÍVEI

Secretário do Desenvolvimento

Toll de Desenvoir oara exercer sua atividade, enquanto satisfizer às exigências da legislação em vigor, conforme





Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte.

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providende junto à SRF a sua atualização cadastral.



	CADASTRO NACIONAL	RATIVA DO BRASIL L DA PESSOA JURIDICA				
10,873,469,0001-69	COMPROVANTE DE INS	SCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO DATA DE ASERTURA 18.09/2003				
HOME EMPRESARIAL FUNDĂCĂO CULTURAL S	SAO JUDAS TADEU					
TITULO DO ESTABELEC MENTO (FUNDACAO CULTURAL S	NOME DE FANTASIA) SAO JUDAS TADEU	idato				
CÓDICO E DESCRIÇÃO DA ATIVIO 82.21-6-00 - Atividades de	Pade económica principal P ácio					
CÓDIZO E DESCRIÇÃO DA NATUR 306-9 - OUTRAS FORMAS	REZAJURIDEA E DE FUNDA COES MANTIDAS COI	M RECURSOS PRIVADOS				
LOGRADOURO RUA TAPAJOS	1	NUMERO COMPLEMENTO ESQ. C/AV CASTELO				
	AIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICIPIO UF TO PARAISO DO TOCANTINS				
SITUAÇÃO CAMPET RAL		DATA DA SITUAÇÃO CADAST RAL 18/09/2003				
SITUAÇÃO ESPECIAL	1	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL				

Aprovado pela instrução Normativa SRF nº 200, de 13 de setembro de 2002.

Emitido no dia 18/09/2003 às 14:59:52 (data e hora de Bras 3)

SERVIÇO PUBLICO FEDERAL

Valler i

TABELIONATO ACAIABA

Av. JK ACSV-NE 12, Lote 06 - CP — D65-180 - Palmas / TO - Tel/Fax: (63) 215-4376 / 215-1066

Autentico a presente fet coopia por conferir com original que me foi apresentado. Dou fé. Custas: R\$ 1,00

Palmas, 22 de setembro de 2003.

= anata Souza Escrevente Nytarial Autorizada





República Federativa do Brasil

ESTADO DO TOCANTINS

Cartório do 2º Oficio

Jacintho Pereira Netto

- Oficial

CARTORIO de protestos, registros de Pessoas juridicas, títulos e documentos Jacintho Pereira Netto Oficial Geraldo José Dias Caretta

Sub-Oficial

Paraiso do Tocantias

Geraldo José Dias Pereira
— Sub-Official —

Jacintho Pereira Netto Oficial do Registro de Pessoas Jurídicas Títulos, Documentos e Protestos Tabelião 2º de Notas.

ERTIDÃO

CERTIFICA a requerimento verbal de parte interessada que revendo em seu poder e cartório os

Livros e registros de Pessoas Jurídicas A-03, as fls. 46/V, sob o nº. 561 de Ordem, em data de 27/06/2003; Constatei o registro de uma ata e um estatuto da: FUNDAÇAO SÃO JUDAS TADEU. RUA TAPAJOS, ESQ. C/ AV. CASTELO BRANCO, Nº. 461- CENTRO, NESTA CIDADE DE PARAISO DO TOCANTINS/TO

> SERVICO PUBLICO FEDERAL WINISTÉRIO DAS COMUNICACÓES CONFERE COM O ORIGINAL

O referido é verdade e deu fé

EM TEST.

Paraiso do Tocantins - To

Sub-Official

TABELIONATO ACAIABA

Av. JK ACSV-NE 12, Lote 06 - 277.065-180 - Palmas / TO - Tel/Fax: (63) 215-4376 / 215-1066

Autentico a presente fotocopia por conferir com original que me foi apresentado. Dou fé.

Palmas, 22 de setembro de 2003.

Renata Souza Miranda Escrevente Motariai Autorizada





Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo B – sala 300 70044-900 – Brasília-DF Tel.: (61)311-6000 – Fax: 311-6617

Oficio nº 119f3/2003/DOS/SSCE-MC

Brasília, 15 de dizembro de 2003.

Ao Senhor Diretor Geral da Fundação Cultural São Judas Tadeu Rua Tapajós, esquina com Avenida Castelo Branco, nº 461, Centro 77.600-000 Paraíso do Tocantins/TO

Assunto: Solicitação de documentação

Prezado Senhor,

Mediante análise das solicitações de execução de serviços de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada em caráter educativo nas cidades de Paraíso do Tocantins (proc. nº 53000.030626/03), Alvorada do Tocantins (proc. nº 53000.034475/03), Colinas do Tocantins (proc. nº 53000.034474/03) e Natividade (proc. nº 53000.034473/03), todas localizadas no Estado do Tocantins, requeridas por **Fundação São Judas Tadeu**, constatou-se a necessidade de apresentação da seguinte documentação para a correta instrução dos pedidos (apresentar quatro cópias da documentação, uma para cada feito; as cópias devem ser autenticadas em cartório):

- Requerimento dirigido ao Ministro das Comunicações, firmado pelo
 Diretor Geral (nos termos do estatuto da Enfidade), indicando o canal
 pretendido;
 MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
 COMPERE COM O CRICINAL
- Ata de eleição da Diretoria da entidade;
- Aprovação do estatuto da entidade pelo Ministério Públic da Comarca onde está sediada;
- Realizar alteração no estatuto para incluir cláusula estabelecendo que "o serviço de radiodifusão será executado sem finalidade comercial, isto é, com fins exclusivamente educativos e culturais". Lembra-se que qualquer alteração no estatuto deve ser aprovada pelo Ministério Público. Portanto, apresentar também comprovação da aprovação de todas as alterações estatutárias realizadas no passado;
- Declaração, firmada pelo Diretor Geral (nos termos do estatuto), de que a entidade dispõe de recursos financeiros para o empreendimento;

A

mfl/cgo:



Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo B – sala 300 70044-900 – Brasília-DF Tel.: (61)311-6000 – Fax: 311-6617

- Declaração firmada pelo Diretor Geral afirmando que:
 - 1. a entidade não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da presente concessão e que, caso venha a ser contemplada com a outorga, não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/67;
 - 2. nenhum sócio integra d quadro social de outra entidade executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na localidade objeto da concessão, nem de outras empresas de radiodifusão, em municípios diversos, em excesso aos limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/67.
- Declaração referente à Portaria Interministerial nº 651/99, firmada pelo Diretor Geral da entidade;
- Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.
- prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal da sede da entidade, ou outra equivalente, na forma da lei.
- Declaração, firmada pelos membros da Diretoria da entidade, nos seguintes termos:
 - 1. não participa da cireção de outra executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, no município onde se pretende instalar a estação, nem de quaisquer empresas de radiodifusão, em outros municípios, em excesso aos limites fixados no artigo 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso a entidade venha a ser contemplada com a outorga;
 - 2. não está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar, nem exerce cargo de supervisão ou assessoramento na Administração Pública, do qual decorra foro especial.
- Prova de nacionalidade (carteira de identidade, certidão de nascimento etc) de todos os membros da Diretoria;
- Prova atualizada de cumprimento das obrigações eleitorais, mediante certidão fornecida pela Justiça Eleitoral, de todos os membros da Diretoria;

mfl/cgos



Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo B – sala 300 70044-900 – Brasília-DF Tel.: (61)311-6000 – Fax: 311-6617



- Certidões atualizadas dos cartórios distribuidores cíveis, criminais e de protesto de títulos dos locais de residência dos últimos cinco anos, bem como dos locais onde exerçam ou tenham exercido, no mesmo período, atividades econômicas, referente a todos os membros da Diretoria.
- 3. Devem os interessados, dentro do prazo de 30 dias a partir do recebimento deste, apresentar a documentação descrita acima sob pena de **arquivamento** do procedimento em questão.

Atenciosamente,

CARLOS ALBERTO FREIRE RESENDE

Diretor do Departamento de Outorga de Serviços

Cum

SERVIÇO PUBLICO FEBERAL MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES CONFERE COM O CRIGINAL É M. 11 / 02 / 04





Oficio nº 003/2004

Brasília, 08 de janeiro de 2004.

Senhor Diretor,

Atendendo à solicitação desse Ministério, através do Ofício nº 11.973/2003/DOS/SSCE-MC, encaminhamos a documentação relativa ao Processo 53000.034475/2003-17, que trata da concessão de outorga para execução de serviços de radiodifusão em rádio, com fins educativos, no Município de Alvorada do Tocantins, Estado do Tocantins.

Atenciosamente,

BNEDITO PIMENTA DA SILVA NETO
Presidente

SERVIÇO PUBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES CONFERE COM O ORIGINAL

K M,

A Sua Senhoria o Senhor

CARLOS ALBERTO FREIRE REZENDE

Director de de contrare de Contrar

Diretor do departamento de Outorga de Serviços Ministério das Comunicações



Ass Comunication of the second of the second

ATA Nº: 01/03

Aos vinte e quatro dias do mês de Junho do ano de dois mil e três, às 15:00hs (quinze horas) reuniram-se na residência situada à Rua Tapajós esquina com Castelo Branco nº: 461 Centro Paraíso do Tocantins-TO, os senhores: BENEDITO PIMENTA DA SILVA NETO, brasileiro, casado, profissão radialista, residente na QD 210 Sul Alameda 13 Lote 19 casa 02 CPF nº: 047.120.721-72, RG nº: 783.190 SSP-TO. HELENA CRISTINA DA SILVA, brasileira, casada, profissão funcionária pública, portadora do RG nº 2.185,449 SSP-GO, CPF nº: 354,448,431-53, residente na QD 210 Sul Alameda 13 Lote 19 casa 02, MARCOS CRISTIANO PIMENTA DA SILVA, brasileiro, solteiro, administrador, portador RG nº: 87.497 SSP-TO, CPF nº: 623.907.321-00, LUCIANO CRISTIANO PIMENTA DA SILVA, brasileiro, solteiro, universitário, portador RG nº: 770.104 SSP-TO,CPF nº: 773.274.201-00, residente na QD 1001 Sul QI 34 Lote 09 nº: 1072 ST Sudeste Palmas-TO, Cep: 77.145-125, IVONETE MARIA DE BRITO SILVA, brasileira, casada, universitária. portadora RG nº: 1.008.289 SSP-GO, residente à Rua Tapajós esquina com Castelo Branco nº: 461 Centro Paraíso do Tocantins-TO, CPF nº: 278.479.341-91, EURÍPEDES BATISTA DASILVA JÚNIOR, brasileiro, casado, universitário portador RG nº: 395.663 SSP-TO CPF nº: 871.546.441-34 residente à Rua Salgado Filho nº: 667 Jardim Paulista, Paraíso do Tocantins-TO, ANDRÉA DE BRITO SILVA, brasileira, solteira, arquiteta, portadora RG nº: 305.673 SSP-TO, CPF nº: 823.105.051-53, residente à Rua Tapajós esquina com Castelo Branco nº: 461 Centro Paraíso do Tocantins-TO, PEDRO LOPES DE AGUIAR, brasileiro, solteiro, portador RG nº: 283.513 SSP-TO, CPF nº: 863.260.821-53, profissão radialista, residente QD 104 Norte ACNE II Conj 03 Lote 02 Sala 02 Centro Palmas-TO, MONALISA ROSA SANTIAGO, brasileira, solteira, universitária, RG nº: 629.867 SSP-GO, CPF nº: 950.465.181-04, residente QD 1006 Sul QI 34 Lote 09 nº: 1072 St. Sudeste Palmas-TO, RANUEL COELHO BRANDÃO, brasileiro, solteiro, profissão vendedor de automóveis, residente da OD 1003 Sul QI 12 Lote 07 Alameda 23, Para decidirem pela criação de uma fundação de direito privado sem fins lucrativos denominado "FUNDAÇÃO CULTURAL SÃO JUDAS TADEU", Os participantes da Assembléia definiram o conselho deliberativo compostos de cinco membros efetivos: Presidente:BENEDITO PIMENTA DA SILVA NETO, Vice-Presidente: HELENA CRISTINA DA SILVA, Diretor Geral: MARCOS CRISTIANO PIMENTA DA SILVA, Diretor Financeiro: LUCIANO CRISTIANO PIMENTA DA SILVA, Diretor Secretário: IVONETE MARIA DE BRITO SILVA e cinco suplentes: EURÍPEDES BATISTA DA SILVA JÚNIOR, ANDRÉA DE BRITO SILVA, PEDRO LOPES DE AGUIAR, MONALISA ROSA SANTIAGO, RANUEL COELHO BRANDÃO. Onde na oportunidade foi escolhido como membro presidente BENEDITO PIMENTA DA SILVA NETO, o patrimônio inicial da Fundação Cultural São Judas Tadeu, será de R\$ 23.060,00 (vinte e três mil e sessenta reais), destinados a ela por seu fundador, representados pelos bem abaixo relacionados:

1) Um aparelho telefônico	R\$ 70,00
2) Rede de Inform. e Equip. de Instalação	R\$ 700,00
3) Aterramento	R\$ 230,00
4) Um Armário	R\$ 220,00
5) 24 meses de aluguel	R\$ 8.700,00
6) 24 meses de água, luz, telefone e internet	R\$ 5.520,00
7) 04 mesas de escritório	R\$ 520,00
8) 06 cadeiras	R\$ 390,00
9) 02 computadores	R\$ 3.400,00
10) Uma impressora	R\$ 320,00
11) Um scanner	R\$ 290,00
12) Material Escritório	R\$ 1.200,00
13) Manutenção de Equipamentos por 24 meses	R\$ 1.500,00

TOTAL.

•

CONFERE COM O ORIGINAL





República Federativa do Brasil

ESTADO DO TOCANTINS

Cartório do 2º Oficio

Jacintho Pereira Netto - Oficial -

Geraldo José Dias Pereira

— Sub-Oficial —

Jacintho Pereira Netto Oficial do Registro de -Pessoas Jurídicas Títulos, Documentos e Protestos Tabelião 2º de Notas.

OBS.: Tx Judiciária à recolhe Jaciniho Pereira Nello

CERTIDÃO

CERTIFICA a requerimento verbal de parte interessada que

revendo em seu poder e cartório os

Livros de registros de Protestos, neles

não constam nenhum protesto de títulos de crédito em desfavor de: ANDREA DEBRITO SILVA.CNPJ/CPF=823.105.051-53; Brasileira, solteira, arquiteta, residente e domiciliado nesta de cidade de Paraíso do Tocantins/To.

> SERVIÇO PUBLICO PEDENAL MINISTÉRIO DAS CONCUMICAÇÕES CONFERE COM O ORIGINAL

O referido é verdade e dou fé EM TEST. DA VERDADE Peraiso do Tocantins - To / 23/10 HZEMB/RO/2003/ Sub Official

> Vanda Lúcia Rodrigue: ESCREVENTE





das Conunica Fis.: 28 WRubrica: So _ secon

República Federativa do Brasil

Cartório do 2.º Ofício

Jacintho Pereira Netto

Geraldo José Dias Pereira
--- Sub-Oficial ---

CARTORIO

de protestos, registros de pessoas
de protestos, titulos e documentos
juridicas, titulos e pereira Netto
juridicas, titulos pereira Netto
Geraldo José Dias Pereira

Geraldo José Dias Pereira

Jacintho Pereira Netto Oficial do Registro de Pessoas Jurídicas Títulos, Documentos e Protestos Tabelião 2.º De Notas.

ERTIDÃO

CERTIFICA a requerimento verbal de parte interessada que revendo em seu poder e cartório os

Livros e registros de Pessoas Jurídicas A-03, as fls.101V/102, sob o nº. 607, de Ordem, em data de 05/12/2003; Constatei o registro de uma(01) ata da: FUNDAÇÃO CULTURAL SÃO JUDAS TADEU; Estabelecida à Rua Tapajós, esquina com Av. Castelo Branco, nº. 461-centro, nesta cidade de Paraíso do Tocantins/To.

SERVICO PUBLICO FEBERAL

MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES

CONFERE COM O ORIGINAL

/ 02/04

L

R

O referido é verdade e dou fé

EM TEST.:

, DA VERDADE

Paraíso do Tocantins - To,

DEZEMBRO DE 2003

Sul Oficial

BS.: Tx. Ju





ESTADO DO TOCANTINS PODER EXECUTIVO - PARAÍSO DO TOCANTINS



ADMINISTRAÇÃO 2001/2004 - GOVERNO DA ALIANÇA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO GERENCIA DE ARRECADACAO E DIVIDA ATIVA

CERTIDAO NEGATIVA DE DEBITOS TRIBUTARIOS EMITIDO EM 05/01/2004 VALIDO ATE 05/03/2004 \$

Certifico para os fins de direito que a Empresa de Razao Social FUNDACAO CULTURAL SAC JUDAS TADEU.xxxxxxxx, e fantasia FUNDACAO CULTURAL SAO JUDAS TADEU.xxxxxxxx, com inscricao mu-, situada no endereco nucipal de numero 15031101 RUA TAPAJOS Q.10 L.01 N.461 CENTROXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX inscrito CGC/CPF 05873469000159 , encontrate atellesta data Enal MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES quite com os debitos tributarios. CONFERE COM O ORIGINAL

Ressalva:

//

Fica ressalvado o cireito de a Fazenda Publica Municipal cobrar quaisquer dividas de responsabilidade do contribuinte acima citado, que vierem a ser apuradas mediante futu-
 TABELIONATO ACAIABA
 Bel. Emanuel Acaiaba R. de Sousa

 Av. JK ACSV-NE 12, Lote 06 - CP 77.065-180 - Palmas / TO - Tel/Fax: (63) 215-4376 / 215-1066
 ra verificacao. TABELIONATO ACAIABA

> Autentico a presente fotocópia por conferir com original que me foi apresentado. Dou fé.

Zm.

PARA FINS DE LICITACAO.

Pairmas, 07 de janeiro de 2004

Custas: R\$ 1,00

DE NOTAS

Ana Seirha Máta Escrevente Notarial Autorizada

Desenvelumento Eccn

Adalberto Hiberto Souza Matthewacumaine 55

2

= Paraiso cara voce: 095 de 24-06-05



Certidão Negativa

Ministério da Fazenda

Destaques do ocwerno

Página 1 de 2





Clique agus para voltar à Página Inicial.



Ministério da Fazenda

Secretaria da Receita Federal

Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais

Nome: FUNDAÇÃO CULTURAL SÃO JUDAS TADEU

CNPJ: 05.873.469/0001-59

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar quaisquer dividas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas aos tributos e contribuições federais administracios pela Secretaria da Receita Federal.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do coraribuinte no âmbito desta Secretaria da Receita Federal, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenca Nacional.

Certidão expedida com base na IN/SRF nº 93, de 23 de novembro de 2001.

Emitida às 10:12:38 do dia 07/01/2004 (hora e data de Brasília). Válida até 07/07/2004.

Código de controle da certidão: 80EE.04C3.20C8.6338

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria da Receita Federal na Internet, no endereço http://www.receita.fazenda.gov.br.

A certidão expedida em nome de pessoa jurídica abrange exclusivamente o estabelecimento identificado no CNPJ.

Certidão expedida gratuitamente.

Aprovado pela IN/SRF nº 93, de 23/11/2001.

BELIONATO ACAIABA Bel. Emanuel Acaiaba R. de Sousa 10 1/2 Consulta

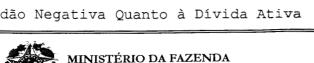
JK ACSV-NE 12, Lote 06 - CP 77.065-180 - Palmas / TO - Tel/Fax: (63) 215-4376 / 215-1066 TABELIONATO ACAIABA

s/ATSPO/Certidao/CertI... 07/01/2004

Autentico a presente fotocópia por conferir com original que m apresentado. Dou fé.

Palmas, 07 de janeiro de 2004

Ana Selma Gota Barbosa Escrevente Notarial Autorizada



PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

CERTIDÃO QUANTO À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

NEGATIVA

CNPI 05.873.469/0001-59

Nome Completo

FUNDACAO CULTURAL SAO JUDAS TADEU

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifica-se, para os fins de direito, que, analisados os registros da Dívida Ativa da União, verificou-se a NÃO EXISTÊNCIA de INSCRIÇÕES em nome do contribuinte acima identificado. E, para constar, foi extraída, por intermédio da Internet (rede mundial de computadores), esta certidão NEGATIVA.

ASPECTOS JURÍDICOS DE VALIDADE

Esta certidão é fornecida gratuitamente tendo validade por 30 dias (Portaria PGFN nº 22, de 19 de janeiro de 2001), não prevalecendo sobre certidões emitidas posteriormente.

Decreto-lei nº 147, de 03 de fevereiro de 1967: "Art. 62. Em todos os casos em que a lei exigir a apresentação de provas de quitação de tributos tecerais, incluir-se-á, obrigatoriamente, dentre aquelas, a certidão negativa de inscrição de dívida ativa da União, fornecida pela Procuradoria da Fazenda Nacional competente."

ASPECTOS TÉCNICOS DE VALIDADE

SERVIÇO PUBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES CONFERE COM O ORIGINAL

Emissão às 10:16:56 do dia 07/01/2004

Código de Controle da Certidão: 67AD.1B8C.C8E3.946F

Tanto a veracidade da informação quanto a manutenção da condição de não devedor poderá ser verificada na seguinte página na Internet: http://www.pgfn.fazenda.gov.br

Atenção: Qualquer rasura ou emenda INVALIDARÁ este documento.

http://www.pgfn.fazenda.gov.br serry certidao/certidao.asp

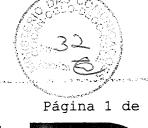
TABELIONATO ACAIABA Bei. Emanuel Acaiaba R. de Sousa
Av. JK ACSV-NE 12, Lote 06 - CP 77.065-180 - Palmas / TC - TeVFax: (63) 215-4376 / 215-1066

Autentico a presente fotocopia por conferti com original que me fo

apresentado. Dou fé.

Custas: R\$ 1

Palmas, 07 de janeiro de 2004. Ana Seiria Meta Barbosa Escrevente Notarial Autorizada









CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO

ESQ. C

Nº 000062004-28001044

DADOS DO SUJEITO PASSIVO:

CNPJ: 05.873.469/0001-59

NOME: FUNDAÇÃO CULTURAL SÃO JUDAS TADEU

ENDERECO: RUA TAPAJOS BAIRRO OU DISTRITO: CENTRO

MUNICIPIO: PARAISO DO TOCANTINS

ESTADO: TO CEP: 77600-000

FINALIDADE DA CERTIDÃO:

QUAISQUER DAQUELAS PREVISTAS NAS LEIS 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991, E ALTERACOES, EXCETO PARA:

- AVERBAÇÃO DE CONSTRUÇÃO CIVIL EM IMOVEL;
- REDUCAO DE CAPITAL SOCIAL E TRANSFERENCIA DE CONTROLE DE COTAS SOCIEDADES DE RESPONSABILIDADE LIMITADA;
- BAIXA DE FIRMA INDIVIDUAL, CISAO TOTAL OU FARCIAL, TRANSFORMACAO OU EXTINCAO DE ENTIDADE OU SOCIEDADE COMERCIAL OU CIVIL.

E CERTIFICADO, NA FORMA DO DISPOSTO NA LEI NO 8.212/91 E ALTERACOES, QUE, PARA A FINALIDADE DISCRIMINADA, INEXISTE DEBITO IMPEDITIVO A EXPEDICAO DESTA CERTIDAO EM NOME DO SUJEITO PASSIVO ACIMA IDENTIFICADO, RESSALVADO AO INSS O DIREITO DE COBRAR QUALQUER IMPORTANCIA QUE VENHA A SER CONSIDERADA DEVIDA. VALIDA PARA TODOS OS ESTABELECIMENTOS DA EMPRESA, MATRIZ E FILIAIS.

A ACEITACAO DA PRESENTE CERTIDAO ESTA CONDICIONALA A VERIFICACAO DE SUA VALIDADE NA INTERNET, NO ENDERECO www.previdenciasocial.gov.br, OU EM QUALQUER AGENCIA DA PREVIDENCIA SOCIAL CU UNIDADE AVANCADA DE ATENDIMENTO DA PREVIDENCIA SOCIAL.

DEVERA SER OBSERVADA A FINALIDADE PARA A QUAL FOI EMITIDA MINISTÉRIO DAS COMUMICAÇÕES COM VALIDADE ATE 06/04/2004 . VALIDA POR 90 DIAS DA DATA DA SUA EMISSAO.

SERVICO PUBLICO FEDERAL

CONFERE COM O ORIGINAL

PREVIDÊNCIA SOCIAL. A SEGURADORA DO TRABALHADOR BRASILEIRO.



inical election

EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL



file://C:\WINDOWS\TEMP\triAENKP.htm

 TABELIONATO ACAIABA
 Bel. Emanuel Acaiaba R. de Sousa

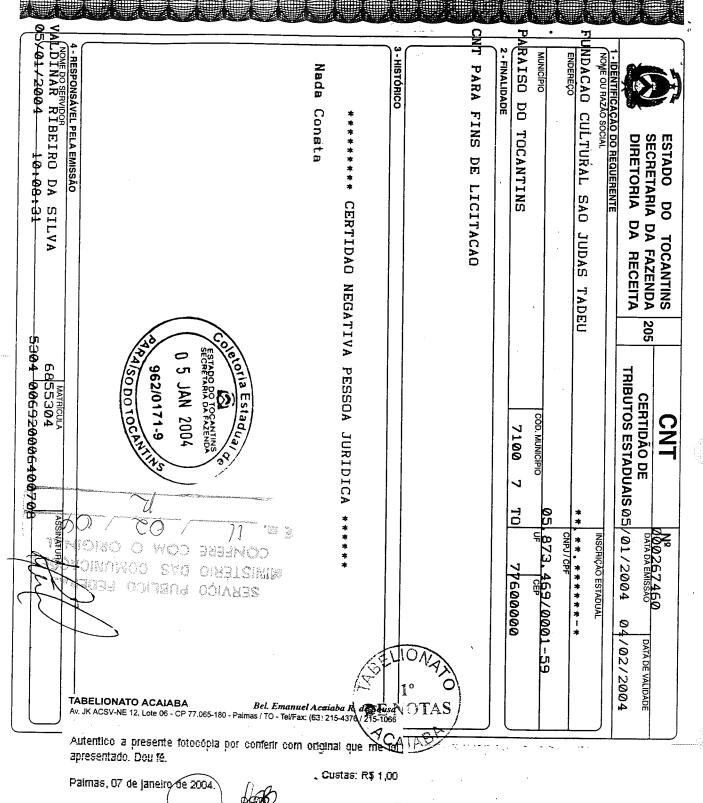
 Av. JK ACSV-NE 12, Lote 06 - CP 77.065-180 - Pairnas / TO - Tel/Fax: (63) 215-4376 / 215-1066

Autentico a presente fotocopia por conferir com original que me foi apresentado. Dou fé.

Paimas, 07 de janeiro de 2004.

Ana Selma Mote Barbosa Escrevente Notarial Autorizada Custas: RS 1

07/01/2004



Ana Seima Mata Baitosa Escrevente Notarial Autorizada

Ses Comunication (1985)





Tabelionato Barbosa Neto
Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas, Titulos, Documentos e Protestos

Cartório Único de Protestos

Comarca de Palmas-Estado do Tocantins

Certidão NEGATIVA de Protesto

GERALDO FERREIRA BARBOSA NETO, OFICIAL DO CARTORIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS, PESSOAS JURIDICAS E PROTESTOS, DESTA COMARCA DE PALMAS.

Certifica e da fé, em virtude de requerimento de MONALISA ROSA SANTIAGO CPF: 950.465.181-04, RG: 629.867 SSP/TO que revendo, em cartório os livros de "Registro de Instrumento de Protesto", NÃO ENCONTROU protesto de títulos contra:

MONALISA ROSA SANTIAGO

Esta certidão se refere ao período de 23 de Dezembro de 1993 a 23 de Dezembro de 2003.

Nada mais quanto ao pedido feito. O referido é verdade e dou fé.

SERVICO PUBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES Palmas, 23 de Dezembro de 2003. CONFERE COM O ORIGINAL

Disobaid

GERALDO FERREIRA BARBOSA NETO

Oficial Interino Maria Rusis Porto Mata

Mana Liuzia "Porto Ma. Sub-Oficial e Escravarta

Custas : R\$ 19,50 Taxa Judiciaria : R\$ 2,61

Sub-Total: R\$ 22,11

Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, Titulos, Documentos e Protestos

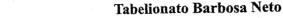
104 Sul 02 Av. LO 01 Lote 26 Cx. Postal 100 - CEP 77020-020 PALMAS - TO

Serventuário :

Válida por 30 Dias ✓







Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas, Títulos, Documentos e Protestos Cartório Único de Protestos

Comarca de Palmas-Estado do Tocantins

Certidão NEGATIVA de Protesto

GERALDO FERREIRA BARBOSA NETO, OFICIAL DO CARTORIO DE REGISTRO E DOCUMENTOS, DE TÍTULOS PESSOAS JURIDICAS E PROTESTOS, DESTA COMARCA DE PALMAS.

Certifica e da fé, em virtude de requerimento de RANOEL COELHO BRANDAO CPF: 596.819.691-20, RG: 395.353 SSP/TO que revendo, em cartório os livros de "Registro de Instrumento de Protesto", NÃO ENCONTROU protesto de títulos contra:

RANOEL COELHO BRANDAO

Esta certidão se refere ao período de 23 de Dezembro de 1993 a 23 de Dezembro de 2003. Nada mais quanto ao pedido feito. O referido é verdade e dou fé.

Palmas, 23 de Dezembro de 2003.

SERVICO PUBLICO FEDERAL MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES

GERALDO FERREIRA BARBOSA NETO

Oficial Interino

Maria Ruzia Porto Maia

26 750 752/0001-63

Cartório de Registro de Pessoas Juridices, Titulos, Documentos e Protestos

104 Sul 02 Av. LO 01 Lote 26 Cx. Postal 100 - CEP 77020-020

PALMAS - TO

Serventuário:

Sub-Total: R\$ 22,11

Custas : R\$ 19,50 Taxa Judiciaria : R\$ 2,61

Válida por 30 Dias ~





ESTADO DO TOCANTINS

CARTORIO DE CISTA DO COMPANDO DE CISTA DO CARTORIO DISTRIBUIDOR

PRAÇA JOSE TO RRES Nº 700, CEP 77.000-000 FONE (0xx63) 602-1360

CARTORIO DE CISTA DO COMPANDO CERTIDÃO

CARTORIO DE CISTA DO COMPANDO CERTIDÃO POTOISO TO TOCOMITIST TO

JOSÉ HERIOVALDO **QUEIROZ** SANTOS. Distribuidor Judicial desta Comarca de Paraíso do Tocantins - TO, na forma da lei etc.

SERVICO PUBLICO FEDERAL

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

CONFERE COM O ORIGINAL

CERTIFICA a requerimento verbal de parte interessada que, revendo os livros, papéis, autos e demais assentamentos neste cartório, ora a meu cargo constatei a inexistência de AÇÕES CRIMINAIS, INQUÉRITO POLICIAL E TERMO CIRCUNSTANCIADO DE INFRAÇÃO PENAL (Lei nº 9.099/95) em desfavor:

NOME: MONALISA ROSA SANTIAGO.

Nome do Pai: JUCELINO DA MATA SANTIAGO.

Nome da Mãe: ANTÔNIO DA MATA SANTIAGO.

Nacionalidade: BRASILEIRA. Naturalidade: BALSAS - MA. Estado civil: UNIÃO ESTÁVEL.

Profissão: FUNCIONÁRIA PÚBLICA.

CPF: 950.465.181 - 04.

Identidade: 629.867 - SSP/TO.

Residente e domiciliada à 1004 Sul, Alameda 04, Lote 08, Centro, Palmas -

TO.

O referido é verdade e dou fé.

DADA E PASSADA nesta cidade e Comarca de Paraíso do Tocantins - TO, aos vinte e três (23) dias do mês de dezembro (12) do ano de dois mil e três (2003).

> JOSÉ HEŘĬOVALDO Q. SANTOS Distribuidor Judicial CPF nº 227.694.391-20

Esta certidão tem o prazo de validade de 60 dias, a contar da data de sua expedição, conforme provimento nº 036/02 - CGJ - TO, seção 6, item 2.6.2.

Lei n ° 1286 Capítulo III Item I, II, III, IV Valor R\$ 20,00 TABELIONATO ACALABA

Bel. Emanuel Acaiaba R. de Sousa

Av. JK ACSV-NE 12, Lote Ce - CP 77,065-185 - Palmas / TO - Tel/Fax; (63) 215-4376 / 215-1066

Autentico a presente fotocopia por conferir com original que me fol apresentado. Dou fe.

Palmas, 29 de dezembro de 2003

Ana Selma Mola B Escrevente Maria Autorizada





ESTADO DO TOCANTINS PODER JUDICIARIO

COMARCA DE PARAISO DO TOCANTINS CARTORIO DISTRIBUIDOR

PRAÇA JOSÉ TORRES Nº 700, CEP 77.600-000 FONE (0xx63) 602-1360

CARTORIO DE DISTRIBUIÇÃO Paraiso A Tocantins - 10 José Heriovaldo Q. Santos Contactor | Histriburdor

CERTIDAO

JOSÉ HERIOVALDO **QUEIROZ** SANTOS. Distribuidor Judicial desta Comarca de Paraíso do Tocantins - TO, na forma da lei etc.

SERVICO POBLICO FEBERAL

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

COMPERE COM O ORIGINAL

CERTIFICA a requerimento verbal de parte interessada que, revendo os livros, papéis, autos e demais assentamentos neste cartório, ora a meu cargo constatei a inexistência de AÇÕES CRIMINAIS, INQUÉRITO POLICIAL E TERMO CIRCUNSTANCIADO DE INFRAÇÃO PENAL (Lei nº 9.099/95) em desfavor:

NOME: HELENA CRISTINA DA SILVA.

Nome do Pai: LUCAS CRISTINO DE SOUZA.

Nome da Mãe: LACI CUNHA DE SOUZA.

Nacionalidade: BRASILEIRA.

Naturalidade: DOURADOUQUARA - MG.

Estado civil: CASADA.

Profissão: FUNCIONÁRIA PÚBLICA.

CPF: 354.448.431 - 53.

Identidade: 2.185.449 - SSP/GO.

Residente e domiciliada à Alameda 13, Lote 19, casa 02, 210 Sul, Centro,

Palmas - TO.

O referido é verdade e dou fé.

DADA E PASSADA nesta cidade e Comarca de Paraíso do Tocantins - TO, aos vinte e três (23) dias do mês de dezembro (12) do ano de dois mil e três (2003).

> JOSÉ HERTOVALDO O. SANTOS Distribuidor Judicial CPF nº 227.694.391-20

Esta certidão tem o prazo de validade de 60 dias, a contar da data de sua expedição, conforme provimento nº 036/02 - CGJ - TO, seção 6, item 2.6.2.

Lei n ° 1286 Capítulo III Item I, II, III, IV Valor R\$ 20,00
 TABELIONATO ACAIABA
 Bel. Emanuel Acaiaba R. de Sous.

 Av. JK ACSV-NE 12, Lote 06 - CP 77.065-180 - Palmas / TO - Tel/Fax: (63) 215-4376 / 215-1376
 Autentico a presente fotocópia por conferir com original que j

apresentado, Dou fé.

Palmas, 29 de dezembro de 2003.

Escrevente Notarial Autorizada





ESTADO DO TOCANTINS PODER JUDICIARIO

COMARCA DE PARAISO DO TOCANTINS CARTORIO DISTRIBUIDOR

PRAÇA JOSÉ TORRES Nº 700, CEP 77.600-000 FONE (0xx63) 602-1360

CARTÓRIO DE DISTRIBUIÇÃO Paraiso do Tocantins - TO José Rerivaldo Q. Santos Contador | Distribuidor

CERTIDAO

JOSÉ HERIOVALDO **QUEIROZ** SANTOS, Distribuidor Judicial desta Comarca de Paraíso do Tocantins - TO, na forma da lei etc. ...

CERTIFICA a requerimento verbal de parte interessada que, revendo os livros, papéis, autos e demais assentamentos neste cartório, ora a meu cargo constatei a inexistência de AÇÕES CRIMINAIS, INQUÉRITO POLICIAL E TERMO CIRCUNSTANCIADO DE INFRAÇÃO PENAL (Lei nº 9.099/95) em desfavor:

Nome do Pai: ANTONIO PIMENTA DA SILVA. SERVICO PUBLICO FEDERAL Nome da Mão: LEODOL DELA DA SILVA. Nome da Mãe: LEOPOLDINA BATISTA MACHADONSTERIO BAS COMUNICAÇÕES Nacionalidade: RDAGUERIO CONFERE COM O ORIGINAL

Nacionalidade: BRASILEIRA.

Naturalidade: JARAGUA - GO.

Estado civil: CASADO. Profissão: RADIALISTA. CPF: 047.120.721 - 72.

Identidade: 783.190 - SSP/TO.

Residente e domiciliado à Alameda 13, Lote 19, casa 02, 210 Sul,

SUDESTE, Palmas - TO.

O referido é verdade e dou fé.

DADA E PASSADA nesta cidade e Comarca de Paraíso do Tocantins - TO, aos vinte e três (23) dias do mês de dezembro (12) do ano-de dois mil e três (2003).

Pnu JOSÉ HERIOVALDO Q. SANTOS Distribuidor Judicial CPF nº 227.694.391-20

Esta certidão tem o prazo de validade de 60 dias, a contar da data de sua expedição, conforme provimento nº 036/02 - CGJ - TO, seção 6, item 2.6.2.

Lei n ° 1286 Capítulo III Item I, II, III, IV Valor R\$ 20,00 TABELIONATO ACAIABA

TABELIONATO ACAIABA

Bel. Emanuel Acaiaba R. de Sousa 3

Av. JK ACSV-NE 12. L-ce 06 - CP 77.055-130 - Palmas / TO - Tel/Fax: (63) 2164376 / 215-1066

Custas: R\$ 1,00

Autentico a presente fotocopia por confent com original que me foi apresentado. Dou fé.

Palmas, 29 de dezembro de 2003.

Ana Seima Molta Baroosa

Egeleseure morauai Virtouxaga



CARTORIO DE DISTRIBILIO E CARTORIO DE DISTRIBULO Santos

Paraiso de l'occident de Contador l'Obstillation

Contador l'Obstillation



Jas Contraction of the Contracti

ESTADO DO TOCANTINS
PODER JUDICIARIO
COMARCA DE PARAISO DO TOCANTINS
CARTÓRIO DISTRIBUIDOR

PRAÇA JUSÉ TURKES Nº 700, CEP 77.000-000 FUNE (0xx03) 002-1300

CERTIDÃO

JOSÉ HERIOVALDO QUEIROZ SANTOS, Distribuidor Judicial desta Comarca de Paraíso do Tocantins - TO, na forma da lei etc. ...

CERTIFICA a requerimento verbal de parte interessada que, revendo os livros, papéis, autos e demais assentamentos neste cartório, ora a meu cargo constatei a inexistência de AÇÕES CRIMINAIS, INQUÉRITO POLICIAL E TERMO CIRCUNSTANCIADO DE INFRAÇÃO PENAL (Lei nº 9.099/95) em desfavor:

NOME: MARCOS CRISTIANO PIMENTA DA SILVA.

Nome do Pai: BENEDITO PIMENTA DA SILVA.

Nome da Mãe: HELENA CRISTINA DA SILVA

Nacionalidade: BRASILEIRA. Naturalidade: ANÁPOLIS - GO. Estado civil: UNIÃO ESTÁVEL.

Profissão: BANCÁRIO. CPF: 623.907.321 - 00.

Identidade: 87.497 - SSP/TO.

Residente e domiciliado à 606 Sul, Alameda CESCHIATTI, Quadra HM 05,

Bloco G, Apartamento 23, Plano Diretor Sul, Palmas - TO.

O referido é verdade e dou fé.

DADA E PASSADA nesta cidade e Comarca de Paraíso do Tocantins - TO, aos vinte e três (23) dias do mês de dezembro (12) do ano de dois mil e três (2003).

JOSÉ HERIOVALDO Q. SANTOS Distribuidor Judicial CPF nº 227.694.391-20

Esta certidão tem o prazo de validade de 60 dias, a contar da data de sua expedição, conforme provimento nº 036/02 - CGJ - TO, secsão 6, item 2.6.2/

Lei n° 1286 Capítulo III Item I, II, III, IV Valor R\$ 20,00 TABELIONATO ACAIABA

Av. JK ACSV-NE 12, Lote 06 - CF - D55-180 - Palmas / TO - Tel/F

Autentico a presente fotocopia por conferir com apresentado. Dou fé.

Custas: R\$ 1,00

SERVICO PUBLICO FEDERAL

MINISTERIO DAS COMUNICACÓES

dnfere com o original

Palmas, 29 de dezembro 5 2008.

Ana Selma Mota Barbusa Escrevente Notaria Autorizada







ESTADO DO TOCANTINS PODER JUDICIARIO

COMARCA DE PARAISO DO TOCANTINS CARTÓRIO DISTRIBUIDOR

PRAÇA JOSÉ TORRES Nº 700, CEP 77.600-000 FONE (0xx63) 602-1360

CARTÓRIO DE DISTRIBUIÇÃO Paraiso de Tacantins - TO Jose Ratoraldo Q. Sentos Canada Mass Baider

CERTIDAO

JOSÉ HERIOVALDO QUEIROZ SANTOS, Distribuidor Judicial desta Comarca de Paraíso do Tocantins - TO, na forma da lei etc. ...

CERTIFICA a requerimento verbal de parte interessada que, revendo os livros, papéis, autos e demais assentamentos neste cartório, ora a meu cargo constatei a inexistência de AÇÕES CRIMINAIS, INQUÉRITO POLICIAL E TERMO CIRCUNSTANCIADO DE INFRAÇÃO PENAL (Lei nº 9.099/95) em desfavor:

NOME: PEDRO LOPES DE AGUIAR.

Nome do Pai: JOSÉ ALVES DE AGUIAR.

Nome da Mãe: GENUINA LOPES DE AGUIAR.

Nacionalidade: BRASILEIRA.

Naturalidade: FIGUEIRÓPOLIS - TO.

Estado civil: UNIÃO ESTÁVEL.

Profissão: RADIALISTA. CPF: 863.260.821 - 53.

Identidade: 283.513 - SSP/TO.

Residente e domiciliado à 303 Norte, Alameda 10, Lote 13, Palmas - TO.

O referido é verdade e dou fé.

DADA E PASSADA nesta cidade e Comarca de Paraíso do Tocantins - TO, aos vinte e três (23) dias do mês de dezembro (12) do ano de dois mil e três (2003).

> JOSÉ HĚŘÍ OVALDO Q. SANTOS Distribuidor Judicial CPF nº 227.694.391-20

Esta certidão tem o prazo de validade de 60 dias, a contar conforme provimento nº 036/02 - CGJ - TO, seção 6, item 2.6/2

Lei n ° 1286 Capítulo III Item I, II, III, IV Valor R\$ 20,00 TABELIONATO ACAIABA Bel. M Av. JK ACSV-NE 12, Lote 06 - 3P 77.065-180 - Pamas / TO

Autentico a presente fotocopia por conferir con candina Pare me foi apresentado. Dou fé.

Custas: R\$ 1,00

siga expedição,

SERVICO PUBLICO FEDERAL

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

CONFERE COM O ORIGINAL

Paimas, 29 de dezembro de 2008

Ana Selma Marie Escrevente Netarial Autorizada







ESTADO DO TOCANTINS PODER JUDICIARIO COMARCA DE PARAISO DO TOCANTINS CARTÓRIO DISTRIBUIDOR

PRAÇA JOSÉ TORRES Nº 700, CEP 77.600-000 FONE (0xx63) 602-1360

CARTÓRIO DE DISTRIBUIÇÃO
Paraiso do Tocantins - TO

José Heriovaldo Q. Santos
Contador / Distribuídor

CERTIDÃO

JOSÉ HERIOVALDO QUEIROZ SANTOS, Distribuidor Judicial desta Comarca de Paraíso do Tocantins - TO, na forma da lei etc. ...

SERVICO PUBLICO FEDERAL

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

CONFERE COM O ORIGINAL

CERTIFICA a requerimento verbal de parte interessada que, revendo os livros, papéis, autos e demais assentamentos neste cartório, ora a meu cargo constatei a inexistência de AÇÕES CRIMINAIS, INQUÉRITO POLICIAL E TERMO CIRCUNSTANCIADO DE INFRAÇÃO PENAL (Lei nº 9.099/95) em desfavor:

NOME: LUCIANO CRISTIANO PIMENTA DA SILVA. Nome do Pai: BENEDITO PIMENTA DA SILVA NETO.

Nome da Mäe: HELENA CRISTINA DA SILVA.

Nacionalidade: BRASILEIRA. Naturalidade: ARAGUAÍNA - TO. Estado civil: UNIÃO ESTÁVEL.

Profissão: REPRESENTANTE COMERCIAL.

CPF: 773.274.201 - 00.

Identidade: 770.104 - SSP/TO.

Residente e domiciliado à 1004 Sul, Alameda 4 00008, Palmas - TO.

O referido é verdade e dou fé.

DADA E PASSADA nesta cidade e Comarca de Paraíso do Tocantins - TO, aos vinte e três (23) dias do mês de dezembro (12) do ano de dois mil e três (2003).

JOSÉ HERIOVALDO Q. SANTOS Distribuidor Judicial CPF nº 227.694.391-20

Esta certidão tem o prazo de validade de 60 dias, a contar da data de sua expedição, conforme provimento nº 036/02 - CGJ - TO, seção 6, item 2.6.2.

Lei n° 1286 Capítulo III Item I, II, III, IV Valor R\$ 20,00 TABELIONATO ACAIABA

Bel. Emanuel Ad

AV. UK ACSV-NE 12. Late 06 - CP 77 265-180 - Palmas / TO - Tel/Fax: (6) 215-4376 (2) 7066 A

Autentico a presente fotocopia por conferir com original que me foi apresentado. Dou 16.

Palmas, 29 de dezembro de 2803.

Ana Selma Mota Barbosa Escrevente Autorizada





Has Control of the second of t

SERVICO PUBLICO FEBERAL

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

ESTADO DO TOCANTINS PODER JUDICIARIO

COMARCA DE PARAISO DO TOCANTINS CARTÓRIO DISTRIBUIDOR

PRAÇA JUSÉ TURRES Nº 700 , CEP 77.000-000 PUNE (0xx03) 002-1300

CARTORIO DISTRIBUIÇÃO,
Paraiso (Tocantins - TO
José Heriovaldo Q. Santos

Contador / Distribuidor

<u>CERTIDÃO</u>

JOSÉ HERIOVALDO QUEIROZ SANTOS, Distribuidor Judicial desta Comarca de Paraíso do Tocantins - TO, na forma da lei etc. ...

CERTIFICA a requerimento verbal de parte interessada que, revendo os livros, papéis, autos e demais assentamentos neste cartório, ora a meu cargo constatei a inexistência de AÇÕES CRIMINAIS, INQUÉRITO POLICIAL E TERMO CIRCUNSTANCIADO DE INFRAÇÃO PENAL (Lei nº 9.099/95) em desfavor:

NOME: RANOEL COELHO BRANDÃO.

Nome do Pai: FRANCISCO COELHO DA SILVA.

Nome da Mãe: OMEZINDA BRANDÃO COELHO.

Nacionalidade: BRASILEIRA. Naturalidade: ESTREITO - MA.

Estado civil: SOLTEIRO.

Profissão: MÚSICO.

CPF: 596.819.691 - 20.

Identidade: 395.353 - SSP/TO.

Residente e domiciliado à QDR. 1003 S, QI 12, LT 07, AL 23, QT - 05,

Palmas - TO.

O referido é verdade e dou fé.

DADA E PASSADA nesta cidade e Comarca de Paraíso do Tocantins - TO, aos vinte e três (23) dias do mês de dezembro (12) do ano de dois mil e três (2003).

JOSÉ HERIOVALDO Q. SANTOS

Distribuidor Judicial

CPF nº 227.694.391-20

Esta certidão tem o prazo de validade de 60 dias, a contar da data de sua expedição, conforme provimento nº 036/02 - CGJ - TO, seção 6, item 2.6.2

Lei n° 1286 Capítulo III Item I, II, III, IV Valor R\$ 20,00 TABELIONATO ACAIABA

Av. JK ACSV-NE 12, Lote 06 - C3 1065-180 - Palma TO TEUFRY (6) 26-4376 / 215-1066

Autentico 3 presente fotocopia por confere company original que me foi apresentado. Dou fe.

Custas: R\$ 1,00

Palmas, 29 de dezembro de 2003.

Ana Selula Mota Balbosa Escrevente Notadal Autorizada



Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas. Títulos, Documentos e Protestos

Cartório Único de Protestos

Comarca de Palmas-Estado do Tocantins

Certidão NEGATIVA de Protesto



GERALDO FERREIRA BARBOSA NETO,
OFICIAL DO CARTORIO DE REGISTRO
DE TÍTULOS E DOCUMENTOS,
PESSOAS JURIDICAS E PROTESTOS,
DESTA COMARCA DE PALMAS.

Certifica e da fé, em virtude de requerimento de HELENA CRISTINA DA SILVA CPF: 354.448.431-53, RG: 2.185.449 SSP/GO que revendo, em cartório os livros de "Registro de Instrumento de Protesto", NÃO ENCONTROU protesto de títulos contra:

HELENA CRISTINA DA SILVA

Esta certidão se refere ao período de **23 de Dezembro de 1993 a 23 de Dezembro de 2003.**Nada mais quanto ao pedido feito. O referido é verdade e dou fé.

Palmas, 23 de Dezembro de 2003 RIO DAS COMUNICAÇÕES

CONFERE COM O ORIGIN

GERALDO FERREIRA BARBOSA NETO
Oficial Interino

Maria Quela Porto Maia Son Contal a Escretara

-| 26 750 752/0001-63

Cartorio de Registro de Pessoas Junidio a s. Título s, Decumentes le Protestos

104 Sul 02 Av. LO 01 Lote 26
Cx. Postal 100 CEP 77020-020
PALMAS - TO

Sub-Total : R\$ 22,11

Taxa Judiciaria: R\$

Custas: R\$ 19,50

2,61

Serventuário S

Válida por 30 Dias 🔨



Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas, Títulos, Documentos e Protestos Cartório Único de Protestos

Comarca de Palmas-Estado do Tocantins

Certidão NEGATIVA de Protesto

GERALDO FERREIRA BARBOSA NETO, OFICIAL DO CARTORIO DE REGISTRO Ε DOCUMENTOS, DE TÍTULOS PESSOAS JURIDICAS E PROTESTOS, DESTA COMARCA DE PALMAS.

Certifica e da fé, em virtude de requerimento de BENEDITO PIMENTA DA SILVA NETO CPF: 047.120.721-72, RG: 783.190 SSP/TO que revendo, em cartório os livros de "Registro de Instrumento de Protesto", NÃO ENCONTROU protesto de títulos contra:

BENEDITO PIMENTA DA SILVA NETO

Esta certidão se refere ao período de 23 de Dezembro de 1993 a 23 de Dezembro de 2003. Nada mais quanto ao pedido feito. O referido é verdade e dou fé.

Palmas, 23 de Dezembro de 2003. PUBLICO FEDERAL

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES infere com o original

GERALDO FERREIRA BARBOSA NETO

Oficial Interino

Marie Luzia Porto Make Sub-Oficial e Escrevente

26 750 752/0001-

Cartório de Registro de Pessoas Juridicas, Titulos, Documentos e Protestos

104 Sul 02 Av. LO 01 Lote 26 Cx. Postal 100 - CEP 77020-020 PALMAS - TO

Serventuário: \

Taxa Judiciaria: R\$ 2,61

Custas: R\$ 19,50

Sub-Total: R\$ 22,11

Válida por 30 Dias ---



Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas, Títulos, Documentos e Protestos

Cartório Único de Protestos

Comarca de Palmas-Estado do Tocantins





GERALDO FERREIRA BARBOSA NETO,
OFICIAL DO CARTORIO DE REGISTRO
DE TÍTULOS E DOCUMENTOS,
PESSOAS JURIDICAS E PROTESTOS,
DESTA COMARCA DE PALMAS.

Certifica e da fé, em virtude de requerimento de LUCIANO CRISTIANO PIMENTA DA SILVA CPF: 773.274.201-00, RG: 770.104 SSP/TO que revendo, em cartório os livros de "Registro de Instrumento de Protesto", NÃO ENCONTROU protesto de títulos contra:

LUCIANO CRISTIANO PIMENTA DA SILVA

Esta certidão se refere ao período de 23 de Dezembro de 1993 a 23 de Dezembro de 2003.

Nada mais quanto ao pedido feito. O referido é verdade e dou fé.

Palmas, 23 de Dezembro de 2003: RVIÇO PUBLICO FEDERAL BLIMISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

CONFERE COM O ORIGINAL

GERALDO FERREIRA BARBOSA NETO
Oficial Interino

Maria Quzia Porto Maka Sub-Oficial e Escrevente

26 750 752/0001-63

Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, Títulos, Documentes e Profestos

104 Sul 02 Av. LO 01 Lote 26

CX. Postal 100 - CEP 77020-020

PALMAS - TO

Serventuário :

Taxa Judiciaria: R\$

Custas: R\$ 19,50

Sub-Total: R\$ 22,11

2,61

Válida por 30 Dias ---



Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas, Títulos, Documentos e Protestos

Cartório Único de Protestos

Comarca de Palmas-Estado do Tocantins



Fig. 46

Property of the control of

GERALDO FERREIRA BARBOSA NETO, OFICIAL DO CARTORIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS, PESSOAS JURIDICAS E PROTESTOS, DESTA COMARCA DE PALMAS.

Certifica e da fé, em virtude de requerimento de MARCOS CRISTIANO PIMENTA DA SILVA CPF: 623.907.321-00, RG: 87.497 SSP/TO que revendo, em cartório os livros de "Registro de Instrumento de Protesto", NÃO ENCONTROU protesto de títulos contra:

MARCOS CRISTIANO PIMENTA DA SILVA

Esta certidão se refere ao período de 23 de Dezembro de 1993 a 23 de Dezembro de 2003. Nada mais quanto ao pedido feito. O referido é verdade e dou fé.

Palmas, 23 de Dezembro de 2003.

rviço publico federal Tério das comunicaçõi

GERALDO FERREIRA BARBOSA NETO

Oficial Interino

Mario Luzia Porio Maia Sub-Cricial e Escreverse

26 750 752/8801-95

Cartório de Angistro de Pessoas Junidio e a la filturo s, Documentes a Protestos 104 Sei 02 Av. EO of Lote 26

104 Ser 02 Av. EO 31 Lete 26 CX. Postal 100 - CEP 77 020-020 PALMAS - TO

Custas : R\$ 19,50 Taxa Judiciaria : R\$ 2,61

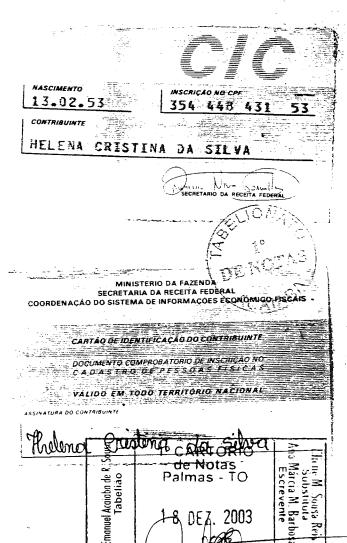
Sub-Total : R\$ 22,11

Serventuário Colo

Válida por 30 Dias

o Documento acima impresso





AUTENTICAÇÃO

Ana Selma Mota Barbosa Escrevente Autorizada 1º Cartório de Notas

CONFERE COM O ORIGIN





AUTE CONFERE

DEZ. 2003

Ana Selma Mota Barbosa Escrevente Autorizada 1 Cartório de Notas



Instruções para pagamento deste boleto em agências bancárias:

- Se vocé utiliza o Microsoft Internet Explorer, configure-o para usar Fontes tamanho medio (no menu Exibir, selecionar Fontes, Médio).
- Caso vocé use o Netscape Navigator, configure-o para utilizar os Fontes definidos no occumento, em tamanho 12 (no menu Editar, selecionar Preferências, em seguida selecionar Fontes, definir o tamanho do Fonte Largura Variável como 12 e selecionar Usar Fontes do Documento...).
- Utilize uma impressora tipo jato de tinta (ink jet) ou laser.
- Configure a impressora para modo Normal de impressão(não usar opção Rascunho).
- Imprimir em folha A4 (210x297 mm)ou Carta (216x279 mm), branca.
- Corte nas duas linhas indicadas, Não fure, dobre, amasse, rasure ou risque o código oe barras.



BANCO DO BRASIL

RECIBO DO SACADO

				Vencimento	
COM EVANG LUTERA	Cedente: COM EVANG LUTERANA S PAULO - ULBRA - CENTRO UNIV.LUT.DE PALMAS - CGC: 88332580002613				
Data Documento 11/09/2003	Agéncia / Cód. Cedente 2626 / 4000.2	Nosso Númerc 12518665024.X	Número Documento 4166706	Valor Documento	R\$ 120,64
Sacado: IELENA CRISTINA DA SILVA 110 SUL AL 13 LOTE 19 CASA 17126-290 PALMAS TO			001582-1 043029 - SERVICO SOCIAL 16 Créd. Matric. Cod. Baixa: 4166706 Doc ref. ao més de AGOSTO	(-) Descontos/Abai (-) Outras Deduçói (+) Mora/Multa (+) Outros Acresci (=) Valor Cobrado	es

Autenticação mecânica



001-9 | 00191.25186 66502.426266 00004.000170 9 21430000012064

Local de Pa Pagável	gamento: em qualq	Vencimento 20/08/2003				
Cedente COM EVAN	G LUTERAN	Agéncia / Cód. Cedente 2626 / 4000.2				
Data doc: No. do cocumento Espécie Doc. Aceite Data Processamento 11/09/2003 4166706 05-C! N 11/09/2003					Nosso Número 12518665024.X	
Uso Banco	Carteira 17 / 361	Especie REAL	Quantidade REAL	Valor 254.56 - 133,92⁺ Fliantropia	(=) Valor do Documento R\$ 120,64	
Nº COD. DC TITULO CREDITORI	ALUNO. NEGOCIA IOS, SUJEITO	FORMAR NO VERSO O N' DO COM TRANSF. DA PROTESTO * DBRAR POR DIA DE ATRA	DOS DIREITOS	PAG, AT	E 20/08/2003 , 4% DESCONTO(4.83) =	(-) Descontos/Abatimento (-) Outras Deduções (+) Mora/Multa (+) Outros Acrescimos
						(=) Valor Cobrado

Sacado: HELENA CRISTINA CA SILVA 210 SUL AL13 LOTE 19 CASA 02, CENTRO 177126-290 PALMAS TO

Cod. Aluno / Curriculo: 022001582-1 043029 - SERVICO SOCIAL Parcela 2/6 2003/02 16 Créd. Matric. Cod. Baixa: 4166708 Doc ref. ao més de AGOSTO

Autenticação Mecânica/ Ficha de Compensação

	Sousa	1º CARTÓRIO	,
	Acoiobo de R Fabelião	Palmas - TO Subs	
	Emonuel Acoiobo Tabeli	18 GEZ, 2003 Vente Re	
SERVICO POBL	or 6 A	UTENACAPAC	1
SERVICO POPULA DAS CONTRACTOR DAS	CO //	TRESOM O ORIGINAL	
CONFERE COM		Ana Selma Mota Barbosa Escrevente Autorizada	l

1° Cartório de Notas





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL **TOCANTINS**

CERTIDÃO

CERTIFICO QUE, REVENDO NOSSOS ARQUIVOS, NELES ENCONTREI O REGISTRO DE:

HELENA CRISTINA DA SILVA

ONDE CONSTA O SEGUINTE:

Número do Título:

Data de Nascimento:

017643542763

Estado Civil:

Casado

13/02/1953

Filiação:

LUCAS CRISTINO DE SOUZA

е

LACI CUNHA DE SOUZA

Profissão:

OUTROS

Vota na Zona: 29

Seção: 318

Domicílio eleitoral desde: 26/04/2002

Município: PALMAS

Residência:

AL 14 QIF L 21 ARSE 32

Certifico, mais, que o citado eleitor está quite com a justiça eleitoral.

ISENTO DE EMOLUMENTOS DE ACORDO COM A LEI.

PALMAS, 18/12/2003

Maria Gorete Aguiar Castilho

Auxiliar de Cartório- 29ª ZE/ TO

Digitador: Maria Gorete Aguiar Castilho

 TABELIONATO ACAIABA
 Bel. Emanuel Acaiaba R. de Sousa

 Av. JK ACSV-NE 12, Lote 06 - CP 77.065-180 - Palmas / TO - Tel/Fax; (63) 215-4376 / 215-1066

Autentico a presente fotocopia por conferir com original que me folganisterio apresentado. Dou fé.

Custas: R\$ 1,00

Palmas, 22 de dezembro de 20

Escrevente Notarial Autorizada









TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL **TOCANTINS**

CERTIDÃO

CERTIFICO QUE, REVENDO NOSSOS ARQUIVOS, NELES ENCONTREI O REGISTRO DE:

BENEDITO PIMENTA DA SILVA NETO

ONDE CONSTA O SEGUINTE:

Número do Título:

017452202712

Estado Civil:

Casado

Data de Nascimento:

19/09/1945

Filiação:

ANTONIO PIMENTA DA SILVA

LEOPOLDINA BATISTA MACHADO

Profissão:

COMERCIANTE

Vota na Zona: 29

Seção: 274

Domicílio eleitoral desde: 06/09/2001

Município: PALMAS

Residência:

ARSE 32 QIF LT 21 AL 14 - 306 S

Certifico, mais, que o citado eleitor está quite com a justiça eleitoral.

ISENTO DE EMOLUMENTOS DE ACORDO COM A LEI.

PALMAS, 18/12/2003

Auxiliar de Cartorio Eleitoral-29° ZE

Digitador: Leila Maia Bezerra

 TABELIONATO ACAIABA
 Bel. Emanuel Acaiaba R. de Sousa

 Av. JK ACSV-NE * 2. Lote 06 - CP 77.065-180 - Palmas / TO - Tel/Fax: (63) 215-4376 / 215-1066

Autentico a presente fotocópia por conferir com original que me foi

apresentado. Dou fé.

Palmas, 22 de dezempro de 200

Escrevente Notarial Autorizada

MINISTÉRIO DAS

COMPERE COM O ORIGINAL



Demonstrativo de Despesas

AMERICEL TOCANTINS
ACSE 01, Conj. 01 lote 06 salas 01,02,04
Centro-77100-000
Palmas-TO
0800 0363636
www.claro.com.br

CNPJ: 01.685.903/0013-50 Insc Est: 29.02.062.183-6 Insc Mun: 00.5.200-1 Regime Especial Processo n°: 1.131/2001







SR. BENEDITO PIMENTA DA SILVA NETO ALAMEDA 13, LT 19 CASA 02, 210 SUL SUDESTE 77126-230 -Palmas -TO Benedito Pimenta Da Silva N° Cliente: 003347559 / CFOP: 5.3C7

1050820007000740000001272410000000

1° CARTORIC de Notas Palmas - TO

8 DEZ 2003

NATE ATTORIC Substituta

18 DEZ 2003

AUTENTICAÇÃO CONFERE COM O ORIGINAL

Ana Selma Mota Barbosa

Sousa

l Accioba de R S Tabelião

Emanuel

Número(s): (63) 923 2177 / (63) 923 2252

Período de Referência 05/11/2003 a 04/12/2003 Valor a Pagar R\$ 229,29 Screvette Autorizada 1° Cartório de Notasata de Vencimento 23/12/2003

 Saldo Anterior
 R\$ 476,63

 Pagamento Efetuado até 05/12/2003. Obrigado
 R\$ (476,63)

 Resultado de Saldos Anteriores
 R\$ 0,00

Resumo da sua Conta	Minutos/Unidades	Vaid	or
Chamadas Locais Incluídas no Plano	639,99		
Franquia		R\$	179,56
Chamadas Locais Excedentes	4,30	R\$	1,45
Chamadas Interurbanas- Código 36	28,80	R\$	14,24
Charmadas Interurbanas- Outras Operadoras	27,30	R\$	23,85
Outros Serviços e Chamadas		R\$	4,45
Multas e Juros		R\$	5,74
Total		RS	229,29

Encargos por atraso serao cobrados na proxima fatura. O pagamento desta não quita: debitos anteriores. Contribuições para o FUST (1%) e FUNTTEL (0,5%) do valor dos serviços - não repassados às taritas

Caso você deseje estornar o valor da sua doação, ligue *800 dc seu celular.

SERVICO PUBLICO FEDERAL
MINISTERIO DAS COMUNICAÇÃES
CONFERE COM O ORIGINAL
CONFERE COM O ORIGINAL
EM H

Autenticação Mecânica:



84620000002-0

29290033200-1

31223003347-3

55900000000-5

Cliente SR. BENEDITO PIMENTA DA SILVA NE

NF

SR. CAIXA. FAVOR RECEBER PAGAMENTO EM DINHEIRO OU CHEQUE DŒ EMISSÃO DO PRÓPRIO DE QUALQUER BANCO.

Número do Cliente

3347559

Período

05/11/2003 æ 04/12/2003

Vencimento 23/12/2003

Valor a Pagar R\$ 229,29

Autenticação Mecânica :

*00040263





Ellene Medelros de Sousa Reis Tabella Substituta

SERVICO PUBLICO FEBERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICACÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
CONFERE AL / 02 / 04





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL TOCANTINS

CERTIDÃO

CERTIFICO QUE, REVENDO NOSSOS ARQUIVOS, NELES ENCONTREI O REGISTRO DE:

MARCOS CRISTIANO PIMENTA DA SILVA

ONDE CONSTA O SEGUINTE:

Número do Título:

031138932747

Estado Civil:

Solteiro

Data de Nascimento:

23/10/1973

Filiação:

BENEDITO PIMENTA DA SILVA

e

HELENA CRISTINA DA SILVA

ADMINISTRADOR

Profissão:

Vota na Zona: 29

Seção: 311

Domicílio eleitoral desde: 17/04/2002

Município: PALMAS

Residência:

ARSE 24 QII LT 19 AL 13

Certifico, mais, que o citado eleitor está quite com a justiça eleitoral.

ISENTO DE EMOLUMENTOS DE ACORDO COM A LEI.

PALMAS, 18/12/2003

Auxiliar de Cartório Eleitoral-29º ZE

Maia Bezerra

Digitador: Leila Maia Bezerra

SERVICO POBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
EM 102/0/



NOTA FISCAL DE SERVIÇO DE TELECOMUNICAÇÕES

CNPJ: 02.341.506/0002-70 - IE: 9

Telegoias Celular S.A. ACSE - I Conj. 04 Lt 19 Sls 06 e 07 Centro 77100-000 - PALMAS - TO

CDD PALMAS/TO MARCOS CRISTIANO PIMENTA DA SILVA

Q 606 SUL ALAMEDA CESCHIATTI QUADRA HM 05 BLOCO G APTO 23 PLANO DIRETOR SUL 77022-076 PALMAS TO



Número NFST: 607.353 "Série Única"

0001/0004

Identificação de Débito Autom

0023304162

17/11/2003

17/10/2003 a 16/11/2003

1.2260847

02/12/2003

1 SERVIÇOS E TAXAS	89,90	6 CRÉDITOS DIVERSOS	0,00
2 CHAMADAS-ORIGINADAS NA ÁREA DA EMPRESA	1,64	7 DÉBITOS DIVERSOS	2,14
3 CHAMADAS-USO VIAGEM REGIONAL/BRASIL	0.00	8 TOTAL A PAGAR VIVO	97.83
4 CHAMADAS-USO VIAGEM NO EXTERIOR	0.00	9 TOTAL A PAGAR OUTRAS	0,00
5 SERVIÇOS ESPECIAIS	4,15	10 TOTAL GERAL A PAGAR	97,83

TABELIONATO ACAIABA

Av. JK ACSV-NE 12, Lote 06 - CP 77.065-180 - Palmas TO - Tel/Fax: (63) 215-4376 / 215-1066

Autentico a presente fotocópia por conferir com original que me foi

Palmas, 18 de dezembro de 2003.

Ellene Medelyos de Scusa Rels Tabella Substitutz



"Se surgirem dúvidas sobre itens desta fatura, solicite o Relatório Detalhado de Serviços, Lembramos que o prazo máximo para contestação da conta (débito ou de chamadas) é de 90 dias contados da data do vencimento. Para contestar a conta você deve entrar em contato com nossa Central de Relacionamento com o Cliente. A ausência de pagamento e de contestação sujeitará o usuarno às sanções previstas na legislação do SMP: bloqueio parcial do serviço, bloqueio total, rescisão contratual e inscrição do usuário em orgão de proteção ao crédito".

R\$ 97,83

84640000000 2 97830081000 6 02330416000 7 74151106004 7

Não constam débitos pendentes em seu contrato. Obrigado por pagar sua comta em dia.

"Contribuições para o FUST e FUNTTEL - 1,5% do valor dos serviços - Não repassadas às tarifas"

ONFERE

DAS

SERVIÇO PUBLICO FEDERAL

Comprovante da Empresa

acáo de Débito Automatico: 0023304162

02/12/2003

"Série Única"

607.353

scáo: 1.2260847

17/10/2003 a 16/11/2003

R\$ 97,83

846400©0000 2 97830081000 6 02330416000 7 74151106004 7





TABELIONATO ACAIABA

Bel. Eminuel Acaiaba R. de Sousa

Av. JK ACSV-NE 12, Lote 06 - CP 1065-180 - Par-ias 1707 Jel/Fax: (63) 215-4376 / 215-1066

Autentico a presente fotocopia esta interir com original que me foi apresentado. Dou fé

Custas: R\$ 1.00

Palmas, 24 de outubro de 2003.

Renata Souza Miranda Escrevente bytana: Autorizada

SERVICO POBLICO FEBERAL MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES CONFERE COM O ORIGINAL CONFERE COM O ORIGINAL



Folha 0001 de 00



BRASIL TELECOM S.A. BR 153 KM 6 - Vila Redenção CEP 74845-060 Goiánia - GO CNPJ 76.535.764/0328-51 Insc. Est. 07.408.927/001-42

BrasilTelecom

LUCIANO CRISTIANO PIMENTA DA SILVA 1004 SUL AL 4 00008

77023-514 PALMAS - TO

Postagem: 07 Out 2003

Pagamento após o vencimento terá multa de 2% e juros de implicará na aplicação das ações previstas na resolução 85 - ANATEI Nota Fiscal de Serviços de Telecomunicações das Con

Número: 948.220 Série: U-02

Cód. Fiscal da Operação: 5.307

Classe: RESIDENCIAL

Número do Cliente: 260770817000000

CNPJ/CPF: 773.274.201-00

Inscr. Estadual:

Data de Emissão: Vencimento: Total a pagar: 14 Out 2003 02 Out 2003

efone Agrupador 62 F66:3850

Contrato Agrupado Telefone Agrupado 110.957.868-4

62 F66.3850

Histórico de contas anteriores

Julho : R\$ 86,08	Pulsos: 287	Agosto : R\$ 0,00	Pulsos: 0	Média: R\$ 83,76 Média de Pulsos: 287	
Impostos	Alíquota ICMS 00%(A) ICMS 00%(B) ISS 00%(C)	Base de Cálculo 0,00 0,00 0,00	Valor 0,00 0,00 0,00 0,00	Totals dos impostos	Valor 0,00 0,00 0,00

Contribuição para o FUST - 1% do valor dos serviços - não repassada às tarifas

Contribulção para o FUNTTEL - 0,5% do valor dos serviços - não repassada às tarifas

Resumo da conta	Imposto	s Incluídos Total
Total a pagar		75,36
1° SERVICOS DA BRASILTEL	ECOM	75,36
SERVICOS EVENTUAIS	X .	75,36

Nota Fiscal Número 000.948.220

VALOR DA NOTA FISCAL NÚMERO 000.948.220

1° SERVICOS DA BRASILTELECOM

SERVICOS EVENTUAIS PARCELAMENTO DE DEBITOS ENCARGOS PARCELAMENTO DE DEBITO

TOTAL SERVICOS EVENTUAIS

TOTAL BRASIL TELECOM

Histórico 03/06 03/06 Imposto incluído - Total

Valor 73,16 2,20 75.36

75.36

75,36

75,36

TOTAL GERAL A PAGAR

TABELIONATO ACAIABA Bel. Emanuel Acaiaba Av. JK ACSV-NE 12, Lote 06 - CP 77.065-180 - Palmas / TO - Tel/Fax: (63) 215-

Autentico a presente fotocopia por conferir com original què apresentado Dou fé.

Paimas, 24 de outubro de 2003

Data

31/07/2003

31/07/2003

Custas: R\$ 1,00

SERVIÇO PUBLICO FEBERAL Escreven/e Nictarial Autorizagal NISTERIO DAS COMUNICAÇÕES

CONFERE COM O ORIGINAL

Contribuição para o FUST - 1% do valor dos serviços - não repassada às tarifas. Contribuição para o FUNTTEL - 0,5% do valor dos serviços - não repassada às tarifas.

Sequencial: 110957868 200310 01142

Telefone: 62 F66.3850

Vencimento:

14 Out 2003

75,36



84640000000 2 75360016110 7 95786820031 3 00114200000 7

Autenticação Mecânica





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL **TOCANTINS**

CERTIDÃO

CERTIFICO QUE, REVENDO NOSSOS ARQUIVOS, NELES ENCONTREI O REGISTRO DE:

LUCIANO CRISTIANO PIMENTA DA SILVA

ONDE CONSTA O SEGUINTE:

Número do Título:

035326852798

Estado Civil:

Solteiro

Data de Nascimento:

14/03/1977

Filiação:

BENEDITO PIMENTA DA SILVA NETO

HELENA CRISTINA DA SILVA

Profissão:

REPRESENTANTE COMERCIAL

Vota na Zona: 29

Seção: 300

Domicílio eleitoral desde: 31/01/2000

Município: PALMAS

Residência:

ARSE 24 QII AL 13 LT 19 CASA 02

Certifico, mais, que o citado eleitor está quite com a justiça eleitoral.

ISENTO DE EMOLUMENTOS DE ACORDO COM A LEI.

PALMAS, 22/12/2003

Auxiliar de Cartorio

Digitador: Leila Maia Bezerra

TABELIONATO ACAIABA

TABELIONATO ACAIABA

Bel. Emanuel Acaiaba R. de Sousa

Av. JK ACSV-NE 12, Lote 06 - CP 77 255-180 - Palmas / TO - Tel/Fax: (63) 215-4376 / 215-1066

Autentico a presente fotocópia por conferir com original que me foi

apresentado. Dou fé.

Palmas, 22 de dezembro de 2003

Elecrevente Notatial Autorizada

MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES



VALIDA EM TODO O TERRITORIO NACIONAL DATA DE EXPEDIÇÃO 03/09/1999

MONALISA ROSA SANTIAGO

JUCELINO DA MATA SANTIAGO ANTONIA APARECIDA ROSA

NATURALIDADE

BALSAS-MA

DATA DE NASCIMENTO

19/03/1982

Cert. Nasc. N° 17.189 Lv A-16 Fis 198 Exp. 22/10/1990 Acailandia MA - Cart.

So Hickory Car

11021

TABELIONATO ACAIABA

Av. JK ACSV-NE 12, Lote 06 - CP 77.065-180 - Palmas / TO - Tel/Fa

Autentico a presente fotocópia por conferir com original apresentado. Dou fé,

Custas: R\$ 1.30

Paimas. 24 de outubro de 2003.

Renata Souza Miranda Escrevente Notanal Autorizada

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS – CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na Legislação vigente.

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em : 30/12/99

TABELIONATO ACAIABA Bel. Emanuel Acaiaba R. de Somsa Av. JK ACSV-NE 12, Lote 06 - CP 77.065-180 - Palmas / TO - Tel/Fax: (63) 215-4376 / 215-1356 Autentico a presente fotocopia por conferir com original que me

apresentado. Dou fé.

Palmas, 24 de outubro de 2003.

Renata Souza Miranda Escrevente Notariai Autorizada Quetas: F

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL ESTADO DO TOCANTINS ECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

MINISTÉRIO DA FAZENDA Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

MONALISA ROSA SANTIAGO

950465181

ata do Nascimento

19/03/82

SERVIÇO PUBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES CONFERE COM O ORIGINAL



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL MINISTERIO DE JUSTICA	SÉGURO OBRIGATORÍO DE DANOS PESSÓAIS CAÚSADOS ROR SECULOS AUTOVIÓTORES DE VIA TERRESTRE DEVATO
Ø3687639788 Nº 5712038460 E CERTIFICADO DE REGISTRO € LICENCIAMENTO DE VEICULO	TON: 5712038460 BILHETE DE SEGURO DPVAT
VIA COD. RÉNAVAM R.T.B. EXERCICIO 2003 1 772129096 2003	MONALISA ROSA SANTIAGO/ 1004 SUL ALAMEDA 04 LOTE 08
MONALISA ROSA SANTIAGO 1004 SUD ALAMEDA 04 LOTE 08	CENTRO - PALMAS CPF/CGC - PLACA P50.465.181-04 KEM4530
CENTRO **PALMAS *** **Corp.c.60 *** 950.4653181-04 *** **KEM4530	BILHETE DE SEGURO DPVAT - VIA CONVÊNIO TO Nº 5712038460 EXERCICIO DI DATA EMISSÃO
PEAGA NITUE CHASSI PEAGA NITUE PEAGA NITUEL COMBUSTIVEL	MONALISA ROSA SANTIAGO
PASCAUTOMOVEL/************************************	1004 SUL ALAMEDA 04 LOTE 08
CAP/POT/CICE COTA UNICA VENC/COTAS	CPF/CGC PLACA PLAC
255,44 * PAGO * PARCELAMENTO/COTAS - 2* * PAGO *	772129096 GM/CELTA CHASSI
PREMIG LIQUIDO(A\$) TISOF PREMIG TOTAL(A\$) DATA DE PAGAMENTO OO OO FAGO * OBSERVAÇÕES	2001 01 796RD08Z0EG121274 OBÉ I CATEGORIAS TARIFÁRIAS OS OU OS ÍSÁO COBRAN NESTE BILÍSTE IVIDE OBSERVAÇÃO B HO VERSO PRÊMIO LÍQUIDO (RS) OF (R\$) TOTAL(R\$)
SEM RESERVA DE DOMINIO	ØØ, ØØ
LOCAL	
是一个一个一个一个一个一个一个一个一个一个一个一个一个一个一个一个一个一个一个	Emanuel Acaiaba R. de Sousa

TABELIONATO ACAIABA

Av. JK ACSV-NE 12, Lote 06 - CP 77.065-180 - Palmas / TO Autentico a presente fotocopia por conferir com original que me foi apresentado. Dou fe.

Palmas, 22 de dezembre de 2003

Ana Selma Mola Berosa Escrevente Notarial Autorizada

das Comunicas

SERVICO PUBLICO FEBERAL MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES CONFERE COM O ORIGINAL





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL TOCANTINS

CERTIDÃO

CERTIFICO QUE, REVENDO NOSSOS ARQUIVOS, NELES ENCONTREI O REGISTRO DE:

MONALISA ROSA SANTIAGO

ONDE CONSTA O SEGUINTE:

Número do Título:

034619352763

Estado Civil:

Solteiro

Data de Nascimento:

to: 19/03/1982

Filiação:

JUSCELINO DA MATA SANTIAGO ANTONIA APARECIDA ROSA

Profissão:

ESTUDANTE, BOLSISTA, ESTAGIARIO E ASSEMELHADOS

Vota na Zona: 1

е

Seção: 79

Domicílio eleitoral desde: 25/08/1999

Município: ARAGUAINA

Certifico, mais, que o citado eleitor está quite com a justiça eleitoral.

ISENTO DE EMOLUMENTOS DE ACORDO COM A LEI.

PALMAS, 22/12/2003

Auxiliar de Cartorio- 29ª ZE/ TO

Digitador: Leila Maia Bezerra

TABELIONATO ACAIABA

Bel. Emanuel Acaiaba R. de Soi

Autentico a presente fotocópia por conferir com original que me foi apresentado. Dou fé.

Custas: R\$ 1,00

Palmas, 22 de dezembro de 20

Ana Seima Meta Barbosa Escrevente Notarial Autorizada

A O STATE



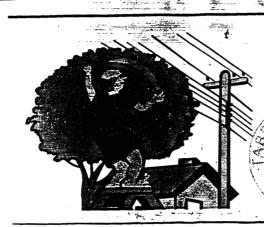


2003

SERVIÇO PUBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EN ((/ V2 / VY
V





NÃO PODE ÁRVORES PERTO DA REDE ELÉTRICA CHI ME ALGUÉM ESPECIALIZADO!

> ENERGIA É CONFORTO ILIZE COM SEGURÂNCA

des C

INFORMAÇÕES AO CLIENTI

Energia elétrica oferece perigo. Para mexer nas instalações elétricas procure sempre um elétricista.

É de inteira responsabilidade do cliente, a qualquer tempo, a atualização cadastral da inidade consumidora e adequação técnica e de segurança das instalações elétricas, conforme normas expedidas pelos órgas oficiais competentes, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial -CONMETRO, e das normas e padrões do concessionário postos a disposição do interessado.

As informações sobre as condições de fornecimento tarifa produtes services prasta a condições à sua disposição.

As informações sobre as condições de fornecimento, tarifa, produios, serviços prestates em pulos encontram-se à sua disposição, em nossos escritórios ou no site da ANEEL (www.aneel.gov.br)

PARA ATENDIMENTO Centro de Atendimento ao Cliente - CAC LIGUE 0800-6464 196 Ligação Gratuita

Solicitação de Serviços Comerciais: Segunda à Sexta: das 07h00 às 17h30

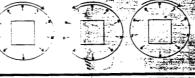
Atendimento de emergência e de falhas no sis Plantão 24 horas

Disque Denúncia: 0800-6464 196

eo em conta corrente.

Visite-nos na internet: www.gruporese.com/

Para consultas e reclamações sobre o consumo ou pedido de desligamento, anotar os números ou indicar a posição dos ponteiros de acordo com o mostrador do seu medidor.





DATA

MOTIVO DA DEVOLUÇÃO

Data



CONTA DE ENERGIA ELETRICA

VENCIMENTO: 07/11/2003

RANOEL COELHO BRANDAO

Unidade Consumidora:

4999959

QDR 1003 S QI 12, -LT: 07 AL:23 QT: 05

PALMAS - TO

77000 - 000

TABELIONATO ACAIABA

Beel. Emanuel Acaiaba

Av. JK ACSV-NE 12, Lote 06 - CP 77.065-180 - Paimas TO - Tel/Fax: (63) 215-43

Autentico a presente fotocópia por comferir com original que me fo

apresentado. Dou fé. Custas: R\$ 1,00 100 100 100 100

Palmas, 17 de dezembro de 2003.

Ana Sema Wota Barbosa revente Notaliai Autorizada





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL **TOCANTINS**

CERTIDÃO

CERTIFICO QUE, REVENDO NOSSOS ARQUIVOS, NELES ENCONTREI O REGISTRO DE:

RANOEL COELHO BRANDAO

ONDE CONSTA O SEGUINTE:

Número do Título:

036201892780

Estado Civil:

Solteiro

Data de Nascimento:

08/12/1972

Filiação:

FRANCISCO COELHO DA SILVA

OMEZINDA BRANDAO COELHO

Profissão:

MUSICO

Vota na Zona: 29

Seção: 272

Domicílio eleitoral desde: 02/10/200

Município: PALMAS

Residência:

ARSO61 AL05 QD HML LT03

Certifico, mais, que o citado eleitor está quite com a justiça eleitoral.

ISENTO DE EMOLUMENTOS DE ACORDO COM A LEI.

PALMAS, 22/12/2003

Bezerra Auxiliar de Cartôrio. *2*/9° ZE/ TO

Digitador: Leila Maia Bezerra

 TABELIONATO ACAIABA
 Bel. Emanuel Acaiaba R. de Sousa

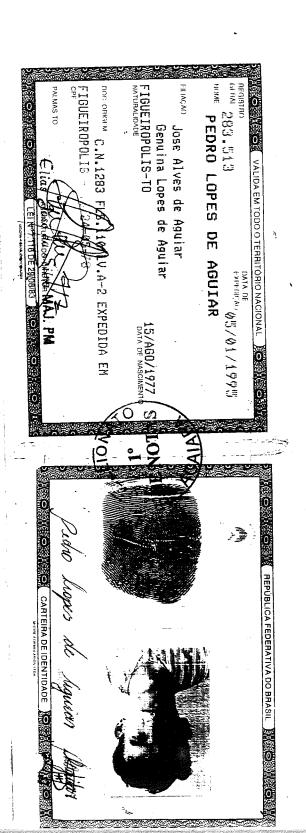
 Av. JK ACSV-NE 12, Lote 06 - CP 77.065-180 - Palmas / TO - Tel/Fax: (63) 215-4376 / 215-1066

Autentico a presente fotocópia por conferir com original que me foi apresentado. Dou fé. Custas: ₹\$ 1,00

Palmas, 22 de dezembro de 20

Escrevente Notarial Autorizada





Ease documento é o comprovante de Inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vadade a exigância por terceiros, salvo nos casos previstos na Legisleção vigente.

SERRO LOPES DE AGULAR

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

CE EMPIGO em : 26/04/97

DE NOTA

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

PEDRO LOPES DE AGUIAR

863260821-53

No de Inscrição

MINISTÉRIO DA FAZENDA Secretaria da Receita Federal Data do Nascimento 15/08/77



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL TOCANTINS

CERTIDÃO

LOCUTOR E COMENTARISTA DE RADIO E TELEVISAO E RADIALISTA

CERTIFICO QUE, REVENDO NOSSOS ARQUIVOS, NELES ENCONTREI O REGISTRO DE:

PEDRO LOPES DE AGUIAR

ONDE CONSTA O SEGUINTE:

Número do Título:

032080112755

Estado Civil:

Solteiro

Data de Nascimento:

15/08/1977

Filiação:

JOSE ALVES DE AGUIAR

•

GENUINA LOPES DE AGUIAR

Profissão: LO Vota na Zona: 29

Seção: 201

Domicílio eleitoral desde: 25/03/1999

Município: PALMAS

Residência:

ACNE 01 CJ 02 LT 03

Certifico, mais, que o citado eleitor está quite com a justiça eleitoral.

ISENTO DE EMOLUMENTOS DE ACORDO COM A LEI.

PALMAS, 18/12/2003

Mariène Mendes Mattos

Auxiliar de Cartório- 29ª ZE/ TO

Digitador: Marlene Mendes Mattos

SERVIÇO PUBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

in 11/08/0





Tabelionato Barbosa Neto Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas, Títulos, Documentos e Protestos Cartório Único de Protestos

Comarca de Palmas-Estado do Tocantins

Certidão NEGATIVA de Protesto

TABELIONATO ACAIABA Bel, Emanuel Acaiaba R, de Sousa Av. JK ACSV-NE 12, Lote 06 - CP 77.065-180 - Palmas / TO - Tel/Fax: (63) 215-4376 / 215-1066

Autentico a presente fotocópia por conferir com original que me foi

70. Dou fé. apre

Paimas, 22 de dezembro de 2003

Custas: R\$ 1,00

GERALDO FERREIRA BARBOSA NETO, OFICIAL DO CARTORIO DE REGISTRO

TÍTULOS Ε DOCUMENTOS,

PESSOAS JURIDICAS E PROTESTOS,

DESTA COMARCA DE PALMAS.

na Selma Mo

Escrevente Notarial Autorizada

Certifica e da fé, em virtude de requerimento de PEDRO LOPES DE AGUIAR CPF: 863.260.821-53, RG: 283.513 SSP/TO que revendo, em cartório os livros de "Registro de Instrumento de Protesto", NÃO ENCONTROU protesto de títulos contra:

PEDRO LOPES DE AGUIAR

Esta certidão se refere ao período de 19 de Dezembro de 1993 a 19 de Dezembro de 2003. Nada mais quanto ao pedido feito. O referido é verdade e dou fé.

Palmas, 19 de Dezembro de 2003.

COUCHERVICO PUBLICO FEBERAL GERALDO FERREIRA BARBOSA NETO ERIO DAS COMUNICAÇÕES Oficial Interino

Maria Luzia Porto Miss

Custas: R\$ 19,50 Taxa Judiciaria: R\$ 2,61 Sub-Total: R\$ 22,11

Serventuário:

Juridious, lilelus, Documentos o tirologias

104 Sul 02 Av. LO 01 Lots 26 Cx. Postal 100 - CEP 77020-020 PALMAS - TO

Válida por 30 Dias



NOTA FISCAL DE SERVIÇO DE TELECOMUNICAÇÕES CNPJ: 02.341.506/0002-70 - IE: 29.062.510-6

Telegoias Celular S.A. ACSE - I Conj. 04 Lt 19 Sls 06 e 07 Centro 77100-000 - PALMAS - TO

CDD PALMAS/TO

PEDRO LOPES DE AGUIAR

AL 10 QUADRA QI11 LOTE 12 ARNO 31 77000-000 PALMAS TO



das Con Rubrica: "Série Única"

0001/0007

Identificação de Débito Automático:

0007499515

02/10/2003

02/09/2003 a 01/10/2003

1.723350

Vencimento:

15/10/2003

TER	VOCÊ COMO CLII	ENTE É UM PRIVILÉGIO.		
	RESUM0	DA FATURA		
1 SERVIÇOS E TAXAS	89,90	6 CRÉDITOS DIVERSOS		0,00
2 CHAMADAS-ORIGINADAS NA ÁREA DA EMPRESA	37,96	7 DESITOS DIVERSOS		0,00
3 CHAMADAS-USO VIAGEM REGIONAL/BRASIL	0,00	8 TOTAL A PAGAR VIVO		132,08
AMADAS-USO VIAGEM NO EXTERIOR	0,00	9 TOTAL A PAGAR OUTRA	AS	23,43
/ICOS ESPECIAIS	4,22	10 TOTAL GERAL A PAGA	.R	155,51

"A SUA CONTA TELEFÔNICA PODERÁ SER PAGA ATÉ O DIA 20/10/2003, SEM INCIDÊNCIA DE MULTAS E ENCARGOS."

2° TABELIONATO DE NOTAS DE PALMAS/TO - Tabelia Sagramor A. Piccoli.
Av. JK - ACSEI - Cj. 01 - Lote 37 - Palmas/TO - CEP. 77.100-020 - 2.(063) 215-2272 2 215-2205

AUTENTICAÇÃO

Confere com o original a mina seresentado. Dou fé. Palmas-TO, 24 de outubre de 2003. 4114

Em Testo Allur Ca verdade. Matclana Arabic Souza

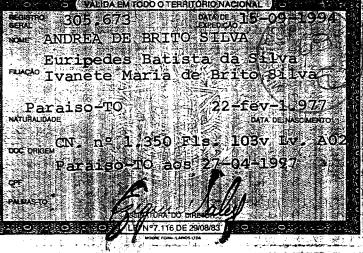
Custas: 1,00

SERVICO PUBLICO FEDERAL MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES Confere com o original

Charles and the second second

The Contract of the Contract o











SERVIÇO POBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES COMPLETE COM O ORIGINAL





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL **TOCANTINS**

CERTIDÃO

CERTIFICO QUE, REVENDO NOSSOS ARQUIVOS, NELES ENCONTREI O REGISTRO DE:

ANDREA DE BRITO SILVA

ONDE CONSTA O SEGUINTE:

Número do Titulo:

031804352771

Estado Civil:

Soffeiro

Data de Nascimento:

22/02/1977

Filiação:

EURIPEDES BATISTA DA SILVA

IVANETE MARIA DE BRITO SILVA

Profissão:

ESTUDANTE, BOLSISTA, ESTAGIARIO E ASSEMELHADOS

Vota na Zona: 7

Seção: 23

Domicílio eleitoral desde:29/08/1995

Município: PARAISO DO TOCANTINS

Residência:

RUA TAPAJOS NR 461 CENTRO

Não filiado a partido político

CERTIFICO ainda, que NADA CONSTA quanto à perda ou suspensão dos direitos políticos e inelegibilidade, NÃO HAVENDO nenhum registro de condenação criminal-eleitoral em relação ao(à) eleitor(a) supra, no âmbito desta jurisdição Eleitoral.

Certifico, mais, que o citado eleitor está quite com a justiça eleitoral.

Constam as seguintes ocorrências:

Data Situação Descrição 27/12/95

Complemento

Alistamento

03/10/96 **ATIVO** 04/10/98 OVITANI

167 - JUSTIFICOU AUSENCIA DO VOTO 167 - JUSTIFICOU AUSENCIA DO VOTO

04/10/98 INATIVO

094 - NAO VOTOU NA SECAO

01/10/00

INATIVO

167 - JUSTIFICOU AUSENCIA DO VOTO

01/10/00

INATIVO

094 - NAO VOTOU NA SECAO

23/02/01

Revisão

Sec. Ant: 23 7 ona Ant: 7

E, como nada mais havia para constar, eu, Kennya Cristina R. de Oliveira Moraes; digitei e subscrevi. ISENTO DE EMOLUMENTOS DE ACORDO COM A LEI.

PARAISO DO TOCANTINS, 22/12/2003

vĕs de Souza Maria Lucit

Escriva Eleitoral

MINISTÉRIO DAS COMUNICACOES



Cia. de Energia Elétrica do Estado do Tocantins 104 Norte, Conjunto IV lote 12-A - Palmas - TO CNPJ 25.086.034/0001-71 Insc. Estadual 290.203.1998-6

19/11/2003

20/11/2003

ANDREA DE BRITO SILVA

ET 15 SALA 05 AV. JK COMERCIAL, SERVICO-MONOFASICO Cidade **PALMAS**

> PARA ATENDIMENTO INFORME ESTE

11/2003

Vencimento

Ba ST NORDESTEDICA

Valor até o Vencimento

77000 - 000

Tipo de TarifonVENCIONAL

Endereço da Unidade Consumidora

NÚMERO Unidade Consumidora - UC

27/11/2003

82310505153 Inscrição Estadual

5706653

Consumo

110 kWł R\$ 47,62

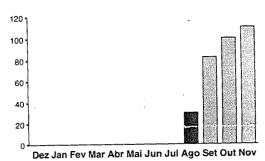
Datas das L	Leituras	Dados da Medição							C	ons imo	Nº de Dias Faturados	
Anterior 16	6/10/2003	Equipamento	Cremoter in the	Unidade		Atroni	Legura	Anterior	Medido			33
	0/10/2000		Faturamento	Medida		Atuai					Percas de Transformação	
Atual 19	8/11/2003	1000086818	1	kWh	ANL	1	1867	1757	110	110		
	0/11/2000	, , , , , , , , , , , , , , , , , , , ,		1	!	1					Fator de Hotenda	1
Próxima 16	6/12/2003	1		i	ļ.						!	
	-	6		1	1	Lanca	montos					
Historico d	e Consumo	otal Faturado			-		mentos			Otde, Fatu	rada Tarifa C/ICMS Va	ilor (R\$)

Cirra	16/12/2003			1		
oric	o de Consumo Competência	Total Faturado N. de Dias	Origem	Mensal	Média Diária	
	11/2003 10/2003 09/2003 08/2003 07/2003 06/2003 05/2003 04/2003	33 30 29 36	LIDO LIDO LIDO LIDO	110 100 82 30 0 0 0	3,33 3,33 2,82 0,83	
	03/2003 02/2003 01/2003 12/2002		:	0 0 0		

CONSTIMO 1,25 0,26 0,83 110 0.011394

CONSUMO
ENC.CAPACIDADE EMERGENCIAL
JUROS CONTA ANTERIOR 10/2:
MULTA CONTA ANTERIOR 10/2:
MULTA S' ENCARGOS RES 249 FAT. 10/2: 03 10/2/03

HISTÓRICO DE CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA - kWh



APÓS O ENCIMENTO

TOTAL

Para pagament i após ci rencimento, será cobrada multa de 2%, acrescido de juros de 0,0333 por dia de atraso, conforme Lei nº 10,438/62, a ser cobraca na próxima conta.

Esta unidade consumido a estará passível de suspensão do fornecimento, em caso de não pagamento desta fatura, conforme legis ação vigante.

Composição do ICMS Base de Calculo (RS)

Alic dota (%) 25,00% Valor (R\$)

11,63

R\$ 47,62

"LUZ NO CAMPO - MUDÂNDO O CAMPO DA NOITE PARA O DIA"

Indicadores de Conformidade dos Níve s de Tensão Padrão Indicadores de Continuidade do Fornecimento de Energia Realizado Volts Voits Agd/2003 Set /2003

97,33 kWh

- Duração de Interrupção Individual (horas) DIC - Frequência de Interrupção Individual (vezes) - Duração Equivalente de Interrupção (horas) FIC DEC - Freqüência Equivalente de Interrupção (vezes) FEC

MÉDIA DOS 3 ÚLTIMOS CONSUMOS DE ENERGIA

Tensão Contratada: Limite Minimo Adequado: 14,00 8.80 Limite Maximo Adequado: .86 8.00

11,00 DMIC - Duração Máxima de Interrupção Continua (horas) Nome do conjunto/local a que pertence a Unidade Consumidora: PALMAS
O consumidor tem o direito de solicitar apuracoes dos indicadores DIC,FIC e DMIC, a qualquer tempo.

Valor Cobrado (R\$) Local/Etapa/Livro Número de Referência CoMpe2003a R\$ 47,62 05-200382982413-61 ANDREA DE BRITO SILVA











ESTADO DO TOCANTINS PODER JUDICIARIO

COMARCA DE PARAISO DO TOCANTINA CARTÓRIO DISTRIBUIDOR PRAÇA JOSÉ TORRES Nº 700, CEP 77.600-000 FONII (0xx63) 602-1360

CARTORIO DE DISTRIBUIÇÃO Paraiso do Tocantins - TO José Heriovaldo Q. Santos Contador / Distribuidor

<u>CERTIDÃ</u>O

JOSÉ HERIOVALDO **QUEIROZ** SANTOS, Distribuidor Judicial desta Comarca de Paraíso do Tocantins - TO, na forma da lei etc. ...

CONFERE COM O ORIGINAL

CERTIFICA a requerimento verbal de parte interessada que, revendo os livros, papéis, autos e demais assentamentos neste cartório, ora a meu cargo constatei a inexistência de AÇÕES CRIMINAIS, INQUÉRITO POLICIAL E TERMO CIRCUNSTANCIADO DE INFRAÇÃO PENAL (Lei nº 9.099/95) em desfavor:

NOME: ANDREA DE BRITO SILVA.

Nome do Pai: EURIPIDES BATISTA DA SILVA.

Nome da Mãe: IVANETE MARIA DE BRITO SILVA. SERVIÇO PUBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Nacionalidade: BRASILEIRA.

Naturalidade: PARAÍSO - TO.

Estado civil: SOLTEIRA. Profissão: ARQUITETA. CPF: 823.105.051 - 53.

Identidade:305.673 - SSP/TO.

Residente e domiciliada à KBR, ACSV - NE 12, Lote 15, sala 05, Avenida

JK, Palmas - TO.

O referido é verdade e dou fé.

DADA E PASSADA nesta cidade e Comarca de Paraíso do Tocantins - TO, aos vinte e dois (22) dias do mês de dezembro (12) do ano de dois mil e três (2003).

> JOSÉ HERYOVALDO Q. SANTOS Distribuidor Judicial CPF nº 227.694.391-20

Esta certidão tem o prazo de validade de 60 dias, a contar da data de sua expedição, conforme provimento nº 036/02 – CGJ – TO, seção 6, item 2.6.2.

Lei n ° 1286 Capítulo III Item I, II, III, IV Valor R\$ 20,00

eraiso do Teccoto · "







República Federativa do Brasil

ESTADO DO TOCANTINS

Cartório do 2º Oficio

Jacintho Pereira Netto - Oficial -

OBS.: Tx Judiciária & vectarie

Geraldo José Dias Pereira

— Sub-Oficial —

Jaciniho Pereira Nella

Jacintho Pereira Netto Oficial do Registro de Pessoas Jurídicas Títulos, Documentos e Protestos Tabelião 2º de Notas.

CERTIDÃO

CERTIFICA a requerimento verbal de parte interessada que revendo em seu poder e cartório os

Livros de registros de Protestos, neles não constam nenhum protesto de títulos de crédito em desfavor de: ANDREA DEBRITO SILVA.CNPJ/CPF=823.105.051-53; Brasileira, solteira, arquiteta, residente e domiciliado nesta

de cidade de Paraíso do Tocantins/To.

SERVIÇO PUBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES CONFERE COM O ORIGINAL

O referido é verdade e dou fé EM TEST. DA VERDADE Paraiso do Tocantins - To/ 23/10HZEMBRO/2003/

Sub Official

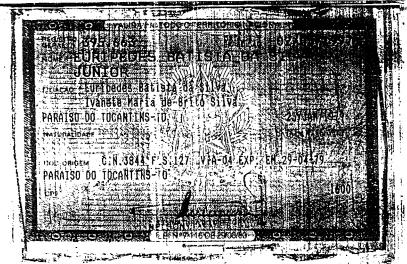
cielnio

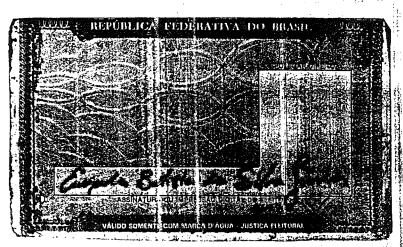
yanda Lucia Rodrigue ESCREVENTE

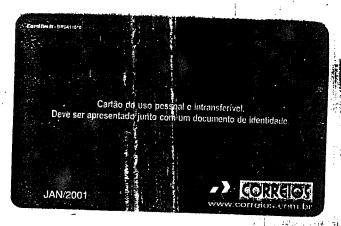


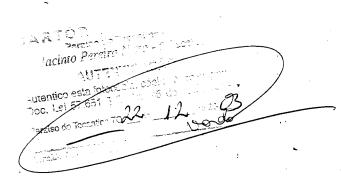












Has Control of Fig. 74 Signature of Fig. 74 Signatu

SERVICO FOBLICO FEBERAL
SINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
DE 104





Has Continued of the Co

ESTADO DO TOCANTINS PODER JUDICIARIO

COMARCA DE PARAISO DO TOCANTINS CARTÓRIO DISTRIBUIDOR

PRAÇA JOSÉ TORRES Nº 700, CEP 77.600-000 FONE (0xx63) 602-1360

CARTORIO DE DISTRIBUIÇÃO

Paraiso de Tocantins - TO

José Heriovaldo Q. Santos

Contador / Distribuidor

CERTIDÃO

JOSÉ HERIOVALDO QUEIROZ SANTOS, Distribuidor Judicial desta Comarca de Paraíso do Tocantins - TO, na forma da lei etc. ...

CERTIFICA a requerimento verbal de parte interessada que, revendo os livros, papéis, autos e demais assentamentos neste cartório, ora a meu cargo constatei a inexistência de AÇÕES CRIMINAIS, INQUÉRITO POLICIAL E TERMO CIRCUNSTANCIADO DE INFRAÇÃO PENAL (Lei nº 9.099/95) em desfavor:

NOME: EURIPEDES BATISTA DA SILVA JUNIOR. Nome do Pai: EURIPEDES BATISTA DA SILVA. Nome da Mãe: IVANETE MARIA DE BRITO SILVA.

Nacionalidade: BRASILEIRA.

Naturalidade: PARAÍSO DO TOCANTINS - TO.

Estado civil: CASADO. Profissão: ESTUDANTE. CPF: 871.546.411 - 34.

Identidade:395.663 - SSP/TO.

Residente e domiciliado à Rua Alfredo Nasser, nº 1085, Centro, nesta cidade de Paraíso do Tocantins - TO.

O referido é verdade e dou ?é.

DADA E PASSADA nesta cidade e Comarca de Paraíso do Tocantins - TO, aos vinte e dois (22) dias do mês de dezembro (12) do ano de dois mil e rês (2003).

JOSÉ HERIOVALDO Q. SANTOS Distribuidor Judicial CPF nº 227.694.391-20

Esta certidão tem o prazo de validade de 60 dias, a contar da data de sua expedição, conforme provimento nº 036/02 - CGJ - TO, seção 6, item 2.6.2

Lei n° 1286 Capítulo III Item I, II, III, IV Valor R\$ 20,00 SERVICO PUBLICO' FEBERAL

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

CONFERE COM O ORIGINAL

TINTO PORTE DE LA COMUNICAÇÕES

CONFERE COM O ORIGINAL

Vanda Lúcia Rodrigue:

ESCREVENTE





República Federativa do Brasil

ESTADO DO TOCANTINS

Cartório do 2º Oficio

Jacintho Pereira Netto

- Oficial -

Geraldo José Dias Pereira

— Sub-Oficial —

Jacintho Pereira Netto Oficial do Registro de Pessoas Jurídicas Títulos, Documentos e Protestos Tabelião 2º de Notas.

OBS.: Tx JudiciárJa a recolh

ERTIDÃO

CERTIFICA a requerimento verbal de parte interessada que revendo em seu poder e cartório os

Livros de registros de Protestos, neles não constam nenhum protesto de títulos de crédito em desfavor de: EURIPEDES BATISTA DA SILVA JÚNIOR.CNPJ/CPF=871.546.411-34; Brasileira, casado, universitário, residente e domiciliado nesta de cidade de Paraíso do Tocantins/To.

> SERVICO FUBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES HIFERE COM O ORIGINIAL

O referido é verdade e dou fé

EM TEST. DA, VERDADE Paraiso do Tocantins - To

2301/ZEMBRO/2003/

ub-Oficial

Janda Likin Kodrigues

WIN SOREVENTE



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL TOCANTINS

CERTIDÃO

CERTIFICO QUE, REVENDO NOSSOS ARQUIVOS, NELES ENCONTREI O REGISTRO DE:

EURIPEDES BATISTA DA SILVA JUNIOR

ONDE CONSTA O SEGUINTE:

Número do Título:

033799052798

Estado Civil:

Softeiro

Data de Nascimento:

25/01/1979

Filiação:

EURIPEDES BATISTA DA SILVA

۵

IVANETE MARIA DE BRITO SILVA

Profissão:

Residência:

ESTUDANTE, BOLSISTA, ESTAGIARIO E ASSEMELHADOS

Vota na Zona: 7

Seção: 4

Domicilio elei oral desde:22/04/1997

Município: PARAISO DO TOCANTINS

AV. CASTELO BRANCO NR 956 CENTRO

Não filiado a partido político

CERTIFICO ainda, que NADA CONSTA quanto à perda ou suspensão dos di eitos políticos e inelegibilidade, NÃO HAVENDO nenhum registro de condenação criminal-eleitoral em relação ao(ê) eleitor(a) supra, no âmbito desta jurisdição Eleitoral.

Certifico, mais, que o citado eleitor está quite com a justiça eleitoral.

Constam as seguintes ocorrências:

Data

Situação

Descrição

Compleme ito

30/04/97

Alistamento

E, como nada mais havia para constar, eu, Clayton Sanches de Macedo, digiter e subscrevi. ISENTO DE EMOLUMENTOS DE ACORDO COM A LEI.

PARAISO DO TOCANTINS

710/2003

Maria L

Lucillette Nives de Souz

Elscriva Eleitoral

Digitador: Clayton Sanches de Macedo

22 13 do



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL TOCANTINS

CERTIDÃO

CERTIFICO QUE, REVENDO NOSSOS ARQUIVOS, NELES ENCONTREI O REGISTRO DE:

EURIPEDES BATISTA DA SILVA JUNIOR

ONDE CONSTA O SEGUINTE:

Número do Título:

033799052798

Estado Civil:

Softeiro

Data de Nascimento:

25/01/1979

Filiação:

EURIPEDES BATISTA DA SILVA

Е

IVANETE MARIA DE BRITO SILVA

Profissão:

ESTUDANTE, BOLSISTA, ESTAGIARIO E ASSEMELHADOS

Vota na Zona: 7

Seção: 4

Domicilio elei oral desde:22/04/1997

1000 1100 201100

Município: PARAISO DO TOGANTINS

Residência:

AV. CASTELO BRANCO NR 956 CENTRO

Não filiado a partido político

CERTIFICO ainda, que NADA CONSTA quanto à perda ou suspensão dos direitos políticos e inelegibilidade, NÃO HAVENDO nenhum registro de condenação criminal-eleitoral em relação ao(ê) eleitor(a) supra, no âmbito desta jurisdição Eleitoral.

Certifico, mais, que o citado eleitor está quite com a justiça eleitoral.

Constam as seguintes ocorrências:

Data

Situação

Descrição

Complemento

30/04/97

Alistamento

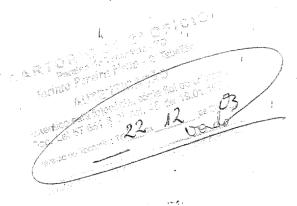
E, como nada mais havia para constar, eu, Clayton Sanches de Macedo, digiter e subscrevi. ISENTO DE EMOLUMENTOS DE ACORDO COM A LEI.

PARAISO DO TOCANTINS,

Maria Lucillette Nives de Souza

Escriva Eleitoral

Digitador: Clayton Sanches de Macedo





BrasilTelecom

BRASIL TELECOM S.A. BR 153 KM 6 - Vila Redenção CEP 74845-060 Goiânia - GO CNPJ 76.535.764/0328-51 Insc. Est. 10.325.318-1 CNPJ Tocantins 76.535.764/0325-09 Insc. Est. 29.02.066.151-0

AV ALFREDO NASSER 01085

77600-000 PARAISO DO TOCA - TO

Nota Fiscal de Serviços de Telecomunicações Informações Sobre Conta Telefônica: 0800 6455005 Número: 135.692 Série: U-02

Cód. Fiscal da Operação: 5.307 Classe: RESIDENCIAL

Número do Cliente: 262630019000000

CNPJ/CPF: 871.546.411-34

Inscr. Estadual:

gas Cou

Data de Emissão: Vencimento: 15 Nov 2003

Total a pagar:

27 Nov 2003

99,28

Postagem: 18 Nov 2003

S CENTRAL

Contrato Agrupador Telefone Agrupador 111.490.212-5

Quantidade

30

63 602 3936

Contrato Agrupado Telefone Agrupado 111.490.212-5

63 602,3936

Pagamento após o vencimento terá multa de 2% e juros de 1% a.m. O não pagamento implicará na aplicação das ações previstas na resolução 85 - ANATEL

Histórico de contas anteriores

Agosto : P.\$ 0,00	Pulsos: 0	Setembro : R\$ 68,54	Pulsos: 394	Outubro : R\$ 156,07	Pulso: 843	Média: FI\$ 112,3	30 Média de Pulsos: 618	
Impostos	Aliquota ICMS 00%(A) ICMS 25%(B) ISS 00%(C)	Base de Cálculo 0,00 88,00 0,00	Valor 0,00 22,00 0,00	ISENTO NÃO TRIBUTAVEL	0,00	Alíquota ICMS 00%(A) ICMS 25%(B) ISS 00%(C)	Totais dos impostos Base de Cálculo 0,00 88,00 0,00	Valor 0,00 22,00 0,00

Contribuição para o FUST - 1% do valor dos serviços - não repassada às tarifas

EURIPEDES BATISTA DA SILVA JUNIOR

Contribuição para o FUNTTEL - 0,5% do valor dos serviços - não repassada às tarifas

Resumo da conta	Impostos Incluídos	Total
Total a pagar		99,28
1° SERVICOS DA BRASIL	TELECOM	88,00
SERVICOS MENSAIS		31,17
SERVICOS LOCAIS		46,48
INTERURBANOS		9,91
CHAMADAS LOCAIS PA	ARA MOVEL	0,44
2º SERVICOS INTELIG (D	UVIDAS 0800 643 2323)	11,28

Al-t-	Eigen	Número	$\Delta \Delta \Delta$	125	602
Nota	FISCA	i Numero	OUU.	. 135.	692

1° SERVICOS DA BRASILTELECOM

SERVICOS MENSAIS Sea ASSINATURA BASICA RESIDENCIAL VALOR SUSPENSO DECISAO JUDICIAL 2

INTERURBANOS

TOTAL SERVICOS MENSAIS		100
SERVICOS LOCAIS	Seq Data	Quantidade
MEDIDO-LEITURA ANTERIOR/ATUAL	3 10/11/2003	003907 / 004378
CONSUMO / PULSO ALEM FRANQUIA	4 10/11/2003	0000471 / 000371
FRANQUIA DE PULSOS MENSAL	5 10/11/2003	000100
VALOR SUSPENSO DECISAO JUDICIAL	6 99/99/9999	1/
TOTAL SERVICOS LOCAIS		

Imposto incluído - Total

33.45 B -2,28 B 31,17 Valor 49,91 B -3,43 B 46,48

Seq	Data	Hora	Duração	Localização	Tarifação	Telefone	Valor
7	13/10/2003	11:13:33	00:00:09	TO-PALMAS	DIF	632151005	0,40 B
8	13/10/2003	11:14:04	00:00:11	TO-PALMAS	DIF	632151118	0,40 B
9	13/10/2003	11:14:29	00:05:42	TO-PALMAS	DIF	632151150	2,32 B
10	13/10/2003	16:26:33	00:02:58	TO-PALMAS	DIF	632183509	1,22 B
11	13/10/2003	16:48:41		TO-PALMAS	DIF	632151118	0,40 B
12	14/10/2003	17:40:52		TO-PALMAS	DIF	632183509	0,40 B
13	15/10/2003	16:50:26		TO-PALMAS	DIF	632181569	0,40 B
14	16/10/2003	10:08:48	00:00:18		DIF	632153509	0,40 B
15	16/10/2003	10:09:30		TO-PALMAS	DIF	632183509	0.40 B
16	16/10/2003	12:14:04		TO-PALMAS	NOR	632183509	0,47 B
17	16/10/2003	13:52:32	00:01:07		NOR	632183509	0.31 B
18	16/10/2003	16:39:59	00:00:49	TO-PALMAS	DIF	632183509	0,40 B

"Os códigos de seleção das prestadoras de longa distância são: 14, 15, 21, 23, 25, 31 e 43" Contribuição para o FUST - 1% do valor dos serviços - não repassada às tarifas.

Contribuição para o FUNTTEL - 0,5% do valor dos serviços - não repassada às tarifas.

Caso o pagamento seja efetuado com cheque, essa conta será quitada após

Teletone: 63 602.3936 Total a pagar: Sequencial: 111490212 200311 01157 Vencimento: 99,28



84690000000 7 99280016111 7 49021220031 8 10115700000 7

Autenticação Mecânica





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL **TOCANTINS**

CERTIDÃO

CERTIFICO QUE, REVENDO NOSSOS ARQUIVOS, NELES ENCONTREI O REGISTRO DE:

IVANETE MARIA DE BRITO SILVA

ONDE CONSTA O SEGUINTE:

Número do Título:

018672362712

Estado Civil:

Casado

Data de Nascimento:

30/08/1955

Filiação:

MANOEL DOS SANTOS BRITO

ALDÉRIDES FONSECA DE BRITO

Profissão:

COMERCIANTE

Vota na Zona: 7

Seção:

Domicilio eleitoral desde:18/09/1986

Município: PARAISO DO TOCANTINS

Residência:

RUA TAPAJOS 25 CENTRO

Não filiado a partido político

CERTIFICO ainda, que NADA CONSTA quanto à perda ou suspensão dos directos políticos e inelegibilidade, NÃO HAVENDO nenhum registro de condenação criminal-eleitoral em relação ao(a) eleitor(a) supra, no âmbito desta jurisdição Eleitoral.

Certifico, mais, que o citado eleitor está quite com a justiça eleitoral.

E, como nada mais havia para constar, eu, Kennya Cristina R. de Oliveira Morries, digitei e subscrevi. ISENTO DE EMOLUMENTOS DE ACORDO COM A LEI.

PARAISO DO TOCANTILIS, 22/12/2003

Maria Lucinete Alves de Souza

rivā Eleitoral

Digitador: Kennya Cristina R. de Oliveira Moraes







ESTADO DO TOCANTINS PODER JUDICIARIO

COMARCA DE PARAISO DO TOCANTINS CARTÓRIO DISTRIBUIDOR

PRAÇA JOSÉ TORRES Nº 700, CEP 77.600-000 FONE (0xx63) 602-1360

CARTORIO DE DISTRIBUIÇÃO

Paraiso de Tocantins - TO

José Heriovaldo Q. Santos

Contador / Distribuidor

CERTIDÃO

JOSÉ HERIOVALDO QUEIROZ SANTOS, Distribuidor Judicial desta Comarca de Paraíso do Tocantins - TO, na forma da lei etc. ...

> SERVIÇO POBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

CONFERE COM O ORIGINAL

CERTIFICA a requerimento verbal de parte interessada que, revendo os livros, papéis, autos e demais assentamentos neste cartório, ora a meu cargo constatei a inexistência de AÇÕES CRIMINAIS, INQUÉRITO POLICIAL E TERMO CIRCUNSTANCIADO DE INFRAÇÃO PENAL (Lei nº 9.099/95) em desfavor:

NOME: IVANETE MARIA DE BRITO SILVA.

Nome do Pai: MANOEL DOS SANTOS BRITO. Nome da Mãe: ALDERIDES FONSECA DE BRITO.

Nacionalidade: BRASILEIRA.

Naturalidade: TOCANTÍNIA - TO. Estado civil: CASADO.

Profissão: ESTUDANTE. CPF: 278.479.341 - 91.

Identidade: 1.008.289 (2ª VIA) - SSP/TO.

Residente e domiciliado à Rua Tapajós, nº 461, Centro, nesta cidade de

Paraíso do Tocantins - TO.

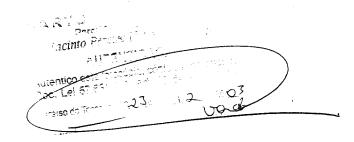
O referido é verdade e dou fé.

DADA E PASSADA nesta cidade e Comarca de Paraíso do Tecantins - TO, aos vinte e dois (22) dias do mês de dezembro (12) do ano de dois mil e três (2003).

JOSÉ HERIOVALDO Q. SANTOS Distribuidor Judicial CPF nº 227.694.391-20

Esta certidão tem o prazo de validade de 60 dias, a contar de data de sua expedição, conforme provimento nº 036/02 - CGJ - TO, seção 6, item 2.6.2.

Lei n° 1286 Capítulo III Item I, II, III, IV Valor R\$ 20,00







República Federativa do Brasil

ESTADO DO TOCANTINS

Cartório do 2º Oficio

Jacintho Pereira Netto

— Oficial —

Geraldo José Dias Pereira

— Sub-Oficial —

Tevendo em se

Jacintho Pereira Netto Oficial do Registro de Pessoas Jurídicas Títulos, Documentos e Protestos Tabelião 2º de Notas.

ÉERTIDÃO

CERTIFICA a requerimento verbal de parte interessada que

ocanim

revendo em seu poder e cartório os

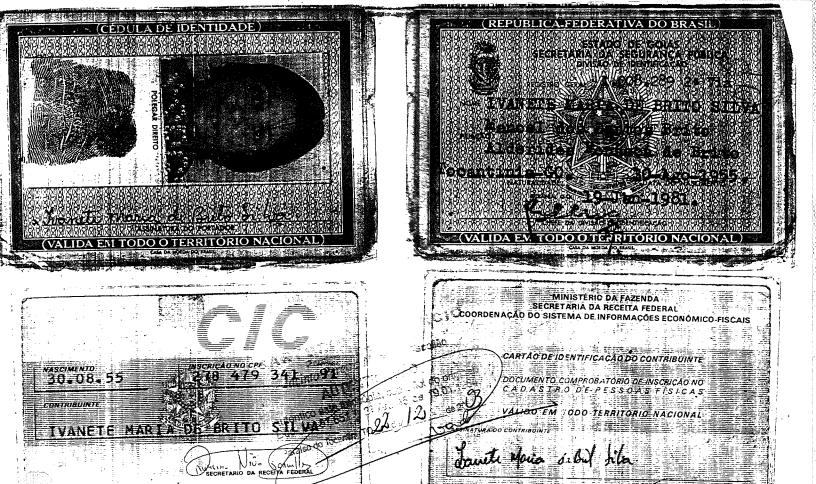
Livros de registros de Protestos, neles não constam nenhum protesto de títulos de crédito em desfavor de: IVANETE MARIA DE BRITO SILVA.CNPJ/CPF=278.479.341-91: Brasileira, casada, universitária, residente e

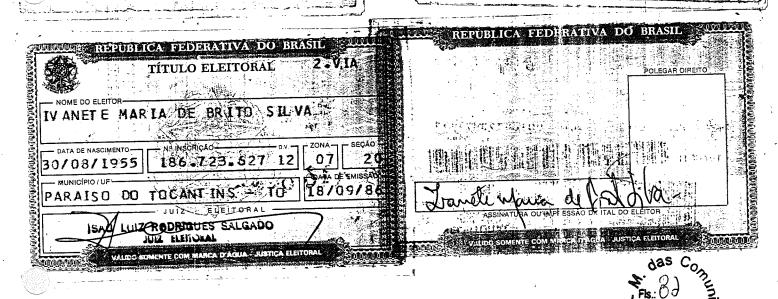
domiciliado nesta de cidade de Paraíso do Tocantins/To.

SERVIÇO PUBLICO FERENAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

DA 104

· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	
O referido é verdade e dou fé	
EM TEST. DA VERDADE	
Paraiso do Tocantins - To 23/0 HZEMBRO/2003/	
Sub-Oficial	
· /	





SERVIÇO PUBLICO FEDERAL.
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMPERE COM O ORIGINAL
E M. 11 / 02 / 04





BRASIL TELECOM S.A. BR 153 KM 6 - Vila Redenção CEP 74845-060 Goiánia - GO CHP J 76.535.764/0328-51 Insc. Est. 07.408.927/001-42

BrasilTelecom

FATURA: 0311.00.016.422 Contrato: 100.282.116-6

Fatura de Serviços de Telecomunicações

Informações Sobre Conta Telefônica: 0800 6455005





II...II...II...II...II...II...II...II

Telefone: 63 602,1099

Vencimento:

04 Nov 2003

Total a pagar:

Histórico de contas anteriores

198,14

Pagamento após o vencimento terá muita de 2% e juros de 1% a.m. O não pagamento implicará na apikação das ações previstas na resolução 85 - ANATEL

/202053152022/40000 Agosto : R\$ 158,55

Agosto : R\$ 158,55 Setembro : R\$ 129,24
Pulsos: 563 Pulsos: 357

Outubro : R\$ 166.42

Médía: R\$ 151,40

Média de Pulsos: 438

DDD	do	celular,	só pode
tor		númar	0.01/

Quando você pensar em fazer DDD,
antes de mais nada, pense 14,
fale 14, ligue 14. Você economiza até
57,8%*, em suas ligações.
Basta gravar o 14 antes dos telefones
na agenda do seu celular.
Veja como é simples:

0 + **14 + cód. d**a cidade + nº do telefone

* O maior percentual de economia é obtido na comparação dos valores praticados no Plano Básico pela Brasil Telecom e pela empresa espelho da Região, em chamadas de Móvel Pós-Pago para Móvel, VC-2, no horário de 0 as 7h e das 21 as 24h /de seg. a sáb., e durante 24h no domingo.

Confiança total.

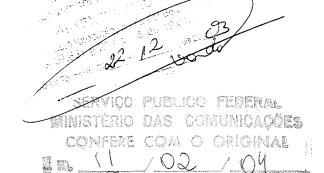
O sistema que faz a cobrança da sua conta telefônica acaba de conquistar o certificado do BVQI e o reconhecimento do INMETRO.





Resumo da conta	Impostos Incluídos	Totai
Total a pagar		198,14
1° SERVICOS DA BRASILTE	ELECOM	198,14
SERVICOS MENSAIS		31,16
SERVICOS LOCAIS		38,46
CHAMADAS LOCAIS A CO	DBRAR	1,06
INTERURBANOS		1.67
INTERURBANOS RECEBI	DOS A COBRAR	1,76
CHAMADAS LOCAIS PAR	A MOVEL	111,10
CHAMADAS PARA MOVE	L	5,93
CHAMADAS RECEBIDAS	DE MOVEL A COBRAR	3,43
SERVICOS EVENTUAIS		3,57

Na emissão desta existia (m) débito (s) vencido (s). Favor verificar no final da conta. O pagamento desta não quita débitos anteriores.



"Os códigos de seleção das prestadoras de longa distância são: 14, 15, 21, 23, 25,31 e 43*

Ontribuição para o FUST - 1% do valor dos serviços - não repassada às tarifas.

	ssada às tarifa						
ul iguso	ילענענגענגענעניי	tarias.uL	ا عدمیں				
120	04/10/2003	17:20:17	00:00:14	TO-GL=JPI	VC1	6399756082	0,31 B
121	04/10/2003	18:25:12	00:00:29	TO-PARAISO DO TOCANTINS	VC1	6399980363	0,31 B
122	04/10/2003	19:49:23	00:00:46	TO-PARAISO DO TOCANTINS	. VC1	6399872980	0,50 B
	06/10/2003	06:30:43	00:00:32	TO-PAL MAS	VC1	6392824244	0,25 B
123		08:20:33	00:00:29	TO-PARAISO DO TOCANTINS	VC1	6399980363	0,31 B
124	06/10/2003		00:00:25		VC1	6399872482	0.37 B
125	06/10/2003	09:03:57			VC1	6399872482	0,31 B
126	06/10/2003	09:24:23	00:00:08		VC1	6399872482	0,31 B
127	06/10/2003	16:58:15		TO-PARAISO DO TOCANTINS		6399872482	0.94 B
128	06/10/2003	19:10:53		TO-PARAISO DO TOCANTINS	VC1		- , -
129	06/10/2003	19:12:50	00:02:50	TO-PARAISO DO TOCANTINS	VC1	6399872980	1,82 B
130	07/10/2003	10:02:50	. 00:01:05	TO-PARAISO DO TOCANTINS	VC1	6399872481	0,69 B
131	07/10/2003	11:14:02	00:00:29	TO-PARAISO DO TOCANTINS	VC1	6399872482	0,31 B
132	07/10/2003	13:22:05	00:01:10	TO-PAL MAS	VC1	6392819819	0,74 B
132	07/10/2003	15:10:49		TO-PAL MAS	VC1	6392819819	0,43 B

84

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo B – sala 300 70044-900 – Brasília-DF Tel.: (61)311-6000 – Fax: 311-6617

Oficio nº00069/2004/DOS/SSCE-MC

Brasília, 13 de Januro de 2004.

Ao Senhor Diretor Geral da
Fundação Cultural São Judas Tadeu
Rua Tapajós, esquina com Avenida Castelo Branco, nº 461, Centro/ICO FUSLICO FEDERAL
77.600-000 Paraíso do Tocantins/TO

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COM O CRIGINAL

Assunto: Solicitação de documentação

Prezado Senhor,

Mediante análise das solicitações de execução de serviços de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada em caráter educativo nas cidades de Paraíso do Tocantins (proc. nº 53000.030626/03), Alvorada do Tocantins (proc. nº 53000.034475/03), Colinas do Tocantins (proc. nº 53000.034473/03), todas localizadas no Estado do Tocantins, requeridas por Fundação São Judas Tadeu, constatou-se a necessidade de apresentação da seguinte documentação para a correta instrução dos pedidos (apresentar quatro cópias da documentação, uma para cada feito; as cópias devem ser autenticadas em cartório):

- ◆ Aprovação do estatuto da entidade pelo Ministério Público da Comarca onde está sediada;
- * Realizar alteração no estatuto para incluir cláusula estabelecendo que
 "o serviço de radiodifusão será executado sem finalidade comercial,
 isto é, com fins exclusivamente educativos e culturais". Lembra-se
 que qualquer alteração no estatuto deve ser aprovada pelo
 Ministério Público. Portanto, apresentar também comprovação da
 aprovação de todas as alterações estatutárias realizadas no
 passado;
- Declaração, firmada pelo Diretor Geral (nos termos do estatuto), de que a entidade dispõe de recursos financeiros para o empreendimento;
- ◆ Declaração firmada pelo Diretor Geral, em nome da entidade, afirmando que:
 - 1. a entidade não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da presente concessão e que, caso

#

Cren/ego



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo B – sala 300 70044-900 – Brasília-DF Tel.: (61)311-6000 – Fax: 311-6617



venha a ser contemplada com a outorga, não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/67;

- 2. nenhum sócio integra o quadro social de outra entidade executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na localidade objeto da concessão, nem de outras empresas de radiodifusão, em municípios diversos, em excesso aos limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/67.
- Declaração, firmada pelos membros da Diretoria da entidade, nos seguintes termos:
 - 1. não participa da direção de outra executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, no município onde se pretende instalar a estação, nem de quaisquer empresas de radiodifusão, em outros municípios, em excesso aos limites fixados no artigo 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso a entidade venha a ser contemplada com a outorga;
 - não está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar, nem exerce cargo de supervisão ou assessoramento na Administração Pública, do qual decorra foro especial.
- Certidões atualizadas dos cartórios cíveis dos locais de residência dos últimos cinco anos, bem como dos locais onde exerçam ou tenham exercido, no mesmo período, atividades econômicas, referente a todos os membros da Diretoria.
- 3. Devem os interessados, dentro do prazo de 30 dias a partir do recebimento deste, apresentar a documentação descrita acima sob pena de **arquivamento** do procedimento em questão.

Atenciosamente,

CARLOS ALBERTO FREIRE RESENDE

Diretor do Departamento de Outorga de Serviços

SERVIÇO PUBLICO FEBERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
E. R. 102 / 04







DECLARAÇÃO

DECLARO para os devidos fins, que a Fundação Cultural São Judas Tadeu, de acordo com os termos do Artigo 5º, itens "b" e "c" do seu Estatuto, possui recursos financeiros próprios para a exploração dos serviços de radiodifusão em rádio, com fins exclusivamente educativos.

Alvorada do Tocantins - TO, 12 de janeiro de 2004.

BENEDITO PIMENTA DA SILVA NETO Presidente

SERVIÇO PUBLICO FEBERAL MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES CONFERE COM O ORIGINAL







DECLARAÇÃO

O abaixo assinado declara que:

- a) A entidade não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da presente concessão (município de Alvorada do Tocantins) e que, caso venha a ser contemplada com a outorga, não excederá os limites fixados no artigo 12 do Decreto-Lei nº 236/67;
- b) Nenhum sócio integra o quadro social de outra entidade executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na localidade objeto da concessão, nem outras empresas de radiodifusão, em municípios diversos, em excesso aos limites fixados no artigo 12 do Decreto-Lei nº 236/67.

Alvorada do Tocantins - TO, 12 de janeiro de 2004.

BENEDITO PIMENTA DA SILVA NETO
Presidente

SERVIÇO PUBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES CONFERE COM O ORIGINAL Em. 11 / 62 / 04







DECLARAÇÃO

O abaixo assinado declara que:

- a) não participa da direção de outra executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, no município de Alvorada do Tocantins, nem de quaisquer empresas de radiodifusão, em outros municípios, em excesso aos limites fixados no artigo 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso a entidade venha a ser contemplada com a outorga;
- b) não está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar, nem exerce cargo de supervisão ou assessoramento na Administração Pública, do qual decorra foro especial.

Alvorada do Tocantins - TO, 12 de janeiro de 2004.

BENEDITO PIMENTA DA SILVA NETO Presidente

SERVIÇO PUBLICO FEBERAL MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES CONFERE COM O CRIGINAL

De Duyana







DECLARAÇÃO

O abaixo assinado declara que:

- a) não participa da direção de outra executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, no município de Alvorada do Tocantins, nem de quaisquer empresas de radiodifusão, em outros municípios, em excesso aos limites fixados no artigo 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso a entidade venha a ser contemplada com a outorga:
- b) não está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar, nem exerce cargo de supervisão ou assessoramento na Administração Pública, do qual decorra foro especial.

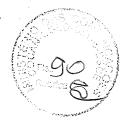
Alvorada do Tocantins - TO, 12 de janeiro de 2004.

HELENA CRISTINA DA SILVA

Vice-Presidente

SERVICO PUBLICO FEBERAL MINISTERIO BAS COMUNICAÇÕES CONFERE COM O CRIGINAL

E a. 11 / 02 / 0





DECLARAÇÃO

O abaixo assinado declara que:

- a) não participa da direção de outra executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, no município de Alvorada de quaisquer empresas Tocantins. nem radiodifusão, em outros municípios, em excesso aos limites fixados no artigo 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso a entidade venha a ser contemplada com a outorga;
- não está no exercício de mandato eletivo que lhe b) assegure imunidade parlamentar, nem exerce cargo de supervisão ou assessoramento na Administração Pública, do qual decorra foro especial.

Alvorada do Tocantins - TO, 12 de janeiro de 2004.

MARCOS CRISTIÁNO PIMENTA DA SILVA

Diretor-Geral

SERVIÇO PUBLICO FEBERAL MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES CONFERE COM O ORIGINAL







DECLARAÇÃO

O abaixo assinado declara que:

- não participa da direção de outra executante do mesmo a) tipo de serviço de radiodifusão, no município de Alvorada Tocantins. nem de quaisquer empresas radiodifusão, em outros municípios, em excesso aos limites fixados no artigo 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso a entidade venha a ser contemplada com a outorga;
- b) não está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar, nem exerce cargo de supervisão ou assessoramento na Administração Pública, do qual decorra foro especial.

Alvorada do Tocantins - TO, 12 de janeiro de 2004.

Luciono Crustiono Pimeta da Silva LUCIANO CRISTIANO PIMENTA DA SILVA

Diretor Financeico PUBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES CONFERE COM O ORIGINAL







DECLARAÇÃO

O abaixo assinado declara que:

- a) não participa da direção de outra executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, no município de Alvorada do Tocantins, nem de quaisquer empresas de radiodifusão, em outros municípios, em excesso aos limites fixados no artigo 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso a entidade venha a ser contemplada com a outorga;
- b) não está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar, nem exerce cargo de supervisão ou assessoramento na Administração Pública, do qual decorra foro especial.

Alvorada do Tocantins - TO, 12 de janeiro de 2004.

donnete Maria de Brito Silva IVANETE MARIA DE BRITO SILVA

Secretária SERVIÇO POBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

CONFERE COM O ORIGINAL

Em. 11 / 02 / 04







DECLARAÇÃO

O abaixo assinado declara que:

- a) não participa da direção de outra executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, no município de Alvorada do Tocantins, nem de quaisquer empresas de radiodifusão, em outros municípios, em excesso aos limites fixados no artigo 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso a entidade venha a ser contemplada com a outorga;
- b) não está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar, nem exerce cargo de supervisão ou assessoramento na Administração Pública, do qual decorra foro especial.

Alvorada do Tocantins - TO, 12 de janeiro de 2004.

Monalisa Rosa Santiago MONALISA ROSA SANTIAGO

Suplente

SERVIÇO PUBLICO FEBERAL MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES CONFERE COM O CRIGINAL

E a. 11 / 02 / 04







DECLARAÇÃO

O abaixo assinado declara que:

- a) não participa da direção de outra executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, no município de Alvorada do Tocantins, nem de quaisquer empresas de radiodifusão, em outros municípios, em excesso aos limites fixados no artigo 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso a entidade venha a ser contemplada com a outorga;
- não está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar, nem exerce cargo de supervisão ou assessoramento na Administração Pública, do qual decorra foro especial.

Alvorada do Tocantins - TO, 12 de janeiro de 2004.

PEDRO LOPES DE AGUIAR

Suplente

SERVICO PUBLICO FEDERAL
SINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
CONFERE COM O ORIGINAL
E D. 1102







DECLARAÇÃO

O abaixo assinado declara que:

- não participa da direção de outra executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, no município de Alvorada do Tocantins, nem de quaisquer empresas de radiodifusão, em outros municípios, em excesso aos limites fixados no artigo 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso a entidade venha a ser contemplada com a outorga;
- b) não está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar, nem exerce cargo de supervisão ou assessoramento na Administração Pública, do qual decorra foro especial.

Alvorada do Tocantins - TO, 12 de janeiro de 2004.

ANDREA DE BRITO SILVA
Suplente







DECLARAÇÃO

O abaixo assinado declara que:

- a) não participa da direção de outra executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, no município de Alvorada do Tocantins, nem de quaisquer empresas de radiodifusão, em outros municípios, em excesso aos limites fixados no artigo 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso a entidade venha a ser contemplada com a outorga;
- b) não está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar, nem exerce cargo de supervisão ou assessoramento na Administração Pública, do qual decorra foro especial.

Alvorada do Tocantins - TO, 12 de janeiro de 2004.

EURÍPEDES BATISTA DA SILVA JÚNIOR
Suplente

SERVIÇO PUBLICO FEBERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
E D. 02 04







DECLARAÇÃO

O abaixo assinado declara que:

- não participa da direção de outra executante do mesmo a) tipo de serviço de radiodifusão, no município de Alvorada quaisquer empresas de Tocantins. nem radiodifusão, em outros municípios, em excesso aos limites fixados no artigo 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso a entidade venha a ser contemplada com a outorga;
- não está no exercício de mandato eletivo que lhe b) assegure imunidade parlamentar, nem exerce cargo de supervisão ou assessoramento na Administração Pública, do qual decorra foro especial.

Alvorada do Tocantins - TO, 12 de janeiro de 2004.

RANUEL COELHO BRANDÃO

Suplente

SERVIÇO PUBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES CONFERE COM O ORIGINAL



DE : TU PALMAS

NO.DE FAX: 63 2182890

13 ENE. 2004 055:25PM F





2" PROMOTORIA CÍVEL DE PARAÍSO DO TOCANTINS GABINETE DO PROMOTOR DE JUSTIÇA

Autos nº 066/03

Requerente: Fundação Cultural São Judas Tadeu - FCSJT Pedido de Aprovação Prévia do Estatuto é Autorização do Registro dos atos construtivos.

2° Promotoria Cível de Paraíso/TO/ Curadoria de Fundações SERVICO PO

SERVICO PUBLICO FEBERAL
MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
E RI. 11 /02 /04

O Sr. Benedito Pimenta da Silva Neto, brasileiro, casado, radialista, portador do RG nº 783.190 SSP/TO, e CPF nº 047.120.721-72, residente na QI 210 Sul, Alameda 13, Lote 19, Casa 02, Palmas/TO requer a aprovação do estatuto da Fundação Cultural São Judas Tadeu, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos com sede e foro na cidade de Paraíso/TO.

O pedido veio acompanhado da Minuta de Escritura Pública de Constituição da FCSJT (fl. 03).

Após exame prévio, o instituidor foi orientado a elaborar o Estatuto, ou designar quem o faça, para que seja submetido a essa Curadoria de Fundações. Atendido a orientação e feita as modificações necessárias passo à análise do estatuto.

Em síntese, é o relatório.

O Estatuo dispõe sistematicamente, divididos em capítulos, sobre:





DE : TV PALMAS

NO.DE FAX: 63 2182890

13 ENE. 2004 05:26PM P2





2º PROMOTORIA CÍVEL DE PARAÍSO DO TOCANTINS GABINETE DO PROMOTOR DE JUSTICA

MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES CONFERE COM O ORIGINAL

I - A Denominação, Sede, Duração e Finalidade no Capítulo I.

II - Do Patrimônio e Receita, Capítulo II.

III - Da Administração, a Fundação será composta por uma Diretoria (Seção II), Conselho Deliberativo (Seção I) e um Conselho Fiscal (Seção III) e Conselho Consultivo (Seção IV), Capítulo III.

IV - Do Exercício Financeiro, que coincidirá com o ano Civil, Capítulo IV.

V - Da Alteração Estatutária, capítulo V.

VI - Da Prestação de Contas, Capítulo VI.

VII - Da Extinção da Fundação, Capítulo VII.

VIII - Das Obrigações para com o Ministério Público, Capítulo VIII.

IX - Disposições Finais, Capítulo IX.

foi examinado Estatuto versão final. apresentada em sua ·documentação Patrimônio é livre, desembaraçado e suficiente para consecução dos objetivos e finalidades propostos pela Fundação. O Ato de Instituição e o Estatuto estão em perfeita sintonia coma a legislação pertinente. Os não possíveis fins colimados são lícitos, lucrativos.







2º PROMOTORIA CÍVEL DE PARAÍSO DO TOCANTINS GABINETE DO PROMOTOR DE JUSTIÇA

Ante ao Exposto, observado o disposto no art. 45 do CCB e considerando que a documentação apresentada atende às determinações contidas no art.46 do CCB, e também, observando o disposto no art. 1.199, 1.200 e 1.201 do CPC, APROVO o Estatuto da Fundação Cultural São Judas Tadeu e AUTORIZO o registro dos atos constitutivo (art.120, parágrafo único, da Lei nº 6.216 de 30/06/1975).

Fundações.

Registre-se no livro de Cadastros de

Forneça número de Registro.

Paraíso /TO 0/9 de

de setembro de 2003

Lucidio Bandeira Dourado

Promotor de Justiça Curador de Fundações

> MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES COMFERE COM O ORIGINAL

Em. N 02/04



DE : TV PALMAS

NO.DE FAX: 63 2162890

13 ENE, 2004 05:27PM





CERTIDÃO

Certifico que registrei a "Fundação Cultural São Judas Tadeu" no Livro de Cadastro de Fundações da 2º Promotoria Cível de Paraíso/TO no dia 05/09/2003, sob nº 01/03.

Cristina Emília França Malta
Assitente de Gabinete
2º Promotoria Cível

SERVIÇO PUBLICO FEBERAL MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES CONFERE COM O CRIGINAL E PO. 11 / O2 / O4



ESTATUTO DA FUNDAÇÃO CULTURAL SÃO JUDAS TADEU

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE, DURAÇÃO E FINAL



Art. 1°. Fica criada a partir desta data a "FUNDAÇÃO CULTURAL SÃO JUDAS TADEU", pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede na rua Tapajós, Esq. com Av. Castelo Branco Nº 461 - centro - na cidade de Paraíso do Tocantins, regendo-se pelo presente estatuto e regimento interno e pelas disposições legais que lhe forem aplicaveis:

Art. 2º A FUNDAÇÃO CULTURAL SÃO JUDAS TADEU, tem sua sede e foro na cidade e comarca de Paraiso do Tocantins/TO, na Av. Castelo Branco Nº 461.

APL 3º. A FUNDAÇÃO terá as seguintes finalidades: organizar e congregar os grupos culturais da comunidade, difundir idéias culturais, religiosas, hábitos e tradições sociais, bem como desenvolver metas e instrumentos para a promoção cultural, utilizando dentre outros instrumentos, um veículo de comunicação social, mais especificamente, a exploração do serviço de radiodifusão cultural, buscando viabilizar o debate e a concretização das metas culturais da fundação em prol da comunidade em conjunto com as instituições de ensino de primeiro e segundo graus.

Parágrafo único. A exploração do serviço de radiodifusão cultural, que dependerá de autorização do poder público competente, terá como objetivos: dar oportunidade à difusão e o debate de idéias e elementos culturais da comunidade, bem como a busca da concretização das metas culturais a serem atingidas pela fundação, tudo com estrito respeito às atividades lícitas, o bem público da coletividade, aos princípios éticos, morais e aos bons costumes.

Art. 4º. A fundação ora constituída é por prazo indeterminado e só poderá ser extinta nas hipóteses previstas em lei ou no de insolvência devidamente comprovada.

CAPÍTULO II

SERVIÇO PUBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES CONFERE COM O ORIGINAL

DO PATRIMÔNIO E DAS RECEITAS

Art. 50. O patrimônio inicial da Fundação São Judas Tadeu, será de R\$ 23.060,00 (vinte e três mil e sessenta reais), destinados a ela por seu fundador, representados pelos bens abaixo relacionados:

a) pela contribuição ou doação inicial de seu fundador:

1) Um aparelho telefônico	R\$	70,0 0
2) Rede de Inform. E Equipamento de Instalação	R\$	700,00
▼ 1	R\$	230,00
3) Aterramento	R\$	220,00
4) Um Armário	R\$	8.700,00
C 24 meses de aluquel	• • • •	0



6) 24 meses de água, luz, telefone e internet 7) 4 mesas de escritório 8) 6 cadeiras 9) 2 (dois) computadores 10) Uma impressora 11) Um Scanner 12) Material Escritório 13) Manutenção de equipamentos por 24 meses	R\$ 5.520,00 R\$ 520,00 R\$ 390,00 R\$ 3.400,00 R\$ 320,00 R\$ 290,00 R\$ 1.200,00 R\$ 1.500,00	Has Continued to the co
Total	R\$ 23.060.00	

b) por doações, auxílios, heranças e subvenções;

c) pelas contribuições das diversas categorias de mantenedores.

Art. 6º. As receitas oriundas de doações; heranças e subvenções serão aplicadas a juízo do Conselho Deliberativo, em compra de imóveis e aplicações no mercado financeiro de um modo geral, inclusive em cadernetas de poupança ou ainda aplicação semelhante, após essas sugestões caberá única e exclusivamente o poder de decisão de como ocorrerão essas aplicações à da Diretoria.

- § 1º Os bens decorrentes das receitas de que trata este artigo só poderão ser alienados para sua aplicação em outros bens, da mesma espécie, também inalienáveis, obedecidas às normas acima estabelecidas, e sempre com o "ad referendum" da Diretoria, após consulta ao Conselho Deliberativo.
- § 2º A renda dos bens a que se refere este artigo poderá ser usada na manutenção e cumprimento das finalidades da Fundação.
- § 3º As doações e legados com encargos somente serão aceitos após a manifestação do Conselho Deliberativo e autorização do Ministério Público.
- § 40 A contratação de empréstimos financeiros com garantia real, seja perante instituições finançeiras, seja com a gravação de ônus sobre imóveis, dependerá de prévia autorização do Ministério Público.
- § 6º A cessão de bens em comodato, a alienação ou permuta de bens para a aquisição de outros mais rendosos ou adequados, serão decididos pelo Conselho Deliberativo, com prévia aprovação do Ministério Público DAS COMUNICA CONFERE COM O ORIGINAL
 - Art. 7º. Constituem rendas da Fundação:

rendas resultantes da prestação de serviços; I)

contribuições de pessoas físicas ou jurídicas, em prol da Fundação; II)

dotações ou subvenções atuais, diretamente da União, do Estado e III) Município, ou através de órgão Públicos da Administração direta ou indireta;

IV) dotações ou legados;

produtos ou operações de crédito, para financiamento de suas atividades; V)

rendimentos próprios dos imóveis que possuir; VI)

rendas em se favor constituídas por terceiros; VII)

rendimentos decorrentes de títulos, ações ou papéis financeiros (IIIV TABELIONATO ACAIABA

usufruto que lhe forem conferidos

Autentico a presente fotocópia por conferir còm apresentado. Dou 12.

Av, JK ACSV-NE 12, Lote 06 - CP 77.065-180 - Palmas / TO 35e

tustas: R\$ 1,00

Palmas, 22 de setembro de 2003.

Renata Souza Miranda Escrevente Motariai Autorizada

IX)

propriedade;



- *X) juros bancários e outras receitas de capital.
- Art. 8º. O patrimônio e as rendas da FUNDAÇÃO, somente poderão ser utilizado para a manutenção de seus objetivos.
- Art. 99. A FUNDAÇÃO não remunerará, não distribuirá lucros, dividendos, bonificações ou quaisquer outras vantagens, a qualquer título, aos seus instituidores, mantenedores, colaboradores ou aos membros dos órgãos da Administração.

CAPÍTULO III

DA ADMINISTRAÇÃO

- Art. 10. A Fundação será administrada por uma Diretoria, pelo Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e pelo Conselho Consultivo.
- Art. 11. É vedado o exercício simultâneo de cargos nos Órgão da Administração da FUNDAÇÃO.
- Art. 12. Os membros integrantes dos Órgãos exercerão suas funções gratuitamente, vedada a percepção de remuneração ou vantagem a qualquer título, e não responderão, nem mesmo subsidiariamente, salvo por dolo ou culpa, inclusive com relação a terceiros, pelas obrigações assumidas pela FUNDAÇÃO através de ato regular de gestão.

Parágrafo único - Os integrantes do Conselho Deliberativo, da Diretoria e do Conselho Fiscal necessariamente serão brasileiros natos.

Art. 13. São causas de vacância ou exclusão dos membros dos órgãos da Administração:

I – a morte;

II – a renúncia;

III – a doença güe o incapacite a exercer o cargo;

IV - o não comparecimento do conselheiro integrante do Conselho Deliberativo ou Fiscal, a três (3) reuniões consecutivas, ou a cinco (5) alternadas, sem justificativa;

V – a prática de atos, desonestos, nocivos ou contrários aos objetivos e finalidades da FUNDAÇÃO.

SERVICO PUBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES CONFERE COM O ORIGINAL

DO CONSELHO DELIBERATIVO

Art. 14. O Conselho Deliberativo é o órgão máximo de decisão da Fundação.

Art. 15. O Conselho Deliberativo será constituído por 5 (cinco) membros, escolhidos dentre os sócios colaboradores, para um mandato de 2 (dois) anos permitindo-se a reeleição.

um Vice Presidente, por maioria de votos Av. JK. 2009-06-09 77.065-180 - Palmas / TO - Tel/Fax: (63) 21-4376 JK.

Autentico a presente fotocopia por confedir com original obern apresentado. Dou fa.

Palmas, 22 de setembro de 2003.

Renata Spuza Miranda Escrevente Motarial Autorizada Custas: Ft 1.00



Art. 17. O Vice-Presidente substituirá o Presidente em todas as suas atribuições e competências nos seus impedimentos e afastamentos.

Art. 18. O Presidente do Conselho Deliberativo tem o voto de qualidade.

Art. 19. O Conselho Deliberativo reunir-se-á:

I – por convocação de seu Presidente;

II – por convocação da maioria absoluta dos membros.

Parágrafo único. A convocação dos integrantes do Conselho Deliberativo será feita pessoalmente, por escrito, com antecedência mínima de 3 (três) dias, sempre com a indicação da respectiva ordem do dia.

Art. 20. O Conselho Deliberativo reunir-se-á ordinariamente:

 I – na primeira quinzena do mês de março para deliberar sobre o relatório/balanço da Diretoria e parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício encerrado no dia 31 de dezembro do ano anterior;

 II – na primeira quinzena de dezembro dos anos ímpares, de dois em dois anos, para eleger a Diretoria e o Conselho Fiscal da Fundação;

 III – na primeira de dezembro, para conhecer e votar o orçamento elaborado pela diretoria para o ano seguinte.

Art. 21. O Conselho Deliberativo reunir-se-á extraordinariamente sempre que necessário, convocado conforme o estabelecido no art. 21.

Art. 22. As decisões do Conselho Deliberativo serão tomadas por maioria simples, observadas as exceções previstas neste Estatuto.

Art. 23 Compete ao Conselho Deliberativo:

I) traçar as diretrizes fundamentais para a consecução dos objetivos da FUNDAÇÃO, zelando pela fiel e integral realização de suas finalidades e pelo cumprimento do presente Estatuto;

- II) eleger, dentre seus membros, o seu Presidente e Vice-Presidente;
- III) eleger ou destituir a Diretoria ou algum de seus membros;
- IV) eleger ou destituir o Conselho Fiscal ou alguns de seus membros;

V) examinar e aprovar, por proposta da Diretoria, o orçamento e os programas e projetos relativos às atividades da Fundação;

VT) autorizar a realização de despesas extraordinárias, assim consideradas aquelas não prevista no orçamento;

VII) deliberar, anualmente, sobre as demonstrações financeiras e prestações de conta de Fundação, ouvido o Conselho Fiscal. TABELIONATO ADRIAGA (63) 115-4376 / 215-106

Autentico a presente lorecuta poi conferir com originali que me fol apresentado. Dou fé.

Qıstas: R\$ 1,00

Palmas, 22 de setembro de 2003.

Renata Soliza Milanda Esorevente Notarial Autorizada



- VIII) deliberar, por 2/3 de seus membros, sobre a proposta de alteração do Estatutos da Fundação;
 - IX) deliberar sobre a extinção da Fundação;
- X) autorizar operações que impliquem em aquisição, alienação ou oneração de bens imóveis da Fundação, ouvido previamente o Ministério Público;
- XI) sugerir ao Presidente da Fundação medidas e providências de interesse da entidade, velando por seu prestígio;
- XII) decidir sobre as matérias ou casos omissos, no interesse da Fundação e consecução dos seus fins não previstos neste Estatuto;
 - XIII) criar, manter e aplicar o regimento interno da Fundação.
- § 1° O Conselho Deliberativo somente poderá decidir sobre a extinção da Fundação com a presença de $^{2}/^{3}$ de seus membros.
- § 2º As deliberações sobre matérias elencadas nos incisos "III", "IV", "VI", "VII" e "X", deverão ser tomadas em reuniões que contem com a maioria absoluta dos membros do Conselho Deliberativo;
- § 3º As deliberações do Conselho Deliberativo serão registradas em atas e cópias serão remetidas ao Ministério Público.
- **Art. 24.** O Conselho Deliberativo, por deliberação da maioria absoluta dos seus membros integrantes poderá determinar a perda do mandato do conselheiro ou membro da Diretoria, que no exercício de suas funções atue de forma desonesta, contrária aos interesses da Fundação, ou com desídia.

Parágrafo único – Considera-se desídia para os fins previstos neste artigo, a falta, sem justificativa a 3 (três) sessões consecutivas ou a 5 (cinco) alternadas, dentro do mésmo ano.

SEÇÃO II

DA DIRETORIA

SERVICO PUBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES CONFERE COM O ORIGINAL

Art. 25. A Diretoria é o órgão responsável pela administração, gerência e execução das atividades da Fundação.

- § 1º Os membros eleitos terão o mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos.
 - § 2º Fica proibido o acúmulo de cargo na Fundação.

Art. 26. A Diretoria da Fundação é órgão colegiado constituído pelo Director Financeiro e Diretor Secretário, eleitos pelo conselho Deliberativa, dentre o membros Colaboradores do Conselho Consultivo.

TABELIONATO ACAIABA

Bel. Emanuel Caiaba R. de Gisch

ANUKACOM-NE 12, Lote 06 - CP 77.065-180 - Palmas / TO - Tel/Fax: (8) 215-477 - 1066

Autentico a presente fotocópia por conferir com orio

Autentico a presente fotocopia por conieni com origina presentado. Dou fé.

Custas: R\$ 1,00

Palmas, 22 de setembro de 2003/

Renata/Soliza Miranda Escrevente Notarial Autorizada



- '8 1º Na Diretoria haverá três membros natos, eleitos pelos sócios fundadores 🔊 na primeira assembléia geral ordinária.
- § 2º Compete ao Presidente da diretoria delegar funções a todos os seus membros.
- Art. 27. Competem à Diretoria todas as atribuições necessárias à administração e gestão financeira da Fundação, especialmente:
- a) zelar pelo cumprimento do Estatuto e o regimento interno garantindo a realização das finalidades da Fundação;
- b) resolver sobre a aceitação de bens e serviços que envolvam encargos ou ônus, ouvido previamente o conselho deliberativo;
- c) elaborar os orçamentos e balanços Da Fundação, encaminhando-os com parecer prévio do Conselho Fiscal, para deliberação do Conselho Deliberativo;
 - d) propor reforma do Estatuto ao Conselho Deliberativo;
- e) estabelecer a remuneração para os funcionários, respeitado o disposto no art. 6º do Estatuto;
- f) definir cargos, funções, atribuições e responsabilidades mediante Regimento Interno próprio;
- g) administrar, gerenciar e coordenar o plano de trabalho definido para o exercício, definindo as linhas gerais orçamentárias e a programação anual, bem como nomear ou destituir coordenadores de programa, instituir e cancelar programas e projetos ou SERVIÇO PUBLICO serviços. 🍃 MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Art. 28. Compete ao Diretor Geral:

CONFERE COM O ORIGINAL representar a Fundação ativa e passivamente, em julzo ou fora dele I)

convocar e presidir as reuniões da Diretoria; II)

- assidar com o Diretor Financeiro e, no impedimento deste, com o Diretor "Secretário, os cheques, documentos de crédito ou financeiros;
- constituir procuradores "ad judicia" e "ad negotia";
- enviar ao Ministério Público, anualmente, até o dia 30 de junho do exercício V) seguinte, a prestação de contas;
- requerer a extinção da Fundação, quando assim for decidido pelo Conselho Deliberativo;

VII) exercer a gestão administrativa e financeira em conjunto compos dema diretores. Bel. Emanuel Acadiba TABELIONATO ACAIABA

4:1. 29. Compete ao Diretor Financeiro Autentico a presente fotocopia por conferi zpresentado. Dou ié.

Custas: R\$ 1,00

Palmas, 22 de setembro de 2003.

Renata Souzi Mranda Escrevente (Notarial Autorizada



- a) movimentar contas bancárias, receber, emitir e endossar cheques, títulos de das crédito e ordens bancárias, em conjunto com o Diretor Geral:
- b) zelar pelos recursos financeiros e fiscalizar a gestão financeira e fiscalizar gestão financeira e administrativa dos departamentos:
 - c) substituir o Diretor Geral nos seus impedimentos eventuais.

Art. 30. Compete ao Diretor Secretário:

- a) estabelecer com o Diretor Geral as diretrizes administrativas da FUNDAÇÃO, zelando pelo seu cumprimento;
- b) secretariar todos os atos da Diretoria;
- c) substituir o Direito Financeiro nos seus impedimentos eventuais.

Parágrafo Único - O Diretor Secretário será substituído, em seus impedimentos, pelo Diretor Financeiro.

SEÇÃO III

DO CONSELHO FISCAL

Art. 31. O Conselho Fiscal é composto de 3 (três) membros efeitos e de 3 (três) suplentes, eleitos simultaneamente a Diretoria, dentre os membros do Conselho Consultivo, com mandato de 2 (dois) anos, admitida a recondução.

Parágrafo Único. O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente após o encerramento do exercício e antes da reunião ordinária do mês de março do Conselho Deliberativo e extraordinariamente, cada vez que as circunstâncias exigirem.

Art. 32. Compete ao Conselho Fiscal:

CONFERE COM O ORIGINAL I – Verificar a situação econômico-financeira da Fundação;

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

II – examinar os documentos contábeis e balanços e emitir parecer andat sobre o estado geral das contas e aplicação do orçamento;

III – examinar e emitir parecer sobre orçamento a ser submetido ao Conselho Deliberativo;

IV – emitir parecer acerca da alienação de imóveis;

V - emitir parecer sobre os relatórios de desempenho financeiro, contábil e as operações patrimoniais realizadas;

VI-auxiliar a Diretoria na administração da FUNDAÇÃO;

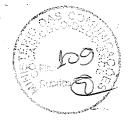
Art. 33. Sem prejuízo da competência do Conselho Fiscal, poderá Deliberativo solicitar parecer de auditoria externa sobre a destão econômico TABELIONATO ACAIABA Bel Emanuel Acaiaba Cada exercício.

AV. JK ACSV-NE 12, Lote 06 - CP 77.065-180 - Palmas / TO - TeVFax: (63) 215-63

> Autentico a presente fotocópia por conferir com original apresentado. Dou fé.

Palmas, 22 de setembro de 2003,

Renata 3 ouza Miranda



SECÃO IV

DO CONSELHO CONSULTIVO



- Art. 34. O Conselho consultivo é o órgão assessor do Conselho Deliberativo e terá um número de 15 (quinze) membros nomeados pelo Conselho Deliberativo.
- I O Conselho Consultivo reunir-se-á quando convocado pelo Presidente do Conselho Deliberativo:
- II Cabe ao Conselho Consultivo apresentar sugestões e opinar sobre assuntos que lhe forem propostos. Sua finalidade é de mensurar sobre as metas anuais da Fundação.

CAPÍTULO IV

DO EXERCÍCIO FINANCEIRO

- Art. 35. O exercício financeiro da Fundação coincidirá com o ano civil.
- Art. 36. Até o último dia do mês de abril, o Presidente da FUNDAÇÃO apresentará ao Conselho fiscal a prestação de contas da entidade para exame. Este, na forma deste Estatuto, remeterá, com parecer, ao Conselho Deliberativo para deliberação.

CAPÍTULO V

SERVICO PUBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DAS COMUNICADÕES COMPERE COM O ORIGINAL

/ OJ

DA ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA

- Art. 37. O presente Estatuto somente poderá ser alterado no que não contrarie seus fins, por dois terços (2/3) dos integrantes do Conselho Deliberativo, em reunião extraordinária especialmente convocada para esse fim.
- Art. 38. A votação que venha alterar o estatuto, será nominal, cumprindo ao Presidente do Conselho Deliberativo, relacionar, colher os endereços, notificar e fazer constar em ata que a minoria vencida, querendo, poderá oferecer impugnação ao resultado, em dez (10) dias, junto ao Ministério Público.
- Art. 39. Deverá constar na ata da reunião, em caso de não unanimidade de votos, a relação contendo as nomes e endereços da minoria vencida.
- Art.40. O presente Estatuto bem como suas eventuais alterações serão previamente submetidas à aprovação do Ministério Público, na forma do art. 67 do Código Civil.

CAPÍTULO VI

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 41. A prestação de contas anual da Fundação deverá ser submetida ao exame do Ministério Público dentro de 6 (seis) meses seguintes ao término do exercitores de la companion de la companio financeiro, e conteré:

Autentico a presente fotocópia por conferir com original que 🕇

apresentado. Dou fé.

Palmas, 22 de setembro de 2003,

Renata Soulza Mitanda



I - Carta de Representação;

II - Recibo de Entrega;

III - Dados Cadastrais;

IV - Informações sobre a Gestão:

V – Demonstrativos Financeiros;

VI - Fontes e Recursos;

- § 1º A carta de representação e o recibo de entrega deverão ser assinados pelo Presidente e pelo responsável pela contabilidade da Fundação.
- § 2º A Fundação arcará coma as despesas de auditoria externa que o Ministério público determine seja feita para o exame das contas prestadas, quando, a seu critério, julgar necessário.

CAPÍTULO VII

DA EXTINÇÃO DA FUNDAÇÃO

Art. 42. A Fundação poderá ser extinta:

I - Por decisão da maioria absoluta do Conselho Deliberativo ou Assembléia Geral;

II - Por impossibilidade de sua manutenção;

III - Tornando-se ilícito ô-seu objeto;

SERVIÇO PUBLICO FEBERAL MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES CONFERE COM O ORIGINAL

IV - Tornando-se inexequivel, impossível ou inútil às suas finalidades; 02 / 04

V - Por decisão judicial.

Art. 43. São competentes para propor a extinção da função:

I - O presidente da Diretoria da Fundação;

II - 2/3 dos membros do Conselho Deliberativo ou Assembléia Geral.

Art. 44.A extinção dar se-á em reunião extraordinária do Conselho Deliberativo, especialmente convocada para esse fim, por Deliberação da maioria absoluta de 2/3 de seus componentes:

Parágrafo único - O Ministério Público deverá ser notificado de todos os atos relativos ao procedimento de extinção da Fundação, sob pena de nulidade.

Art. 45. No caso de extinção da Fundação, o patrimônio remanescarias e á

destinado a outra instituição congênere, sem fins lucrativos, com regular fun na cidade de Paraíso do Tocantins/TO.

TABELIONATO ACAIABA

AV. JK ACSV-NE 12, Lote 06 - CP 77.065-180 - Palmas / TO - Telera

Autentico a presente fotocopia por conferir com apresentado. Dou fe

Palmas, 22 de setembro de 2003.

Renata Soliza (Miranda Escrevente Niglaria) Autorizada Custae 🕫 🕽 1,00



CAPÍTULO VIII

DAS OBRIGAÇÕES PARA COM O MINISTÉRIO PÚBLIC

Art. 46. Constitui obrigação da Fundação junto ao Ministério Público:

- I Requer a autorização prévia para:
- a) alienar bens imóveis;
- b) aceitas doações com encargos;
- c) contrair empréstimos mediante garantia real;
- d) alterar o estatuto;
- e) extinguir a fundação;

 II – Remeter cópias de todas as atas de reuniões de seus órgãos ao exame do Ministério Público.

CAPÍTULO IX

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 47. Os funcionários que forem admitidos para prestarem serviços profissionai à Fundação serão regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 48. As questões e os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos po decisão do Conselho Deliberativo, <u>adveferendum</u> do Ministério Público.

Art. 49. Até a realização da primeira Assembléia Geral Ordinária a ser realizada n época fixada nestes Estatutos, a Fundação será administrada por uma Diretoria provisória a ser eleita após a aprovação do presente Estatuto.

Paraíso do Tocantins/TO, 26 de agosto de 2003 MEERE COM

TABELIONATO ACAIABA

JK ACSV-NE 12, Lote 06 - GP 77.065-180 - Palmas / TO - Tel/Fax: (63) 215-4376./ 215-1056

MINISTÉRIO DAS

Autentico a presente fotocopia por confedir com original que me foi apresentado. Dou 12.

Palmas, 22 de setembro de 2003

Custas: R\$ 1.00

112 mg

WAS INDEKALIVA DU BKAS ଧ୍ୟରୁ ହର୍‱େCANTINS ESTADO DO TOCANTINS úcia Rodrigues Vanda CARTORIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS Paraiso do locantins Jacintho Pereira Netto Geraldo José Dias Pereira 2º Tabelião Escrevente TRASLADO *PRIMEIRO* Fls.128v/129 ESCRITURA PUBLICA DE CONSTITUIÇÃO DA FUNDAÇÃO SÃO JUDAS TADEU, na forma abaixo: SAIBAM quantos a presente escritura pública de constituição de fundação virem, que no ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de dois mil e tres (2003) aos dezesseis (16) dias do mês de setembro (09), nesta cidade de Paraiso do Tocantins, Termo e Comarca de igual nome, Estado do Tocantins, e por me haver sido esta distribuida perante mim, Tabelião 2º de Notas, compareceu o sr. BENEDITO PIMENTA DA SILVA NETO, brasileiro, casado, radialista, portador da CLRG Nº 783.190-SSP/TO, CPF Nº 047120721-72, residente e domiciliado na Q. 210 Sul, Alameda 13, Lote 19, Casa 02, Palmas-To, e pelo outorgante me foi dito o seguinte a) que resolveu pela presente e nos melhores termos de direito, e de acordo com os art.s 62 a 69 do Cód/Cwi e 199 a 1.204 do CPC, criar uma Fundação, que terá a denominação de "FUNDAÇÃO CULTURAL SÃO JUDAS TADEU", a qual terá a finalidade de difundir idéias culturais, religiosas, hábitos e tradições da comunidade, bem como desenvolver metas e instrumentos para a promoção cultural da comunidade em conjunto com as instituições de ensino de primeiro e segundo graus, a qual terá sua sede na rua Tapajós, Esquina com a Av. Castelo Branco, nº 461, nesta cidade de Paraiso do Tocantins, To, e será regida pelos Estatutos abaixó constituídos, e deverá estar funcionando dentro do prazo Maximo de 06 (seis) meses, a contar desta data, ou tão logo os seus estatutos sejam aprovados pelas autoridades competentes; b)-que, pela presente e nos melhores termos de direito, o outorgante doa à "Fundação Cultural São Judas Tadeu" a quantia de R\$=23.060,00 (vinte tres mil, e sessenta reais); c)-Fica esclarecido que se a Fundação não tiver seu funcionamento dentro do prazo acima estabelecido ou se seus estatutos não forem aprovados pelas autoridades competentes por motivos alheios à vontade do outorgante, o valor ora doado voltará ao patrimônio do outorgante doador, de conformidade com o art. 63 do Código Civil. Pelo outorgante foi dito, que a Fundação ora constituída será regida por estatutos próprios, devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas desta cidade de Paraiso do Tocantins, To, no Livro A-03, Fls. 93/v Sob nº 585 de ordem. Assim disse o outorgante, o que porto por fé, e me pediu lavrasse nestas notas esta escritura, que lhes sendo lida em voz alta e achada en conformidade, aceitou, outorgou e assina. Dispensadas as testemunhas na forma da lei. Eu,(a)-Jacintho Pereira Natto-Tabelião 2º de Notas, que a fiz lavrar, dou fé e assino. Paraiso do Tocantins-To. 16 de setembro de 2003. (a) BENEDITO PIMENTA DA SILVA NETO. Nada mais Frasladado em seguida. Eu, , que a digitei, conferi, dato e assino em público e raso.. Geraldo José Dias Peréira SCREVENT **EM TEST** DA VERDADI PARAÍSO DO TOC

Geraldo José Dins Pereira



ATA N.º01/03



Aos vinte quatro dias do mês de Junho do ano de dois mil e três, as 15:00horas (quinze horas)reuniram-se na residência situada a Rua Tapajós esquina com Castelo Branco n.º461 Centro Paraíso /TO. Os Senhores: Benedito Pimenta da Silva Neto brasileiro, casado, profissão radialista, residente 210 Sul alameda 13 lote 19 casa 02- CPF 047-120-721-72 RG 783-190 SSP-TO. Helena Cristina da Silva brasileira, casada profissão funcionaria publica portadora RG 2185.449 SSP/GO CPF354.448.431-53 residente 210 Sul alameda 13 lote 19 casa 02. Marcos Cristiano Pimenta da Silva brasileiro, solteiro, administrador, portador RG 87.497 SSP-TO CPF 623907.321-00. Luciano Cristiano Pimenta da Silva brasileiro, solteiro, universitário, portador RG770.104 SSP-TO CPF 77.32.74201-00 residente 1006 sul QI34 Lt 09 n.º1072 ST Sudeste Palmas-TO 77145-125. Ivonete Maria de Brito Silva, brasileira, casada, universitária portadora do RG1008289 SSP-GO residente a rua Tapajós esq/com Castelo Branco n.º461. Centro Paraiso.TO .CPF 278.479.341-91. Euripedes Batista da Silva Júnior, brasileiro, casado, universitário portador do RG 395.663 SSP-TO CPF 871.546.411.34 residente a rua Salgado Filho n.º667 Jardim Paulista, Paraiso -TO. Andréa de Brito Silva, brasileira, solteira, arquiteta portadora do RG 305.673 SSP-TO CPF 823.105.051.53, residente a rua Tapajós nº461 Centro, Paraíso. TO. Pedro Lopes de Aguiar, brasileiro, solteiro portador RG283.513 SSP-TO CPF 863260821-53 profissão radialista, residente Av. 2 n.º104 Norte ACNE Conj.3 Lote 02 SI 02 Centro, Palmas-TO, Monalisa Rosa Santiago, brasileira, solteira, universitária, RG 629867 SSP-GO CPF950 465 181-04 residente QDR 1006 Sul QI34 lt 09 n.º1072 st. Sudeste Palmas-TO. Ranuel Coelho Brandão brasileiro, solteiro, profissão vendedor de automóveis, residente 1003 sul QI12 lt 07 al.23. Para decidirem pela criação de uma fundação de direitos privados sem fins lucrativos denominada "Fundação São Judas Tadeu". Os participantes da Assembléia definiram o conselho curador composto de cinco membros efetivos: Benedito Pimenta da Silva Neto, Helena Cristina da Silva, Marcos Cristiano Pimenta da Silva, Luciano Cristiano Pimenta da Silva, Ivonete Maria de Brito Silva e cinco suplentes: Euripedes Batista da Silva Júnior, Andreia de Brito Silva, Pedro Lopes de Aguiar, Monalisa Rosa Santiago, Ramuel Coelho Brandão. Onde na oportunidade foi escolhido como membro presidente Benedito Pimenta da Silva Neto, o qual nesse ato doou a importância de R\$5.000,00(cinco mil reais), quantia essa destinada aos custos

> Renate Souze Miranda Escrevente Notarial Autorizada



iniciais de criação da referida fundação. Os instituidores definiram que na próxima Assembléia apresentarão o protocolo de compromisso e a proposta de Fs.: Jestatuto da Fundação.

Encerrou-se a presente reunião, as 17:00 horas. Para constar, eu, Benedito Pimenta da Silva Neto, redigi a presente ata que lida e achada conforme, vai assinada pelos instituidores, Paraíso/TO, 24 de Junho de 2003.

Todos assinaram.

PRESIDENTE

ABELIONATO ACAIABA

Bel. Emanuel Acaiaba R. de 30/136

Bel. Emanuel Acaiaba R. de 30/1

AV. JK ACSV-NE 12, Lore up - or conferir com original que me foi Autentico a presente fotocopia por conferir com original que me foi

apresentado. Dou fe.

Dalmas, 22 de setembro de 2003

Renata Souza Mirania

SERVIÇO MUBLINO FEDERAL BINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES COM O ORIGINAL D2 / 04





TRASLADO PRIMEIRO

2º Tabelião

LIVRO Nº 31

Fls.128v/129

Escrevente

11 02 04

ESCRITURA PUBLICA DE CONSTITUIÇÃO DA FUNDAÇÃO CULTURAL.
SÃO JUDAS TADEU, na forma abaixo:

ONFERE COM O ORIGINAL

SAIBAM quantos a presente escritura pública de constituição de fundação virem, que no ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de dois mil e tres (2003) aos dezesseis (16) dias do mês de setembro (09), nesta cidade de Paraiso do Tocantins, Termo e Comarca de igual nome, Estado do Tocantins, e por me haver sido esta distribuida perante mim, Tabelião 2º de Notas, compareceu o sr. BENEDITO PIMENTA DA SILVA NETO, brasileiro, casado, radialista, portador da CI.RG Nº 783.190-SSP/TO, CPF Nº 047120721-72, residente e domiciliado na Q. 210 Sul, Alameda 13, Lote 19, Casa 02, Palmas-To, e pelo outorgante me foi dito o seguinte a)-me resolveu pela presente e nos melhores termos de direito, e de acordo com os art.s 62 a 69 do Cód. Civil e 1199 a 1.204 do CPC, criar uma Fundação, que terá a denominação de "FUNDAÇÃO" CULTURAL SÃO JUDAS TADEU", a qual terá a finalidade de difundir idéias culturais, religiosas, hábitos e tradições da comunidade, bem como desenvolver metas e instrumentos para a promoção cultural da comunidade em conjunto com as instituições de ensino de primeiro e segundo graus, a qual terá sua sede na rua Tapajós, Esquina com a Av. Castelo Branco, nº 461, nesta cidade de Paraiso do Tocantins, To, e será regida pelos Estatutos abaixo constituídos, e deverá estar funcionando dentro do prazo Maximo de 06 (seis) meses, a contar desta data, ou tão logo os seus estatutos sejam aprovados pelas autoridades competentes; b)-que, pela presente e nos melhores termos de direito, o outorgante doa à "Fundação Cultural São Judas Tadeu" a quantia de R\$=23.060,00 (vinte tres mil, e sessenta reais); c)-Fica esclarecido que se a Fundação não tiver seu funcionamento dentro do prazo acima estabelecido ou se seus estatutos não forem aprovados pelas autoridades competentes por motivos alheios à vontade do outorgante, o valor ora doado voltará ao patrimônio do outorgante doador, de conformidade com o art. 63 do Código Civil. Pelo outorgante foi dito, que a Fundação ora constituída será regida por estatutos próprios, devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas desta cidade de Paraiso do Tocantins, To, no Livro A-03, Fls. 93/v Sob nº 585 de ordem. Assim disse o outorgante, o que porto por fé, e me pediu lavrasse nestas notas esta escritura, que lhes sendo lida em voz alta e achada em conformidade, aceitou, outorgou e assina. Dispensadas as testemunhas na forma da lei. Eu,(a)-Jacintho Pefeira Natto-Tabelião 2º de Notas, que a fiz lavrar, dou fé e assino. Paraiso do Tocantins-To. 16 de de 2003. (a) BENEDITO PIMENTA DA SILVA NETO. Nada mais. Trasladado en seguida. Eu,

Geraldo José Dias Pereira

EM TEST°

que a digitei, conferi, dato e assino em público e raso..

DA VERDADI

PARAÍSO DO TOCANTINS/TO



PODER EXECUTIVO PARAÍSO DO TOCANTINS

Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico Gerência de Arrecadação e Dívida Ativa

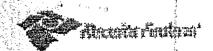
ALVARÁ DE LICENÇA

AFIXAR EM LOCAL VISÍVEL

		* * *	
INSCRIÇÃO MUNICIPAL:	15031101	CNPJ/CPF.:	5873469000159
À firma FUNDACAO C	ULTURAL SAO JUDAS	TADEU.	
	incisos I e II, da Lei Comp conforme conhecimento d		de 17 de Dezembro de 2001
para exercer sua atividad	le, enquanto satisfizer às	exigências da le	egislação em vigor, conforme
dados identificados abaixo	o:		
Endereco.:RUA TAPA Atividade:ATIVIDAD	CULTURAL SAO JUDA JOS Q.10 L.01 N.46 E DE RADIO.		
Observacoes: INICIO DAS ATIVIDA	DES 16.09.2003		. /]
Data de Validade 3	1/12/2003	Vilson	Ludwig Desenvolvimento

2004





Comprovante de inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte.

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à SRF a sua artialização cadastral.

WRUbrica: 500

		DÉRATIVÁ DÓ BRASIL IAL DA PESSOA JURIDICA	
NOWERO DE INSCRIÇÃO DO 878 489 000 1-69	COMPROVANTE DE	Nachteau e de alluacad.	DATA DE ABERTURA 18/09/2003
NOME ENPRESARIAL FUNDAÇÃO CULTURAL	SAO JUDAS TADEU		
TITULO DO ESTABELECMENTO FUNDAÇÃO CULTURAL	SÃO JUDAS TADEU		
CÓDICO E DESCRIÇÃO DA ATIVI 92.21-6-00 - Atividades d	DADE ECONOMICA PRINCIPAL		
CODICO E DESCRIÇÃO DA NATU	REZAJURIDICA DE FUNDACOES MANTIDAS	OM RECURSOS PRIVADOS	
OGRADOURO RUA TAPAJOS	17	NUMERO COMPLEMENTO 461 ESQ. C/ AV CAS	яесо
	AIRRO/DISTRITO ENTRO	MUNICIPIO PARAISO DO TOCANTINS	UF TO
ATIVA	To a constant		DA SITUAÇÃO CADASTRAL N/2003
SIT.UAÇÃO ESPECIAL		DATA	DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa SRF nº 200, de 13 de setempro de 2002 SERVIÇO PUBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES Emitido no dia 18/09/2003 és 14:59:52 (deta e hora de Brasilla) CONFERE COM O ORIGINAL

William I

TABELIONATO ACAIABA Bel. Emanuel Acaiaba R. de Sousa
Av. JK ACSV-NE 12, Lote 06 - CP 77.065-180 - Palmas / TO - Tel/Fax: (63) 215-4376 / 215-1066

Autentico a presente fotocopia por conferir com original que me foi apresentado. Dou fé. Custas: R\$ 1,00

Palmas, 22 de setembro de 2003.

Renata Souza Miranda Escravente riotarial Autorizada



at the statement of the first the statement of





República Federativa do Brasil

ESTADO DO TOCANTINS Cartório do 2º Oficio

Jacintho Pereira Netto Oficial —

Geraldo José Dias Pereira — Sub-Oficial —

CARTORIO de protestos, registros de Pessoas jurídicas, títulos e documentos Jacintho Pereira Notto Oficial Geraldo José Dias Pereira

Jacintho Pereira Netto Oficial do Registro de Pessoas Jurídicas Títulos, Documentos e Protestos Tabelião 2º de Notas.

Sub-Oficial Peraiso do Tocantina

<u>C</u>ERTIDÃO

CERTIFICA a requerimento verbal de parte interessada que revendo em seu poder e cartório os

Livros e registros Jurídicas A-03, as fls. 46/V, sob o nº. 561 de Ordem, em data de 27/06/2003; Constatei o registro de uma ata e um estatuto da: FUNDAÇÃO SÃO JUDAS TADEU. RUA TAPAJOS, ESQ. C/ AV. CASTELO BRANCO, Nº. 461- CENTRO, NESTA CIDADE DE PARAISO DO TOCANTINS/TO

> SEMANO LARINA LIPELAN MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES CONFERE COM O ORIGINAL

O referido é verdade e dou fé

EM TEST.

Paraiso do Tocantins - To

27 DĘ

Sub-Official

TABELIONATO ACAIABA

Bel. Emanuel Acaiaba R. de Sousa

Av. JK ACSV-NE 12 Lote 06 - CP 77.085-180 - Palmas / TO - Tel/Fax: (63) 215-4376 / 215-1066

Autentico a presente fotocopia por conferir com original que me foi aprecentado. Dou fé.

Palmas, 22 de setembro de 2003.

Renata Souza Miranda Escrevente Motarial Autorizada Custas: R\$ 1,00

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS

COORDENAÇÃO-GERAL DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE ÁUDIO COORDENAÇÃO DE RADIODIFUSÃO – REGIÃO NORTE E NORDESTE

PARECER N. 2009/2004 - DOS

REFERÊNCIA: Processo n.º 53000.034475/2003.

INTERESSADA: FUNDAÇÃO CULTURAL SÃO JUDAS TADEU.

ASSUNTO: Outorga de serviço de radiodifusão.

EMENTA: Independe de edital a outorga para serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

CONCLUSÃO: Pelo deferimento.

I – DOS FATOS

A FUNDAÇÃO CULTURAL SÃO JUDAS TADEU, com sede na Cidade de Paraíso do Tocantins, Estado do Tocantins, requer lhe seja outorgada permissão para executar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Alvorada do Tocantins, Estado do Tocantins, mediante utilização do canal 238E, previsto no Plano Básico de Distribuição de Canais do referido serviço.

Trata-se de fundação de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira que estipulou, dentre seus objetivos, promover ações assistenciais, educativas e culturais, através da radiodifusão sonora e de sons e imagens.

Para atender aos requisitos estabelecidos pela legislação que tutela os serviços de radiodifusão, a entidade apresentou toda a documentação pertinente.

A escritura pública com o estatuto social da entidade encontra-se devidamente matriculada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, atendendo a todos os requisitos dispostos no Código Civil Brasileiro e na legislação específica de radiodifusão.

O cargo de Presidente está ocupado pelo Sr. <u>Benedito Pimenta da Silva Neto</u>, cabendo a ele a representação ativa e passiva da entidade, nos atos de sua administração.

Compõem a Diretoria Executiva da entidade, ainda, a Sra. Helena Cristina da Silva (Vice Presidente), o Sr. Marcos Cristiano Pimenta da Silva (Diretor Geral), o Sr. Luciano Cristiano Pimenta da Silva (Diretor Financeiro), a Sra. Ivonete Maria de Brito Silva (Diretor-Secretário), o Sr. Eurípedes Batista da Silva Júnior (Suplente), a Sra. Andréa de Brito Silva (Suplente), o Sr. Pedro Lopes de Aguiar (Suplente), a Sra. Monalisa Rosa Santiago e o Sr. Ranuel Coelho Brandão (Suplente).

MM De

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS

COORDENAÇÃO-GERAL DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE ÁÚDIO COORDENAÇÃO DE RADIODIFUSÃO – REGIÃO NORTE E NORDESTE

II. DO MÉRITO

A outorga de permissão, concessão e autorização para executar serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens está prevista na Constituição Federal (art. 21, inciso XII, alínea "a").

É também a Carta Magna, em seu art. 223, que atribui ao Poder Executivo competência para outorgar concessão, permissão e autorização para o referido serviço. A eficácia do correspondente ato está condicionada à deliberação do Congresso Nacional.

O Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, em seu art. 13, com a redação que lhe deu o Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, publicado no D.O.U. de 26 subsequente, dispensa a publicação de edital para a outorga de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

"Art.13

 $\S 1^{\circ}$ - É dispensável a licitação para outorga para execução de Serviços de Radiodifusão com fins exclusivamente educativos".

A documentação instrutória concernente à entidade e aos seus diretores está em ordem. A entidade encaminhou a declaração prevista na Portaria Interministerial nº 651, de 15 de abril de 1999, publicada no D.O.U. de 19 de abril de 1999.

O deferimento da outorga pretendida não implicará em descumprimento dos limites fixados pelo Decreto-lei nº 236/67, quanto aos diretores, conforme declarações firmadas por eles e juntadas à fl. 87/96 dos autos.

De acordo com os registros deste Ministério, também formulou pedido para outorga de permissão para executar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, naquela localidade, a *Fundação Educativa do Tocantins* (Processo n.º 53670.001867/00).

III. CONCLUSÃO

Diante do exposto, estando o processo da <u>FUNDAÇÃO CULTURAL</u> <u>SÃO JUDAS TADEU</u> devidamente instruído em conformidade com os dispositivos legais que regem a matéria, o pedido formulado poderá ser deferido a critério da autoridade competente, motivo pelo qual sugerimos o seu encaminhamento à douta Consultoria Jurídica, para prosseguimento.

MM A



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS

COORDENAÇÃO-GERAL DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE ÁUDIO COORDENAÇÃO DE RADIODIFUSÃO – REGIÃO NORTE E NORDESTE

W. das Comunica W. Fis.: 124 Annuo: 500

Posteriormente à decisão da outorga, o processo deverá ser encaminhado ao Congresso Nacional, onde o ato de outorga será apreciado, nos termos da Constituição Federal (art. 223).

É o parecer "sub-censura".

Ao Coordenador-Geral de Outorga de Serviços de Áudio.

Brasília, la de 2004.

CLAUDIO RIBEIRO CORREIA NETO

Chefe de Serviço Região Norte / Nordeste

De acordo. Ao Sr. Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Brasília, 16 de

de 2004.

VÂNEA RABELO

Coordenadora-Geral de Outorga de Serviços de Áudio Substituta

À consideração do Sr. Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, Al de Francies de 2004

CARLOS ALBERTO FREIRE RESENDE

Diretor do Departamento de Outorga de Serviços

Encaminhem-se os presentes autos à Consultoria Jurídica, para

prosseguimento.

rasilia, / de de 20

EUGÊNIO DE OLIVEIRA FRAGA

Secretario de Serviços de Comunicação Eletrônica 100 1 E E E RAL

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

CONFERE COM O ORIGINAL

E 10 / 02 / 04

Conserve de Palmas-TO. CGS C. 23.053.100/0001.25

Obs: Recolher taxa Judiciária

Valor da certidão-R\$20,00(vinte res

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL PODER JUDICIÁRIO DO TOCANTINS



Cartório único da Gentadoria e Distribuição C.N.P.J. 25.053.190-0001-36 Comaroa de Palmas -TO

Telefones: 63 - 218 45 37 e 218 45 58

CERTIDÃO NEGATIVA

Eu, Murileide Soares, OFICIAL CONTADORA/ DISTRIBUIDORA desta Comarca.

Certifico, assino e dou fé, a requerimento da parte interessada que revendo em meus arquivos neste Cartório, neles verificou-se que NÃO CONSTA distribuição alguma de <u>ACÃO CÍVEL (1º, 2º, 3º, 4º E 5º VARAS CIVEIS)</u>, em face de <u>BENEDITO PIMENTA DA SILVA NETO</u>, portador(a) do (C.P.F.) ou (C.N.P.J.) sob nº- 047.120.721-72 e do R.G. nº- 783190 SSP-TO, residente(s) ou sediada nesta Cidade e Comarca de Palmas - TO.

Cidade e Comarça de Palmas, Capital do Estado do Tocantins, aos quinze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e quatro (15.01.2.004)_____

Observações:

-Em cumprimento ao provimento nº 036/02-CGJ /TO, segão -1, item 3.1.14.3, compete TAMBÉM ao Cartório Distribuidor / Contador à expedição de CERTIDÕES de existência de processos na Comarca.
-Esta CERTIDÃO foi pesquisada desde a INSTALAÇÃO da Comarca(1,989), até o dia de hoje.
-Sistema instalado neste Cartório em 06 de abril de 2.001

-Esta Certidão foi pesquisada no Juizado Especial Criminal
- A partir do dia 21.01.2.003, am cumprimento ao provimento nº 036/02-CGJ, sepão 6, item 2.6.2 , esta certidão tem o prazo de validade de 60 dias, a conter da data de sua expedição(a cima).

CONTADORA / DISTRIBUIDORA

ATENÇÃO: Qualquar resura ou emenda INVALIDARÁ este documento.

PALSAS E PALSON DE LA COMO MAI, não se aparterá o mai da sua casa— Pv -16-13".

das Comunicason Ruthicas

Certifico que este folha é autêntica e original.

CELLES de Palmus-TO.

CELLES ELES LANGOS 1-36

Obs: Recolher taxa judiciária

Valor da certidão-R\$20,00(vinte reals)

Andres de Constitute de Consti

PODER JUDICIÁRIO DO TOCANTINS



SERVICU PUBLICU PEDENAL MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES CONFERE COM O CRIGINAL E B. 4 / 02 / 04

Cartório único da Contadoria e Distribuição C.N.P.J. 25.053.190-0001-36 Comarca de Palmas -TO

Telefones: 63 - 218 45 37 e 218 45 58

CERTIDÃO NEGATIVA

Eu, Marileide Soares, OFICIAL CONTADORA/ DISTRIBUIDORA desta Comarca,

Certifico, assino e dou fé, a requerimento da parte interessada que revendo em meus arquivos neste Cartório, neles verificou-se que NÃO CONSTA distribuição alguma de AÇÃO CÍVEL (1º, 2º, 3º, 4º E 5º VARAS CIVEIS), em face de MARCOS CRISTIANO PIMENTA DA SILVA, portador(a) do (C.P.F.) ou (C.N.P.J.) sob nº- 623.907.321-00 e do R.G. nº- 87497 SSP-TO, residente(s) ou sediada nesta Cidade e Comarca de Palmas - TO.

Cidade e Comarca de Palmas, Capital do Estado do Tocantins, aos quinze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e quatro (15.01.2.004)

Observações:

-Em cumprimento ao provimento nº 036/02-CGJ /TO, seção -1, item 3.1. 14. 3, compete <u>TAMBÉM ao Cartório Distribuidor / Contador à expedição de CERTIDÕES</u> de existência de processos na Comarca.
-Esta CERTIDÃO foi pesquisada desde a INSTALAÇÃO da Comarca(1.989), até o dia de hoje.
-Sistema instalado posto Cartério per de de abril do 2.004

-Sistema instalado neste Cartório em 06 de abril de 2.001 -Esta Certidão foi pesquisade no Juizado Especial Criminal

- A partir do dia 21.01.2.003, em cumprimento ao provimento nº 036/02-CGJ, seção 6, item 2.6.2, esta certidão tem o prazo de validade de 60 dias, a contar da data de sua expedição(a cima).

ATENÇÃO : QUAIQUER resura ou emenda INVALIDARÁ este documento.

"Quando aquele que paga o bem com o mai, não se apartará o mai da sua casa-- Pv -16-13".

AS COMPLETE OF THE PROPERTY OF

Certifico que esta folha é autêntica e original.

Obs: Recolher taxa Iudiciária

Valor da certidão-R\$20,00(vinte reaix)

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



ACHVILL PUBLICU TEBLAM
AINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES
COMFERE COM O ORIGINAL

CONFERE COM O ORIGINA

Cartório único da Contadoria e Distribuição C.N.P.J. 25.053.190-0001-36 Comarca de Palmas -TO Telefones: 63 - 218 45 37 e 218 45 58

CERTIDÃO NEGATIVA

Eu, Muriicide Soures, OFICIAL CONTADORA/

DISTRIBUIDORA desta Comarca,

Certifico, assino e dou fé, a requerimento da parte interessada que revendo em meus arquivos neste Cartório, neles verificou-se que NÃO CONSTA distribuição alguma de <u>ACÃO CÍVEL (1º, 2º, 3º, 4º E 5º VARAS CIVEIS)</u>, em face de <u>LUCIANO CRISTIANO PIMENTA DA SILVA.</u> portador(a) do (C.P.F.) ou (C.N.P.J.) sob nº- 773.274.201-00 e do R.G. nº- 770104 SSP-TO , residente(s) ou sediada nesta Cidade e Comarca de Palmas - TO.

Cidade e Comarca de Palmas, Capital do Estado do Tocantins, aos quinze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e quatro (15.01.2.004)

Observações:

-Em cumprimento ao provimento nº 036/02-CGJ /TO, seção -1, item 3.1. 14. 3, compete <u>TAMBÉM ao Cartório Distribuidor / Contador à expedição de CERTIDÕES</u> de existência de processos na Comarca.
-Esta CERTIDÃO foi pesquisada desde a INSTALAÇÃO da Comarca(1.989), atê o dia de hoje.

-Sistema instalado neste Cartório em 06 de abril de 2.001 -Esta Certidão foi pesquisada no Juizado Especial Criminal

 A partir do dia 21.01.2.003, em cumprimento ao provimento nº 036/02-CGJ, sepão 6, item 2.6.2, esta certidão tem o prazo de validade de 60 dias, a contar da data de sua expedição(a cima).

CONTADORA / DISTRIBUIDORA

ATENÇÃO: Qualquer rasura ou emenda INVALIDARÁ este documento.

ENDERECO: FÓRUM SERRA DO CARMO - ACSE 01, CONJ, 02 - LOTE 39 - ED. LACERDA - CENTRO PALMAS / TOCANTINS (CARTÓRIO DA CONTADORIA & DISTRIBUIÇÃO).

"Quando aquele que paga o hem com o mai, não se apartará o mai da sua casa—Pv-16-13".





ESTADO DO TOCANTINS PODER JUDICIARIO COMARCA DE PARAISO DO TOCANTINS

CARTÓRIO DISTRIBUIDOR ERVICO PUBLICO PEDENA. MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕE& CONFERE COM O ORIGINAL

CERTIDAO

ARTÓRIO DE DISTRIBUIÇÃO

Paraiso do Tocantins - TO

Posé Heriovaldo Q. Santos Contador / Distribuidor

JOSÉ HERIOVALDO OUEIROZ SANTOS. Distribuidor Judicial desta Comarca de Paraiso do Tocantins - TO, na forma da lei etc. ...

CERTIFICA a requerimento verbal de parte interessada que, revendo os livros, papeis, autos e demais assentamentos neste cartório, ora a meu cargo constatei a inexistência de AÇÕES CÎVEIS em desfavor de: IVANETE MARIA DE BRITO SILVA, CPF nº 278.479.341 - 91, CIRG nº 008289 - SSP/GO.

O referido é verdade e dou fé.

DADA E PASSADA nesta cidada e Comarca de Paraíso do Tocantins - TO, aos quatorze (14) dias do mês de janeiro (01) do ano de dois mil e querro (2.004).

Distribuidor Judicial CFF/n° 227.694.391-20

Esta certidão tem o prazo de validade de 60 dias, a contar da data de sua expedição, conforme provimento nº 036/02 - CGJ - TO, seção 6, item 2.6.2.

Lein º 1.286 Capitulo III Item I,II,III,IV Valor R\$ 20,00

977 ES

CEC 75,053, 90,0001-36

Merilaide Chares de Cousa

Compagara Distribuidara

Obs: Recolher taxa judiciária

Valor da certidão-R\$20,00(vinte reals)

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

PODER JUDICIÁRIO DO TOCANTINS

7 Fls.: 126 7 Rubrica:



SERVIÇO PUBLICO PEDENAL MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES CONFERE COM O ORIGINAL

Cartório único da Contadoria e Distribuição C.N.P.J. 25.053.190-0001-36 Comarca de Palmas -TO

Telefones: 63 - 218 45 37 e 218 45 58

CERTIDÃO NEGATIVA

Eu, Marileide Soares, OFICIAL CONTADORA

DISTRIBUIDORA desta Comarca,

Certifico, assino e dou fé, a requerimento da parte interessada que revendo em meus arquivos neste Cartório, neles verificou-se que NÃO CONSTA distribuição alguma de <u>AÇÃO CÍVEL (1º, 2º, 3º, 4º E 5º VARAS CIVEIS)</u>, em face de <u>RANOEL COELHO BRANDÃO</u>. portador(a) do (C.P.F.) ou (C.N.P.J.) sob nº- 596.819.691-20 e do R.G. nº- 395353 SSP-TO , residente(s) ou sediada nesta Cidade e Comarca de Palmas - TO.

Cidade e Comarca de Palmas, Capital do Estado do Tocantins, aos quinze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e quatro (15.01.2.004)

Observações:

-Em cumprimento ao provimento nº 03\$602-CGJ /TO, seção -1, item 3.1. 14. 3, compete TAMBÉM 20 Cartório Distribuidor / Contador à expedição de CERTIDÕES de existência de processos na Comarca.

-Esta CERTIDÃO foi pesquisada desde a INSTALAÇÃO da Comarca(1.989), atá o dia de hoje.

-Sistema instalado nesta Cartório em 06 de abril de 2.001

-Esta Certidão foi pesquisada no Juizado Especial Criminal - A partir do dia 21.01.2.003, em cumprimento ao provimento nº 036/02-CGJ, seção 6, item 2.6.2 , esta certidão tem o prazo de validade de 60 dias, a contar da data de sua expedição(a cima).

CONT DORA DISTRIBUIDORA

ATENÇÃO: Qualquer rasura ou emanda INVALIDARÁ este documento.

ENDERECO: FÓRUM SERRA DO CARMO - ACSE 01, CONJ, 02 - LOTE 39 - ED. LACERDA - CENTRO PALMAS / TOCANTINS (CARTÓRIO DA CONTADORIA & DISTRIBUIÇÃO).

"Quando aquele que paga o bem com o mai, não se apartará o mai da sua casa-- Pv -16-13".

127 6

Cora ar ca de Palmas TO.

Office 23.053.190/0001.05

A (Carrier 190/0001-26)

Obs: Recolher taxa judiciária

Valor da certidão-R\$20,00(vinte reals)

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL PODER JUDICIÁRIO DO TOCANTINS



SERVICO PUBLICO PEDERAL MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES CONFERE COM O ORIGINAL Em. 1 / 00 /04

Gartório único da Contadoria e Distribuição C.N.P.J. 25.053.190-0001-36 Comarca de Palmas -TO

Telefones: 63 - 218 45 37 e 218 45 58

CERTIDÃO NEGATIVA

Eu, Marileide Soares, OFICIAL CONTADORA/

DISTRIBUIDORA desta Comarca,

Certifico, assino e dou fé, a requerimento da parse interessada que revendo em meus arquivos neste Cartório, neles verificou-se que NÃO CONSTA distribuição alguma de <u>ACÃO CÍVEL (1º, 2º, 3º, 4º E 5º VARAS CÍVEIS)</u>, em face de <u>PEDRO LOPES DE AGUIAR.</u> portador(a) do (C.P.F.) ou (C.N.P.J.) sob nº- 863.260.821-53 e do R.G. nº- 283513 SSP-TO, residente(s) ou sediada nesta Cidade e Comarca de Palmas - TO.

Cidade e Comarca de Palmas, Capital do Estado do Tocantins, aos quinze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e quatro (15.01.2.004)

Observações:

-Em cumprimento ao provimento nº 038/02-CGJ /TO, seção -1, Item 3.1. 14. 3, compete <u>TAMBÉM ao Cartório Distribuidor / Contador à expedição de CERTIDÕES</u> de existência de processos na Comarca.
-Esta CERTIDÃO foi pesquisada desde a INSTALAÇÃO da Comarca(1.989), até o dia de hoje.

-Sistema instalado neste Cartório em 06 de abril de 2.001

-Esta Certidão foi pesquisada no Juizado Especial Criminal - A partir do dia 21.01.2.003, em cumprimento ao provimento nº 036/02-CGJ, seção 6, item 2.6.2 , esta certidão tem o prazo de validade de 60 dias, a contar da data de sua expedição(a cima).

> Marijejde Soares CONTADORA DISTRIBUIDORA TITULAR

ATENÇÃO: Qualquer rasure ou emenda INVALIDARÁ este documento.

"Quando aquele que paga o bem com o mai, não se apartará o mai da sua casa... Pv -16-13".

Comarce de Fambus-1 C.

Obs: Recolher taxa judiciária

Valor da certidão-R\$20,00(vinte leats)

DO BRASIL FEDERATIVA REPÜBLICA PODER JUDICIÁRIO DO TOCANTINS



SERVICO PUBLICO TENENA MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES COMPERE COM O ORIGINAL

Cartório único da Contadoria e Distribuição C.N.P.J. 25.053,190-0001-36 Comaroa de Palmas -TO Telefones : 63 - 218 45 37 • 218 45 58

CERTIDAO NEGATIVA

Eu. Marileide CONTADORA/ Soures. **OFICIAL** DISTRIBUIDORA desta Comarca,

Certifico, assino e dou fé, a requerimento da parte interessada que revendo em meus arquivos neste Cartório, neles verificou-se que NÃO CONSTA distribuição alguma de ACÃO CÍVEL (1º, 2º, 3º, 4º E 5º VARAS CIVEIS), em face de MONALISA ROSA SANTIAGO, portador(a) do (C.P.F.) ou (C.N.P.J.) sob nº- 950,465.181-04 e do R.G. nº- 629867 SSP-GO , residente(s) ou sediada nesta Cidade e Comarca de Palmas - TO.

Cidade e Comarca de Palmas, Capital do Estado do Tocantins, aos auinze dias do mês janeiro ano de dois (15.01.2.004)

Observações:

-Em cumprimento ao provimento nº 036/02-CGJ /TO, seção -1, item 3.1.14.3, compete TAMBÉM ao Cartório Distribuidor / Contador à expedição de CERTIDÕES de existência de processos na Comerca. Esta CERTIDÃO foi pesquisada desde a INSTALAÇÃO da Comarca(1.989), até o dia de hoje.

Sistema instalado naste Cartório em 06 de abril de 2.001

Esta Certidão foi pesquisada no Juizado Especial Criminal

- A partir do dia 21.01.2.003, em cijmprimento ao provimento nº 036/02-CGJ, seção 6, item 2.6.2 , esta certidão tem o prazo de validade de 60 dias, a contar da data de sua expedição(a cima).

Marileide Some POCKAY DISTRIBUIDORA TITULAR

IQUET Pasure ou emende INVALIDARA este documento.

Quando aquele que paga o bem com o mai, não se apartará o mai da sua casa-- Pv.-16-13".





ESTADO DO TOCANTINS PODER JUDICIARIO COMARCA DE PARAISO DO TOCANTINS

CARTÓRIO DISTRIBUIDOR

SERVIÇO PUBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES CONFERE COM O ORIGINAL

CARTÓRIO DE DISTRIBUIÇÃO
Paraiso do Tocantins - TO

José Heriovaldo Q. Santos Contador | Distribuidor

CERTIDAO

JOSÉ HERIOVALDO QUEIROZ SANTOS, Distribuidor Judicial desta Comarca de Paraíso do Tocantins - TO, na forma da lei etc. ...

CERTIFICA a requerimento verbal de parte interessada que, revendo os livros, papéis, autos e demais assentamentos neste cartório, ora a meu cargo constatei a inexistência de AÇÕES CÎVEIS em desfavor de: EURIFEDES BATISTA DA SILVA JR., CPF nº 871.546.441 – 34, CIRG nº 395.663 – SSP/TO.

O referido é verdade e dou fé.

DADA E PASSADA nesta cidade e comprea de Paraiso do Tocantins - TO, aos quatorze (14) dias do mes de janeiro (01) do ano de dois mil e quatro (2.004).

JOSÉ HERICUALDO O. BANTOS

Distribuidor Judiciai CPF nº 227.694.391-20

Esta certidão tem o prazo de validade de 60 dias, a contar da data de sua expedição, conforme provimento nº 036/02 - CGJ - TO, seção 6, item 2.6.2.

Lei n ^e 1.286 Capitulo III Item I,II,III,IV Valor R\$ 20.00

445





ESTADO DO TOCANTINS POIDER JUDICIARIO COMARCA DE PARAISO DO TOCANTINS CARTÓRIO DISTRIBUIDOR

SERVIÇO POBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES PERTINÃO CONFERE COM O ORIGINAL

CARTÓRIO DE DISTRIBUIÇÃO

Paraiso - Tocantics - TO

José Heriovaldo Q. Santos
Contador / Distribuidor

JOSÉ HERIOVALDO QUEIROZ SANTOS, Distribuidor Judicial desta Comerca de Paraíso do Tocantins - TO, na forma da lei etc. ...

CERTIFICA a requerimento verbal de parte interessada que, revendo os livros, papéis, autos e demais assentamentos neste cartório, ora a meu cargo constatei a inexistência de AÇÕES CÍVEIS em desfavor de: ANDREA DE BRITO SILVA, CPF nº 823.105.051 – 53, CIRG nº 305.673 – SSP/TO.

O referido é verdade e dou fé.

DADA E PASSADA nesta cidade e Comarca de Paraíso do Tocantina - TO, aos quatorze (14) dias do mês de janeiro (01) do ano de dois mil e guatro (2.004).

JOSÉ/HEROVALDO O SANTOS

Distribuidor Judiciai OPF nº 227.694,391-20

Esta certidão tem o prazo de validade de 69 dias, a contar da data de sua expedição, conforme provimento nº 036/02 - CGJ - TO, seção 6, item 2.6.2.

Lei n ° 1.286 Capitulo III Item I,II,III,IV Valor R\$ 20,00

131

Certifico que esta folha é outêntica e original.

Comunica de Palamas-TO.

CEO: 25.053.190/0001-20

Obs: Recolher taxa judiciária

Valor da certidão-R\$20,00(vinte reais)

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

PODER JUDICIÁRIO DO TOCANTINS

W. das Comunication of the Comunication of the



SENVICO PUBLICO PEDENAL SINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES CONFERE COM O ORIGINAL

Cartório único da Contadoria e Distribuição C.N.P.J. 25.053.190-0001-36 Comarca de Palmas -TO

Telefones: 63 - 218 45 37 e 218 45 58

CERTIDÃO NEGATIVA

En, Marileide Soures, OFICIAL CONTADORA/
DISTRIBUIDORA desta Comarca.

Certifico, assino e dou fé, a requerimento da parte interessada que revendo em meus arquivos neste Cartório, neles verificou-se que NÃO CONSTA distribuição alguma de <u>AÇÃO CÍVEL (1³, 2³, 3³, 4º E 5º VARAS CIVEIS)</u>, em face de <u>HELENA CRISTIMA DA SILVA</u> portador(a) do (C.P.F.) ou (C.N.P.J.) sob nº- 354.448.431-53 e do R.G. nº- 2785449 SSP-GO , residente(s) ou sediada nesta Cidade e Comarca de Palmas - TO.

Cidade e Comarca de Palmas, Capital do Estado do Tocantins, aos quinze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e quatro (15.01.2.004)

Observações:

-Em cumprimento ao provimento nº 036/02-CGJ /TO, seção -1, item 3.1. 14. 3, compete <u>TAMBÉM ao Cartório Distribuidor / Contador à expedição de CERTIDÕES</u> de existência de processos na Comarca.
-Esta CERTIDÃO foi pesquisada desde a INSTALAÇÃO da Comarca(1.989), até o dia de hoje.
-Sistema instalado paste Cartório em 105 do absil do 3.004

-Sistema instalado neste Cartório em 06 de abril de 2.001 -Esta Certidão foi pesquisada no Juizado Especial Criminal

- A partir do dia 21.01.2.003, em cumprimento ao provimento nº 036/02-CGJ, seção 6, item 2.6.2 , esta certidão tem o prazo de validada da 60 dias, a contar da data de sua expedição(a cima).

Marileide Soares CONTADORA / DISTRIBUIDORA TITULAR

ATENÇÃO: Quelquor resum su emanda <u>INVALIDARÁ</u> este documento.

PLANAY TUCARS INO ÁLAS TRADA DE SESTIMANO Aquele que paga o bem com o mei, não se aparterá o mai de sua casa— Py-16-13".



Página 1 de 1

das Compression de 1

Fis.: 132

Rubrica:



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição:

05873469/0001-59

Razão Social:

FUNDACAO CUTURAL SAO JUDAS TADEU

Endereço:

LOC RUA TAPAJOS 461 ESQ.C/AV CASTELO / CENTRO / PARAISO DO TOCANTINS / TO /

77600-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 08/01/2004 a 06/02/2004

Certificação Número: 2004010812095608104958

Informação obtida em 16/01/2004, às 16:30.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br





Orgão de Execução da Advocacia-Geral da União (Lei Complementar nº 73, de 10/2/1993, art. 2º, II, "b")

PARECER/MC/CONJUR/GCA/Nº 0077 - 1.07/2004

PROCESSO N.º: 53.000.034475/2003.

EMENTA: Pedido de permissão para exploração do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos. É dispensável a licitação para a outorga de serviços de radiodifusão com fins exclusivamente educativos - § 1° do art. 13 do Decreto n.º 52.795/63. Observação da legislação em vigor. Os presentes autos estão devidamente instruídos. Não há óbice ao deferimento do pedido.

I – DO RELATÓRIO

- 1. Trata-se de requerimento formulado pela FUNDAÇÃO CULTURAL SÃO JUDAS TADEU, com sede na cidade de Paraíso do Tocantins, Estado do Tocantins, objetivando que lhe seja outorgada permissão para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com finalidade exclusivamente educativa, na localidade de Alvorada do Tocantins, mediante a utilização do canal 238 E.
- 2. O pedido foi objeto de análise pelo Departamento de Outorga de Serviços, da Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica deste Ministério DOS/SSCE/MC, nos termos do PARECER N.º 00009/2004, fls.119/121, tendo aquele Departamento concluído favoravelmente ao pleito.
- 3. Conforme o parecer supra, o Estatuto da entidade preenche os requisitos do Código Civil e se encontra de acordo com a legislação específica de radiodifusão, bem como todos os demais documentos apresentados. Referido Estatuto encontra-se às fls. 5/14 e 98/112 destes autos.

Esplanada dos Ministérios, Bloco "R" – sala 920 – CEP 70.044-900 – Brasília - DF Telefones: (61) 311-6535/311-6197 Fax: (61) 311-6602 Email: conjur@mc.gov.br







CONFERE COM O ORIGINAL

II - DO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS EXIGIDOS PARA A HABILITAÇÃO

Analisando o presente processo, verificou-se que a requerente satisfez todas as exigências fixadas pela legislação de regência - o Decreto nº 52.795/63, o Decreto-lei n.º 236/67, e a Portaria Interministerial n.º 651/99, tendo juntado toda a documentação exigida, conforme relação abaixo, in verbis:

1. PROVA DE SUA HABILITAÇÃO JURÍDICA

- 1.1 Cópia do Estatuto e suas alterações, devidamente registrados no Livro "A"- pessoas jurídicas - e aprovados pelo Ministério Público, conforme artigos 65 e 67 do Novo Código Civil (fls. 5/14 e 98/112);
- 1.2 Cópia autenticada e averbada no cartório competente do Ato de nomeação e/ou comprovante da eleição de diretores (fis. 16, 17, 26 e 113/115);
- 1.3 Cláusula estatutária estabelecendo que o serviço será executado sem finalidades comerciais, com fins exclusivamente culturais e educativos (fl. 5 art. 1°);
- 1.4 Declaração firmada pelo representante legal da pretendente afirmando que não possui a Entidade autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto do presente edital e que, caso venha a ser contemplada com a outorga, não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967 (fl. 87);
- 1.5 Declaração de que (fls. 4, 88 e 90/92):
- a) nenhum dirigente participa da direção de outra entidade executante de serviço de radiodifusão, nem de outras empresas de radiodifusão em localidades diversas, em excesso aos limites fixados no art. 12 do

6





Decreto-lei n.º 236, de 28/2/67, mesmo que venha a ser contemplada com a outorga.

- b) os dirigentes não estão no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar, nem exercem cargo de supervisão ou assessoramento na Administração Pública, da qual decorra foro especial;
- 1.6 Prova da condição de brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, dos dirigentes da Entidade (fls.50, 53, 56 e 82);
- 1.7 Certidões negativas dos Cartórios Distribuidores Cíveis e Criminais e do de Protestos de Títulos dos locais de residência do(s) dirigente(s), nos últimos 5 (cinco) anos, bem assim, das localidades onde exercem ou exerceram, no mesmo período, atividades econômicas, emitidas ou revalidadas em data não superior a noventa dias anteriores à data marcada para abertura do recebimento da documentação e propostas (fls. 38, 39, 41, 44/46, 80, 81 e 122/125);
- 1.8 Certidão fornecida pela Justiça Eleitoral atestando que o(s) dirigente(s) está(ão) QUITE(S) com suas obrigações eleitorais (fls. 51, 54, 58 e 79);
- 1.9 Declaração firmada pelo representante legal de que a Entidade se compromete a cumprir as obrigações constantes da Portaria Interministerial nº 651, de 15 de abril de 1999 (fl. 3);
- 2. PROVA DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

2.Declaração firmada pelo representante legal da entidade de que possui recursos financeiros para o empreendimento (fl. 86);

3. PROVA DE SUA REGULARIDADE FISCAL

3.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ (fls. 20, 31, 117);

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

Parecer- 0077 -GCA-1.07





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES CONSULTORIA JURÍDICA



- 3.2 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social INSS (fl. 32);
- 3.3 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço FGTS (fl. 132);
- Reexaminadas as peças que constituem os autos do presente processo, o pedido, sua documentação e os fundamentos jurídicos que determinaram a postura de deferimento adotada pelo DOS/SSR/MC, conclui-se, igualmente, por não haver óbice ao deferimento do postulado, acrescentando que, de acordo com o § 1º do artigo 13 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n.º 52.795/63, com a redação dada pelo Decreto n.º 2.108/96, "é dispensável a licitação para execução de serviços de radiodifusão com fins exclusivamente educativos".

III – DA REGULARIDADE DO PROCEDIMENTO DE OUTORGA

- 6. Conforme demonstrado acima, a documentação instrutória referente à entidade e a seus diretores está completa, a concessão da outorga pretendida não implicará em descumprimento dos limites fixados pelo Decreto-lei n.º 236/67 e pela Portaria Ministerial n.º 651/99, consoante declarações de seus diretores (fls. 3, 4, 87, 88 e 90/92), estando, portanto, caracterizada a legalidade e a regularidade do presente procedimento.
- Vale ressaltar, por pertinente, que, conforme informação constante do Parecer n.º 00009/2004, do DOS/SSCE (fls. 119/121), outra entidade manifestou interesse para executar o serviço ora em análise, na referida localidade, a Fundação Educativa do Tocantins; todavia, considerando que a outorga em questão é um ato essencialmente discricionário, haja vista que a legislação pertinente não estabelece critérios de desempate que possam vincular a autoridade competente, o Departamento de Outorga de Serviços, após análise do presente processo, encaminhou-o a esta Consultoria Jurídica, concluindo sua manifestação nos seguintes termos, *verbis*:

(...).

Diante do exposto, estando o processo da <u>FUNDAÇÃO</u> <u>CULTURAL SÃO JUDAS TADEU</u> devidamente instruído em conformidade com os dispositivos legais que regem a matéria, o pedido formulado poderá ser deferido a critério

4





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES **CONSULTORIA JURÍDICA**



da autoridade competente, motivo pelo qual sugerimos o seu encaminhamento à douta Consultoria Jurídica, para prosseguimento.

(Destaques acrescidos).

- Assim, considerando a natureza jurídica do presente ato e o fato de a legislação de 8 regência da matéria não ter estabelecido qualquer critério de desempate a ser aplicado às pretendentes à presente outorga, deve o Exmo. Sr. Ministro de Estado das Comunicações, no exercício da sua competência discricionária, adotando apenas o critério de conveniência e oportunidade, escolher a entidade que, no seu entender, melhor atenderá ao interesse público e ao fim previsto na legislação pertinente.
- 9. Da análise empreendida, verificou-se que os presentes autos estão devidamente instruídos, nos termos da legislação aplicável, não existindo óbice ao deferimento do pedido da SERVICO PUBLICO PEBERAL FUNDAÇÃO CULTURAL SÃO JUDAS TADEU. MINISTERIO DAS COMUNICACOES

III – DA CONCLUSÃO

Estando cumpridas as praxes processuais no que se refere a análise técnicojurídica da matéria, proponho o encaminhamento do processo, acompanhado de minutas dos atos próprios - Exposição de Motivos e Portaria- à consideração do Exmº Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autoridade competente para conhecer e decidir do pedido.

Infere com o original

Posteriormente, a matéria deverá ser apreciada pelo Congresso Nacional, 11. consoante dispõe o § 3º do art. 223 da Constituição, para que o ato de outorga possa produzir seus efeitos legais.

É o Parecer, que ora submeto à consideração superior.

Brasília, 15 de janeiro de 2004.

JULIO GOLDSZAJÓ H NDERBORCK REGO

Assistente/CONJUR

Parecer- 0077 -GCA-1.07

10.





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES CONSULTORIA JURÍDICA

W. das Comunication of the Comunication of the

De acordo. À consideração do Sr. Consultor Jurídico.

Em 15/1/2004.

MARIA DA GLÓRIA TUXI F. DOS SANTOS

Coordenadora-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação.

Aprovo. Encaminhe-se ao Exmo. Senhor Ministro de Estado das Comunicações, para, se de acordo, proceder à assinatura e publicação da Portaria de outorga de permissão anexa. Em 15/1/2004.

ZRASTO VILLA-VERDE FILHO

Consultor Jurídico

SERVIÇO PUBLICO FEBERAL SINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES CONFERE COM O ORIGINAL

Comment of the second

135/389

PORTARIA № 58 , DE 20 DE

JANEIRO DE 2004 PUBLICADO NO DIARIO

OFICIAL DE 061 02 12004

Página: 41 Seção:

ANOTADO POR: Mocha

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o § 1º do art. 13, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.034475/2003, e do PARECER/MC/CONJUR/GCA/N.º 0077 – 1.07/2004, de 15 de janeiro de 2004, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Fundação Cultural São Judas Tadeu, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Alvorada do Tocantins, Estado do Tocantins.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MIRO TEIXEIRA



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS COORDENAÇÃO GERAL DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE ÁUDIO

Processo nº 53000,034475/2003

Tendo em vista a outorga deferida a Fundação Cultural São Judas Tadeu, para executar, sem direito de exclusividade, pelo prazo de dez anos, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Alvorada do Tocantins, Estado do Tocantins, conforme Portaria nº 58, de 20 de janeiro de 2004, publicada no Diário Oficial da União do dia 06 subseqüente, consoante o disposto no § 3º do art. 223 da Constituição, encaminhe-se o presente ao Gabinete do Ministro, para que seja enviado à Presidência da República.

Brasília, 19 de fevereiro de 2004.

ANACLETO RODRIGUES CORDEIRO Coordenador-Geral de Outorga de Serviços de Áudio





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica Coordenação-Geral de Regime Legal de Outorgas

NOTA TÉCNICA Nº /585/2012/CGLO-MC

Assunto: Revisão dos atos, com vistas ao encaminhamento à Presidência da República, em cumprimento ao disposto no § 3º do artigo 223, da Constituição Federal. Outorga de permissão para a execução do Serviço de Radiodifusão com fins exclusivamente educativos. Portaria já publicada. Envio à Casa Civil.

Referência: Processo nº 53000.034475/2003.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo que dispõe sobre a outorga para a execução do Serviço de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Alvorada do Tocantins, Estado do Tocantins, canal 238-E, disponível no Plano Básico de distribuição de Canais, deferida à Fundação Cultural São Judas Tadeu.

ANÁLISE

- 2. A permissão em comento foi deferida à Fundação Cultural São Judas Tadeu, conforme conta da Portaria nº 58, de 20 de janeiro de 2004, publicada no Diário Oficial da União do dia 06 de fevereiro de 2004 (fl. 139).
- 3. Ocorre, porém, que o referido ato de outorga não foi submetido à apreciação do Congresso Nacional, em obediência ao disposto no § 3º do artigo 223, da Constituição Federal, não tendo sido sequer enviada a cópia integral dos à Presidência da República.
- 4. Em seis de dezembro de 2010, a Consultoria Jurídica promoveu a devolução dos autos a esta Secretaria para reexame do ato de outorga, em conformidade com as novas regras trazidas pela Portaria nº 950, de 14 de outubro de 2010, publicada no DOU de 18 de outubro de 2010.
- 5. Dessa forma, reexaminadas as peças que constituem os autos do presente processo, o pedido, sua documentação, situação do canal junto ao Plano Básico de Distribuição de Canais, o qual se encontra vago, pode-se constatar que o pedido encontra-se instruído à luz da legislação aplicada à época da outorga, tendo sido, inclusive, complementada a sua instrução, após a publicação do ato de outorga, com base na Portaria nº 950/2010 (fls. 144/167).

CONCLUSÃO

Ante o exposto, uma vez publicado o ato de outorga, opina-se pela manutenção da decisão de outorga, devendo os autos originais ser submetido à Consultoria Jurídica, acompanhado de nova minuta de Exposição de Motivos, para apreciação e manifestação sobre o assunto, enquanto cópia integral do processo deverá ser mantida no SERAD.

Émpós, sejam os autos devolvidos a esta Secretaria, juntamente com a minuta de Exposição de Motivos, para deliberação do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Comunicações.

Brasília, of de abril de 2012.

ANA PATRICIA SERRANO ALESCIO CAMPOS Coordenadora de Outorga o Consignação de Canais

De acordo. À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviço de Comunicação Eletrônica.

Brasília, Olde abril de 2012.

VÂNEA/RABELO

Guide Regime Legal de Outorgas

Goordenadora-Geral de Regime Legal de Outorgas

Legal de Outorga

De acordo. À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica - Substituto

Brasília, de abril de 2012.

DERMEVAL DA SILVA JÚNIOR

Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

De acordo. Encaminhem-se os autos à Consultoria Jurídica, conforme o proposto.

Brasília, / de abril de 2012.

DERMEVAL DA SILVA JÚNIOR Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica Substituto

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica Coordenação-Geral de Regime Legal de Outorgas



Referência:

Processo nº 53000.034475/2003 (cópia nº 01)

Interessado:

Fundação Cultural São Judas Tadeu

Assunto:

Outorga de permissão para a execução do Serviço de Radiodifusão Sonora em

Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Alvorada do

Tocantins-TO

AO SERAD

Encaminho cópia autenticada dos autos do processo em destaque, **para guarda**, após o devido recebimento junto ao CPROD, até que haja o pronunciamento da douta Conjur, instada a se manifestar acerca da regularidade jurídico-formal do processo em destaque **(original)**, nos termos da Nota Técnica de nº 1085 /2012/COCOC/CGLO/DEOC/SCE-MC

Brasília, Bdg hul de 2012.

ANA PATRICIA SERRANO ALÉSCIO CAMPOS Coordenadora de Outorga e Consignação de Canais



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

NOTA № 139/2012/DPF/CGCE/CONJUR-MC/AGU

PROCESSO Nº: 53000.034475/2003

ASSUNTO: Execução do Serviço de Radiodifusão Sonora em frequência modulada, com finalidade exclusivamente educativa no Município de Alvorada do Tocantins/TO.

Senhor Consultor Jurídico,

Cuidam os autos de processo de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Alvorada do Tocantins/TO.

- 2. O presente processo encontra-se em fase de encaminhamento da exposição de motivos à Presidência da República, uma vez que já houve expedição da Portaria de autorização.
- 3. Conforme se depreende da análise, esta Consultoria Jurídica já se manifestou sobre a legalidade do procedimento, por duas oportunidades.
- 4. O primeiro pronunciamento deu-se através do PARECER/MC/CONJUR/GCA/Nº 0077-1.07/2004, que concluiu:
 - " 9. Da análise empreendida, verificou-se que os presentes autos estão devidamente instruídos, nos termos da legislação aplicável, <u>não existindo óbice ao deferimento do pedido da FUNDAÇÃO CULTURAL SÃO JUDAS TADEU</u>.

III – DA CONCLUSÃO

- 10. Estando cumpridas as praxes processuais no que se refere a análise técnico-jurídica da matéria, proponho o encaminhamento do processo, acompanhado de minutas dos atos próprios Exposição de Motivos e Portaria- à consideração do Exmo Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autoridade competente para conhecer e decidir do pedido.
- 11. Posteriormente, a matéria deverá ser apreciada pelo Congresso Nacional, consoante dispõe o § 3o do art. 223 da Constituição, para que o ato de outorga possa produzir seus efeitos legais." (grifo nosso)
- 5. O suso Parecer foi acatado pelo Senhor Ministro de Estado das Comunicações que, em seguida, expediu a Portaria nº 58, de 20 de janeiro de 2004, com publicação no DOU de 6 de fevereiro de 2004.
- 6. No entanto, muito embora o despacho, de 12 de abril de 2004, do Sr. Coordenador-Geral de Outorga de Serviços de Áudio informe que os autos deverão ser encaminhados à Presidência da República para prosseguimento, não se verificou sua implementação no âmbito desta pasta.

Esplanada dos Ministérios, Bloco "R" – sala 920 – CEP 70.044-900 – Brasília - DF Telefones: (61) 311-6535/311-6197 Fax: (61) 311-6602 Email: conjur@mc.gov.br

- 7. O encaminhamento do processo à Presidência da República, como medida de direito, não fora adotado à época por razões que não constam dos autos, uma vez que não se encontrou qualquer espécie de fundamento para tanto.
- 8. Outrossim, verificou-se que o processo retornou ao crivo desta Consultoria-Jurídica, momento ao qual fora exarado segundo pronunciamento (PARECER/CONJUR/MC/JSN/Nº 0417-1.07/2006) no sentido de que se ratificavam os termos da primeira manifestação, ao passo que se sugeria o encaminhamento do processo à Presidência da República, para prosseguimento.
- 9. No que pertine ao comando de revogação da Portaria nº 58, de 20 de janeiro de 2004, constante da conclusão do Parecer, entendemos não haver necessidade para tal medida.
- **10.** Ademais, insta salientar que esta última manifestação careceu de aprovação pelo Senhor Consultor Jurídico à época, o que faz com que, mesmo constante dos autos, seus comandos não possuam a eficácia necessária para produção de efeitos.
- 11. Dessa forma, há que se ter como paradigma o primeiro Parecer emanado e devidamente aprovado pelo Consultor Jurídico à época.
- 12. Não obstante a tudo isso, à fl. 168, constata-se despacho do Senhor Consultor Jurídico à época, o qual reencaminhou o processo à SCE, a fim de que seja verificada sua instrução, tendo em vista o advento da Portaria nº 950, de 14 de outubro de 2010.
- 13. Em resposta, a SCE informa (Nota Técnica nº 1585/2012/CGLO-MC) que ao reexaminar o feito, não fora verificada nenhuma espécie de obstáculo ao seu prosseguimento.
- 14. Pois bem, há que se ressaltar que da data de publicação da Portaria nº 58 a qual o Ministro de Estado das Comunicações outorgou a execução do serviço à entidade até a presente data, decorreram mais de 8 (oito) anos para que pudesse ser promovido o encaminhamento dos autos à Presidência da República.
- 15. Como já asseverado, esta Consultoria Jurídica já teve a oportunidade de se manifestar, por mais de uma vez, acerca da legalidade do procedimento de outorga, razão pela qual se torna despicienda qualquer espécie de reanálise acerca dos fundamentos de direito.
- 16. A propósito, mesmo que fossemos analisar, mais uma vez, a legalidade do procedimento, há que se registrar que a situação posta nos autos não se modificou desde a prolação do primeiro Parecer emandado por esta Consultoria Jurídica, sendo que o único fato novo constante dos autos diz respeito á juntada de Convênio celebrado entre a entidade e instituição de ensino, o que visa atender ao interesse público.
- 17. Face ao que fora brevemente exposto ao longo desta manifestação, esta Consultoria Jurídica, órgão de execução da Advocacia-Geral da União, sugere o imediato encaminhamento da Exposição de Motivos à Presidência da República, a fim de que não ocorra mais mora por parte desta Pasta.

18. Eis a Nota, à considéração.

Brasília, 28 de abril de 2012.

DANIEL PEREIRA DE FRANCO

Advogado da União . Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica

2

DESPACHO № 2978/2012/JFB/CGCE/CONJUR-MC/AGU

PROCESSO Nº: 53000.034475/2003

ASSUNTO: Execução do Serviço de Radiodifusão Sonora em frequência modulada confinalidade exclusivamente educativa no Município de Alvorada do Tocantins/TO.

Aprovo a NOTA № 139/2012/DPF/CGCE/CONJUR-MC/AGU, da lavra do Sr. Advogado da União, Dr. Daniel Pereira de Franco.

Proceda-se como sugerido.

Brasília, 73 de *abril* de 2012.

José Flávio Bianchi Consultor Jurídico







DESPACHO

Ao Gabinete do Ministro-SEDOC

Referência: Processos nº 53000.034475/2003.

Tendo em vista a outorga deferida a **Fundação São Judas Tadeu** para executar, sem direito de exclusividade, pelo prazo de dez anos, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de **Alvorada do Tocantins**, Estado do **Tocantins**, por meio da Portaria nº 58, de 03 de janeiro de 2004, publicado no Diário Oficial da União em 06 de fevereiro de 2004(fl.139), e consoante o disposto no § 3º do art. 223 da Constituição Federal, opinamos pelo sobrestamento dos autos originais, em referência, os quais deverão ser mantidos no Serviço de Suporte Administrativo e Registro de Documentos – SERAD, até que haja a publicação do Decreto Legislativo.

Opina-se, outrossim, pelo encaminhamento da **copia autenticada** do presente em comento ao Gabinete do Ministro, para envio à Presidência da Republica.

À consideração superior.

Brasília, de maio de 2012.

ANA PATRÍCIA SERRANO ALÉSCIO CAMPOS Coordenadora de Outorgas e Consignação de Canais

De acordo. Proceda-se conforme o proposto.

Brasília, 3 de maio de 2012.

VÂNEA RABELO

Coordenadora-Geral de Regime Legal de Outorgas

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES GABINETE DO MINISTRO

COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS DO GABINETE

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 722 70044-900 Brasília-DF

Tel.: (61) 311-6242 - 321-7484 - Fax: (61) 311-6583

Ofício nº

21 /2013

/2012/GM-MC

Brasília, 22 de maio

de 2012.

Ao Senhor

LUÍS ALBERTO DOS SANTOS

Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais Palácio do Planalto, 4º andar 70150-900 Brasília-DF

Assunto: Encaminha anexo(s)

Senhor Subchefe,

Atendendo à orientação dessa Subchefia e ao que dispõe o Decreto nº 3.714, de 3 de janeiro de 2001, referente à transmissão eletrônica de documentos, encaminho, em anexo, os seguintes processos:

MC 00182 2012

- 53000.046729/2011

MC 00184 2012

- 53000.027951/2009

MC 00185 2012

- 53000.006481/2010

MC 00186 2012

- 53650.000357/2002

MC 00187 2012

- 53000.003644/2010

MC 00197 2012

- 53000.030626/2003

2 vol.

MC 00198 2012

- 53000.034475/2003

MC 00199 2012

- 53000.051185/2011

MC 00200 2012

- 53000.020222/2003

Atenciosamente,

PEDRO DE ALCANTARA DUTRA

Coordenador-Geral